

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

**ENTRE A FAMÍLIA E O TRABALHO:**  
**uma análise da qualidade da inserção ocupacional no Brasil urbano sob**  
**uma perspectiva de gênero, 1996-2006**

**Lucas Wan Der Maas**

Belo Horizonte

2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Lucas Wan Der Maas**

**ENTRE A FAMÍLIA E O TRABALHO:  
uma análise da qualidade da inserção ocupacional no Brasil urbano sob  
uma perspectiva de gênero, 1996-2006**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais.

**Orientador:** Prof. Dr. André Junqueira Caetano

Belo Horizonte

2009

## FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

M111e	<p>Maas, Lucas Wan Der</p> <p>Entre a família e o trabalho: uma análise da qualidade da inserção ocupacional no Brasil urbano sob uma perspectiva de gênero, 1996-2006 / Lucas Wan Der Maas. Belo Horizonte, 2009.</p> <p>121f.</p> <p>Orientador: André Junqueira Caetano</p> <p>Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.</p> <p>1. Família. 2. Trabalho. 3. Homens – Emprego. 4. Mulheres - Emprego. 5. Mercado de trabalho. 6. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 7. Análise multivariada. I. Caetano, André Junqueira. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.</p> <p>CDU: 331.872</p>
-------	---

**Revisão Ortográfica e Normalização Padrão PUC Minas: de responsabilidade do autor.**

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Lucas Wan Der Maas

**Entre a Família e o Trabalho: uma análise da qualidade da inserção ocupacional no Brasil urbano sob uma perspectiva de gênero, 1996-2006**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais.

---

**André Junqueira Caetano (Orientador) – PUC Minas**

---

**Alessandra Sampaio Chacham – PUC Minas**

---

**Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira – CEDEPLAR/UFMG**

*À Jenifer e Fane,  
mulheres da minha vida.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer que não estamos sós. Agradecer em situações de conclusão de um ciclo da vida é reconhecer que só é possível chegar a algum lugar se contarmos com alguém. Por isso agradeço àqueles, sem os quais, esta dissertação não seria possível.

Em primeiro lugar, agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, que tão gentilmente prestaram seus comentários ao trabalho de pesquisa e ou ao texto da dissertação, Magda de Almeida Neves, Carlos Aurélio Pimenta de Faria e Alessandra Sampaio Chacham. Um agradecimento especial à professora Ana Maria Hermeto do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, cujos comentários metodológicos foram decisivos para o amadurecimento do trabalho empírico.

Aos indispensáveis amigos Ana Laura Lobato e Tiago França, pelos comentários ao texto e incentivos, e Rita Anália, pelo auxílio precioso com a língua inglesa. A todos os amigos e todos os colegas do mestrado e do curso de graduação em Ciências Sociais da PUC Minas, que prestaram seu apoio, interesse e entusiasmo por minha dissertação.

Aos meus pais, que mesmo observando à distância, deixando sua cria “caminhar com as próprias pernas”, foram meus principais inspiradores. Vocês são meus maiores exemplos de determinação, trabalho e responsabilidade.

Ao meu orientador, André Junqueira Caetano, em quem descobri não só um professor e chefe, mas um exemplo de profissional e de ser humano. Obrigado por me ensinar humildade na profissão, excelência no trabalho e paciência na vida.

Finalmente, agradeço à Jenifer, meu amor. Sem dúvida, você é a pessoa que mais merece meu agradecimento. Sua dedicação, paciência e companheirismo são marcas indiscutíveis para a realização deste trabalho. Obrigado por aceitar minha distância e escolhas profissionais sem questionamentos e por colocar minha cabeça no lugar nos momentos mais difíceis desta caminhada.

*“A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, onde as partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação.”*

*Pierre Bourdieu*

## RESUMO

O aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho é um fenômeno que conjuga mudanças econômicas e familiares e a convivência de valores tradicionais e modernos nas relações de gênero. Neste sentido, tendo em vista que os efeitos da crise do trabalho na década de 1990 influenciaram diferentemente a ocupação por sexo de acordo com o tipo de família e posição na família do ocupado, investiga-se nesta dissertação em que medida a participação da mulher em atividades econômicas está associada com seu lugar na família em face das mudanças no mundo do trabalho urbano nos últimos anos. Tal abordagem se faz pela análise comparada entre homens e mulheres buscando investigar as desigualdades de gênero. Para tal, foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 1996, 2001 e 2006 correspondentes à população ocupada com idade entre 25 e 64 anos e residente em áreas urbanas do país. Os anos eleitos descrevem o período de intensificação da crise do trabalho e sua recente recuperação. Para análise dos dados, foi utilizado um modelo logístico multinomial, uma técnica estatística multivariada que analisa o efeito de variáveis explicativas sobre uma variável dependente categórica de múltiplas respostas não ordenadas. A aplicação do procedimento teve por objetivo analisar a associação entre atributos familiares e a inserção ocupacional, controlando-se por características demográficas, de idade, período e coorte e de situação do domicílio. Para definição da inserção ocupacional, foi construído um indicador de qualidade da inserção ocupacional que conjuga quatro características do trabalho principal que descreve, em diferentes níveis, se o trabalho é, ou não, precário. Os resultados mostram que o tipo de família, a posição na família e a realização de afazeres domésticos são fatores que estão relacionados à chance de mulheres possuírem uma inserção ocupacional precária, relativamente aos homens. Ao longo do período analisado, observou-se um hiato entre homens e mulheres que se intensificou do início para final da série, a despeito da recuperação dos indicadores de mercado de trabalho em 2006. Se por um lado, o padrão de inserção ocupacional precária das mulheres durante a crise refletiu uma situação contingencial, pela necessidade de sobrevivência das famílias, o pós-crise, por outro lado, revelou que o mercado de trabalho se apresenta configurado por assimetrias de gênero independente do contexto econômico.

**Palavras chave:** Família. Trabalho. Gênero. Qualidade da inserção ocupacional. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Modelo logístico multinomial.

## ABSTRACT

The inclusion of women in the labor market is a phenomenon that combines economic and family changes and the coexistence of traditional and modern values in gender relations. Accordingly, considering that the effects of the 1990s labor crisis influenced differently the occupation by sex according to the family type and the position in the family, this dissertation analyzes the association between women's participation in economic activities and their position in the family in the face of recent urban work changes. Such an approach is made through comparative analysis of occupational insertion of women and men, seeking to investigate the inequality of gender. For this approach, we used data from the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) from 1996, 2001 and 2006 corresponding to the occupied population aged 25 and 64 years living in urban areas of the country. The chosen years describe the period of intensification of the labor crisis and its recent recovery. For data analysis, we used a multinomial logistic model, a multivariate statistical technique that analyzes the effect of independent variables on a categorical dependent variable for multiple unordered categories. The application of such procedure aimed to analyze the association between family attributes and occupational insertion, controlling if by demographic characteristics, age, period and cohort and situation of residence. The results were compared between women and men. For occupational insertion, was constructed an indicator of occupational insertion quality that combines four characteristics of the main work which describes, in different levels, whether the work is poor or not. The results show that the type of family, position in the family and doing the housework are factors that are related to the chance of women having a poor occupational insertion, in relation to men. Over the period examined, there was a gap between men and women which have stepped to the top end of the series, despite the recovery of the labor market indicators in 2006. If on the one hand, the pattern of poor occupational insertion of women during the crisis reflected a contingencial situation, because of the need for survival of families, the post-crisis, moreover, showed that the labor market presents a set of gender asymmetries independent of the economic context.

**Key-words:** Family. Labor. Gender. Occupational insertion quality. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Multinomial logistic model.

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b>	População urbana ocupada por nível de qualidade da inserção ocupacional, Brasil, 1996, 2001 e 2006.....	p.52
<b>TABELA 2</b>	Principais indicadores de mercado de trabalho por sexo no Brasil urbano, 1996, 2001 e 2006.....	p.57
<b>TABELA 3</b>	Tipo de família por sexo da população economicamente ativa no Brasil urbano, 1996 e 2006.....	p.61
<b>TABELA 4</b>	Posição na família por sexo da população economicamente ativa no Brasil urbano, 1996 e 2006.....	p.62
<b>TABELA 5</b>	Região geográfica e situação do domicílio da população urbana ocupada, Brasil, 1996 e 2006.....	p.63
<b>TABELA 6</b>	População urbana ocupada por Região Geográfica e situação do domicílio, Brasil, 1996 e 2006.....	p.63
<b>TABELA 7</b>	Composição da população urbana ocupada por sexo, raça/cor da pele, escolaridade, tipo de família e posição na família, Brasil, 1996 e 2006.....	p.65
<b>TABELA 8</b>	População urbana ocupada por faixa etária e sexo, Brasil, 1996 e 2006.....	p.66
<b>TABELA 9</b>	População urbana ocupada por tipo de família, posição na família e sexo, Brasil, 1996.....	p.70
<b>TABELA 10</b>	População urbana ocupada por tipo de família, posição na família e sexo, Brasil, 2006.....	p.71
<b>TABELA 11</b>	População urbana ocupada por posição na ocupação e sexo, Brasil, 1996 e 2006.....	p.76
<b>TABELA 12</b>	Atributos da inserção ocupacional da população urbana ocupada por sexo e período, Brasil, 1996, 2001 e 2006.....	p.80

## LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 1** Posição na ocupação por nível de qualidade da inserção ocupacional, população urbana ocupada, Brasil, 2006..... p.47
- GRÁFICO 2** Classificação da ocupação por nível de qualidade da inserção ocupacional, população urbana ocupada, Brasil, 2006..... p.49
- GRÁFICO 3** Classe de rendimento por nível de qualidade da inserção ocupacional, população urbana ocupada, Brasil, 2006..... p.50
- GRÁFICO 4** Tempo de permanência no trabalho por nível de qualidade da inserção ocupacional, população urbana ocupada, Brasil, 2006..... p.51
- GRÁFICO 5** Evolução do nível de escolaridade da população economicamente ativa do sexo masculino no Brasil urbano, 1996, 2001 e 2006..... p.59
- GRÁFICO 6** Evolução do nível de escolaridade da população economicamente ativa do sexo feminino no Brasil urbano, 1996, 2001 e 2006..... p.59
- GRÁFICO 7** Evolução do nível de escolaridade da população urbana ocupada do sexo masculino, Brasil, 1996, 2001 e 2006..... p.68
- GRÁFICO 8** Evolução do nível de escolaridade da população urbana ocupada do sexo feminino, Brasil, 1996, 2001 e 2006..... p.68
- GRÁFICO 9** Proporção de ocupados pertencentes a famílias do tipo casal que realizavam afazeres domésticos por sexo e posição na família, Brasil, 2006..... p.74
- GRÁFICO 10** Proporção de ocupados pertencentes a famílias do tipo monoparental feminino que realizavam afazeres domésticos por sexo e posição na família, Brasil, 2006..... p.74
- GRÁFICO 11** Proporção de ocupados pertencentes a outros tipos de famílias que realizam afazeres domésticos por sexo e posição na família, Brasil, 2006..... p.74
- GRÁFICO 12** Rendimento mensal do trabalho principal em salários mínimos da população urbana ocupada do sexo masculino, Brasil, 1996, 2001 e 2006..... p.77
- GRÁFICO 13** Rendimento mensal do trabalho principal em salários mínimos da população urbana ocupada do sexo feminino, Brasil, 1996, 2001 e 2006..... p.77
- GRÁFICO 14** Níveis de qualidade da inserção ocupacional e período por sexo, Brasil, 1996, 2001 e 2006..... p.81

## LISTA DE QUADROS

- QUADRO 1** Classificação das Coortes de quinquênio de nascimento a partir da Idade e do Período..... p.42
- QUADRO 2** Descrição dos atributos componentes do indicador de qualidade da inserção ocupacional..... p.45
- QUADRO 3** Variáveis componentes do modelo logístico multinomial..... p.83
- QUADRO 4** Coeficientes e razões de chance do modelo logístico multinomial da População urbana ocupada do sexo feminino, Brasil, 1996, 2001 e 2006..... p.86
- QUADRO 5** Coeficientes e razões de chance do modelo logístico multinomial da população urbana ocupada do sexo masculino, Brasil, 1996, 2001 e 2006..... p.93
- QUADRO 6** Comparação dos coeficientes do modelo logístico multinomial da população urbana ocupada, por sexo, Brasil, 1996, 2001 e 2006..... p.98
- QUADRO 7** Descrição das ocupações a dois dígitos da Classificação Brasileira de Ocupações..... p.114
- QUADRO 8** Coeficiente, razão de chance, erro padrão, valor-p e intervalo de confiança do modelo logístico multinomial da população ocupada do sexo feminino, Brasil urbano, 1996, 2001 e 2006..... p.116
- QUADRO 9** Coeficiente, razão de chance, erro padrão, valor-p e intervalo de confiança do modelo logístico multinomial da população ocupada do sexo masculino, Brasil urbano, 1996, 2001 e 2006..... p.119

## **LISTA DE SIGLAS**

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPC – Idade, Período, Coorte

PEA – População Economicamente Ativa

OIT – Organização Internacional do Trabalho

SINE – Sistema Nacional de Emprego

PIA – População em Idade Ativa

PME – Pesquisa Mensal de Emprego

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

RM – Região Metropolitana

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2. LUGARES DE HOMENS E DE MULHERES: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E MUDANÇAS RECENTES NA FAMÍLIA E NO TRABALHO .....</b>	<b>19</b>
2.1. Divisão Sexual do Trabalho: permanências e mudanças.....	19
2.2. Mudanças recentes na família e a conciliação entre família e trabalho .....	26
2.3. Crise do trabalho e alterações nos arranjos familiares de inserção ocupacional .....	31
<b>3. FONTES DE DADOS E METODOLOGIA .....</b>	<b>38</b>
3.1. Fontes de dados: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.....	38
3.2. Variáveis sociodemográficas e familiares.....	41
3.3. Variáveis de trabalho e construção do <i>indicador de qualidade da inserção ocupacional</i> ....	44
3.4. Metodologia: o modelo logístico multinomial .....	53
<b>4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>56</b>
4.1. Análise descritiva da composição da força de trabalho no Brasil urbano e da população ocupada com idade entre 25 e 64 anos entre 1996 e 2006 .....	56
4.2. Apresentação dos resultados do modelo logístico multinomial.....	82
4.3. Comparação dos resultados por sexo .....	96
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>107</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>112</b>
<b>APÊNDICE A – Notas sobre a Compatibilização de Ocupações.....</b>	<b>113</b>
<b>APÊNDICE B – Resultados do modelo logístico multinomial por sexo .....</b>	<b>116</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho é uma mudança sociocultural que se iniciou em todo o mundo ocidental a partir da segunda metade do século 20. Nas últimas três décadas, esse aumento vem ganhando intensidade em quaisquer cenários econômicos, sejam eles favoráveis ou não ao desenvolvimento (MONTALI, 2000). Trata-se, sobretudo, de um fenômeno que compõe um conjunto de transformações de caráter social e cultural da sociedade contemporânea. Atuam na esteira dessas transformações, a crise do modelo familiar patriarcal e a ampliação do processo de individualização, que contribuíram para modificar os modelos familiares, fragmentado as estratégias de união e conjugalidade para além do tradicional arquétipo nuclear com filhos, base de sustentação do patriarcado (ARAÚJO; SCALON, 2005). Em uma sociedade gradativamente mais conduzida por modernos valores nas relações de gênero, a diminuição do tamanho das famílias, em consequência da queda da fecundidade, e o aumento do número de divórcios e uniões consensuais são sinais da nova realidade das famílias e do lugar da mulher na sociedade (BERQUÓ, 1998).

A literatura, entretanto, enfatiza que, apesar de ocorrer em diferentes contextos econômicos, a inserção ocupacional da mulher segue tendências de mercado de trabalho, as quais se delinham especialmente pelo padrão de absorção da mão de obra em dado momento (MONTALI, 2000). Além do mais, a escolha da mulher pelo trabalho remunerado opera tanto subjetivamente, pela mudança de valores e desejo de realização pessoal e profissional, quanto materialmente, por necessidades de sobrevivência própria e de sua família. A participação da mulher em atividades econômicas remuneradas está intimamente relacionada com a organização familiar, uma vez que a decisão da mulher por procurar e manter um trabalho envolve não só desejos e necessidades pessoais, mas também, valores de gênero, poder de barganha intradomiciliar e manutenção socioeconômica do grupo familiar (MONTALI, 2000).

Segundo Montali (2006), situações de crise econômica favorecem mudanças nas relações familiares, especialmente pela reordenação da distribuição de poder entre seus membros. Analisando os arranjos familiares de inserção ocupacional na década de 1990 para a Região Metropolitana de São Paulo, a autora observou uma relação entre a crise no emprego para os principais mantenedores da família, especialmente chefes masculinos e filhos e a

entrada da mulher no mercado de trabalho, em sua maioria cônjuges e chefes sem cônjuge, no sentido de atenuar os efeitos da crise. Para a autora, esse cenário, caracterizado, entre outros fatores, pela precarização dos empregos urbanos, aumento do desemprego e queda da renda das famílias levou ao estabelecimento de novos arranjos familiares de inserção ocupacional para subsistência do grupo familiar, nos quais a mulher ocupou um lugar central ao assumir a função de provedora ou coprovedora. Entretanto, o deslocamento ou compartilhamento da provisão familiar pelo aumento da participação feminina em atividades econômicas foi favorecido por estas ocuparem grande parte dos trabalhos precários, em sua maioria trabalhos temporários e desprotegidos pela legislação trabalhista. Tal deslocamento contribuiu para atenuar o empobrecimento das famílias, mas não para a melhoria da renda das mesmas.

Sobre o novo lugar conquistado pelas mulheres, Oliveira (2005) destaca que ocorreu em nossa sociedade nos últimos anos uma dissociação entre o papel de “chefe de família” e a função de provedor financeiro, o que implicou em um reordenamento na participação dos homens e, de modo particular, das mulheres, na sociedade, em resposta aos processos mais amplos de transformação social. Segundo o autor, a provisão familiar por um único membro do domicílio enfraqueceu, o que revela a intensificação do trabalho familiar, bem como as estratégias adotadas pelas famílias urbanas em resposta às transformações experimentadas pelo país, dos pontos de vista socioeconômico e demográfico. O que tem ocorrido nesse contexto, de fato, é uma transformação na divisão sexual do trabalho, um reordenamento na distribuição de poder entre homens e mulheres no que diz respeito à produção material e reprodução social, ou seja, na divisão de tarefas no mercado de trabalho, bem como no ambiente domiciliar, respectivamente.

No entanto, a despeito do espaço que as mulheres ocuparam no trabalho assalariado e na provisão domiciliar, os homens não ampliaram sua participação no trabalho doméstico não remunerado na mesma proporção (ARAÚLO; SCALON, 2005). Ainda que as práticas e percepções sobre a divisão da provisão e realização de tarefas caminhem para a igualdade, a divisão sexual de tarefas domésticas parece ser o elemento mais impermeável das desigualdades de gênero, pois às mulheres continua sendo atribuído quase que exclusivamente a realização de afazeres domésticos, entre os quais o cuidado dos filhos e idosos. Em função disso, entre outros fatores, as mulheres vivem uma *dupla jornada de trabalho*, entendida como o desafio de conciliar os cuidados com a família e o trabalho “fora de casa”. Além disso, elas estão mais concentradas em ocupações precárias e desprotegidas pela lei, comparativamente aos homens, e seu trabalho, muitas vezes, é visto como auxiliar ao do homem e ou contingencial (ARAÚLO; SCALON, 2005).

É neste sentido que esta dissertação aborda a inserção ocupacional no mercado de trabalho na contemporaneidade, especialmente a inserção feminina, como um fenômeno que conjuga, principalmente, mudanças econômicas e familiares em meio à convivência de valores tradicionais e modernos na relação entre homens e mulheres. Torna-se necessário abordar, portanto, em que medida a participação da mulher em atividades econômicas é influenciada pelo seu lugar na família no quadro de mudanças no mundo do trabalho urbano das últimas décadas, mais particularmente, se o lugar que a mulher ocupa nos arranjos familiares está associado ou não à precarização de sua ocupação. Tal abordagem se faz pela análise comparada da inserção ocupacional de homens e mulheres no mercado de trabalho, haja vista que os efeitos da crise do trabalho na década de 1990 influenciaram diferentemente a ocupação por sexo de acordo com o tipo de família e a posição na família do ocupado. Em suma, o objetivo aqui é analisar a inserção ocupacional da população ocupada residente em áreas urbanas no Brasil, com ênfase nos diferenciais de gênero, ao longo dos últimos anos.

Para alcançar tal objetivo, utilizaram-se os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente aos anos de 1996, 2001 e 2006 e correspondentes à população urbana ocupada com idade entre 25 e 64 anos de idade. O período compreendido entre esses anos foi escolhido para a análise por representarem o processo de transformação no mundo do trabalho brasileiro em suas fases de intensificação da crise e recente recuperação. O primeiro ano está situado no auge da crise provocada pela abertura econômica, no qual se assistia alto desemprego, aumento da informalização de ocupações e queda da renda das famílias. No período entre 1999, ano de alteração do câmbio, que passou de fixo a flutuante, até o ano de 2003, assistiu-se um momento transitório de intensificação da crise (RAMOS; BRITO, 2004). O último ano já se encontra em um cenário de recuperação e estabilidade econômicas, como consequência, entre outros fatores, do aumento e diversificação do saldo da balança comercial e a aplicação de políticas de fiscalização das condições e relações de trabalho em alguns setores, mudanças ocorridas especialmente a partir de 2004. Neste ano, ao contrário do que se via no início do período, o aumento do emprego formal e a melhoria da renda real proveniente do trabalho se mostraram como tendências (CARDOSO JR., 2007).

Para análise dos dados foi feita aplicação de um *modelo logístico multinomial*, uma técnica estatística multivariada que analisa a associação entre uma variável dependente de múltiplas respostas não ordenadas e variáveis independentes referentes a atributos individuais (ALLISON, 1999). A aplicação do procedimento teve por objetivo analisar a associação entre qualidade da inserção ocupacional da população urbana ocupada e atributos demográficos,

como anos de estudo e raça/cor da pele; familiares, como tipo de família, posição na família e realização de afazeres domésticos; de idade, período e coorte – IPC; e de situação do domicílio, como domicílio metropolitano *versus* não metropolitano e região geográfica. O mesmo foi aplicado separadamente para mulheres e para homens e seus resultados foram comparados. Na definição de qualidade da inserção ocupacional, foi construído um indicador que conjuga quatro características do trabalho principal que descreve, em diferentes níveis, se tal inserção é, ou não, de qualidade. São elas, posição na ocupação, classificação da ocupação, rendimento mensal em salários mínimos e tempo de permanência no trabalho.

Os resultados mostram que o tipo de família, a posição na família e a realização de afazeres domésticos são fatores que estão relacionados à chance de mulheres possuírem uma inserção ocupacional precária, relativamente aos homens. Controlando-se por ano de referência, essa associação é maior no período pós-crise do trabalho da década de 1990, do que no período da crise em si. Em outras palavras, apesar da recuperação do mercado de trabalho, os diferenciais de inserção ocupacional entre homens e mulheres, quando observadas as principais características do trabalho afetadas pela crise, definem padrões de precariedade ou qualidade do trabalho ao longo de toda a série estudada. Se por um lado, o padrão de inserção ocupacional precária das mulheres durante a crise refletiu uma situação contingencial, pela necessidade de sobrevivência das famílias, o pós-crise, por outro lado, revelou que o mercado de trabalho se apresenta configurado por assimetrias de gênero independente do contexto econômico. Neste sentido, por mais que as mulheres tenham ampliado sua participação no mercado de trabalho nas últimas décadas e consolidado ali a sua presença nos últimos anos, seu lugar ainda se apresenta como inferior ao do homem, pois os tradicionais valores de gênero continuam a se reproduzir, já que estes encontram na esfera reprodutiva da família seu principal espaço de atuação.

A dissertação está dividida em quatro partes, além desta introdução. No primeiro capítulo, faz-se uma revisão bibliográfica do tema em questão com o objetivo de oferecer elementos teóricos necessários à compreensão empírica. Neste aspecto, apresenta-se uma breve contextualização do período em análise, buscando explicar de que forma a crise econômica vivenciada na década de 1990 e as mudanças nas famílias brasileiras afetaram as estratégias de inserção ocupacional da população ocupada de acordo com o lugar do ocupado na família. Em seguida, parte-se para a descrição da estratégia metodológica com o objetivo de demonstrar de que forma o modelo foi construído, desde a seleção e construção de variáveis até a aplicação do método. No capítulo seguinte, faz-se uma análise descritiva da composição da força de trabalho urbana no Brasil, bem como dos atributos da população

ocupada a partir da composição sociodemográfica da população, bem como de suas características familiares. Também neste capítulo, os resultados do modelo logístico são apresentados e analisados à luz da discussão teórica. Finalmente, parte-se para as considerações finais, que sintetizam os argumentos a partir dos resultados encontrados.

## **2. LUGARES DE HOMENS E DE MULHERES: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E MUDANÇAS RECENTES NA FAMÍLIA E NO TRABALHO**

### **2.1. Divisão Sexual do Trabalho: permanências e mudanças**

A inserção ocupacional feminina, entendida como a participação da mulher em atividades econômicas remuneradas, é um fenômeno que ganhou intensidade em todo mundo ocidental a partir da segunda metade do século 20 (MONTALI, 2000). Sua expansão se deve a um conjunto de fatores socioculturais, entre os quais se destacam a queda da fecundidade, a diminuição da discriminação sofrida por mulheres pela realização de atividades econômicas e as mudanças no padrão de conformação dos arranjos familiares – aumento dos domicílios unipessoais e dos chefiados por mulheres sem cônjuge (monoparentais femininos) e diminuição do tamanho das famílias (MELO, 2006). Mais recentemente, há de se destacar as mudanças relativas à provisão financeira das famílias, em que homens têm perdido espaço para mulheres na provisão exclusiva ou parcial dos domicílios (OLIVEIRA, 2005).

No Brasil, a participação de mulheres em atividades econômicas de forma mais intensa remonta aos anos da década de 1940, quando principalmente mulheres pobres e de baixos níveis de escolaridade e profissionalização buscavam o mercado de trabalho (MONTE; GONÇALVES, 2008). A partir dos anos 70, com a expansão econômica e urbana pelas quais passou o país, a presença das mulheres entre os economicamente ativos cresceu, ainda que com uma distinção clara entre os perfis das mulheres que cuidavam exclusivamente de suas famílias e as que efetivamente buscavam o mercado de trabalho, em sua maioria jovens, solteiras e pouco escolarizadas. Nos anos de 1980 e 1990, a participação de mulheres no mercado de trabalho permaneceu em ritmo de crescimento, em que pese o efeito da crise econômica e do trabalho ocorridas nesse período. Para se ter uma ideia da evolução da participação feminina em atividades econômicas no Brasil, em 1973, as mulheres representavam 30,9% da População Economicamente Ativa (PEA)<sup>1</sup>, percentual que se elevou a 41,4%, em 1999, e a 48%, em 2006. Atualmente, as mulheres que participam do mercado de trabalho são, em grande parte, de faixa etária e níveis de escolaridade elevados, ocupam a

---

<sup>1</sup> População com 10 anos e mais de idade classificadas como ocupadas – que exerciam trabalho na semana de referência – ou desocupadas – que não tinham trabalhado na semana de referência e procuraram trabalho no mês de referência (IBGE, 2007).

posição de chefes de suas famílias ou cônjuges e exercem dupla jornada de trabalho, isto é, o exercício paralelo de trabalho doméstico não remunerado e trabalho remunerado “fora de casa” (MONTE; GONÇALVES, 2008).

O debate teórico em torno do tema, nos anos de 1960, trazia uma percepção insensível às diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho e um foco no trabalho feminino como sendo atrelado estritamente à esfera produtiva ou econômica, isto é, restrita às dinâmicas de entrada e saída do mercado de trabalho (BRUSCHINI, 2006). Melo e Castilho (2008) apontam para uma “nuvem de fumaça” nas teorias em ciências humanas que acabou por obscurecer o trabalho reprodutivo realizado em sua maioria por mulheres, a chamada “invisibilidade do trabalho feminino”. Segundo as autoras, a definição clássica de divisão sexual do trabalho enrijeceu a compreensão dos papéis de homens e mulheres na sociedade, assim como a noção de família, como se esta tivesse um sentido linear e perene, e a própria noção de trabalho, como se este fosse sinônimo de emprego, isto é, realizado formalmente no âmbito do mercado de trabalho. Somente com o surgimento e amadurecimento do feminismo na academia é que foi possível questionar esses lugares e apontar para a invisibilidade do trabalho feminino realizado no interior das famílias. Ainda segundo as autoras, é desta forma que as ciências humanas têm tratado a questão até hoje.

Segundo Bruschini (2008), a partir da década de 1970, no entanto, o trabalho feminino passa a ser visto como uma combinação entre as esferas produtiva, que se refere ao mercado de trabalho, e a reprodutiva, que se refere à família. A abordagem que integra as duas esferas segue como pressuposto que o trabalho da mulher se articula à lógica das relações de gênero e se encontra indissociável da posição da mulher no espaço familiar:

Uma breve análise dos principais rumos tomados pelo debate teórico sobre o trabalho da mulher no Brasil revela que, de uma preocupação inicialmente centrada na incorporação ou expulsão da força de trabalho feminina do mercado sob os efeitos do capital, a produção teórica foi pouco a pouco mostrando maior sensibilidade tanto para fatores culturais e simbólicos, que também explicam a subordinação feminina, quanto para a inserção das mulheres no espaço da reprodução familiar. (BRUSCHINI, 2006, p. 332).

O foco na articulação entre o espaço produtivo e o reprodutivo se deu como crítica às estatísticas oficiais sobre o trabalho feminino, as quais enfatizavam o trabalho capitalista industrial, omitindo o contexto familiar e deixando margem à classificação das mulheres tendo como atividade principal os afazeres domésticos (BRUSCHINI, 2006). No Censo de 1970, por exemplo, a identificação do trabalho doméstico não remunerado aparecia como uma alternativa de resposta a situação principal do entrevistado em caso deste não ter trabalhado,

tampouco procurado trabalho no período de referência, isto é, aplicável apenas à população não economicamente ativa, composta maciçamente de mulheres. As PNAD da década de 1990, após revisão do conceito de trabalho<sup>2</sup>, permitiram a incorporação de um quesito específico para identificação do trabalho doméstico não remunerado, então denominado de *afazeres domésticos*, sendo o mesmo perguntado a toda população em idade ativa, independente da condição na atividade (BRUSCHINI, 2006).

Tal mudança teórica e empírica não só permitiu a desnaturalização da associação entre trabalho doméstico e mulher como também abriu espaço para a discussão da relação entre família e trabalho, já que o trabalho feminino passou a ser visto como marcado paralelamente pelas condições ocupacionais no mercado de trabalho e pelas condições familiares, espaços de permanência das desigualdades entre homens e mulheres. Neste contexto, a retomada do conceito de *divisão sexual do trabalho* tem sido relevante para entender o aumento da participação feminina em atividades econômicas em meio à convivência de valores tradicionais nas relações entre homens e mulheres, pois se trata de um fenômeno presente na sociedade em nível macrossocial, na esfera econômica, e em nível microssocial, na esfera familiar:

A articulação entre a esfera da produção e as estruturas produtivas e a esfera da reprodução e as estruturas familiares é feita pela lógica da divisão sexual do trabalho vigente tanto no mercado de trabalho como na família. (...) a importância do conceito de divisão sexual do trabalho na análise da mudança na relação família-trabalho está em possibilitar a articulação das duas dimensões que definem essa relação, superando análises que supõem determinações de uma esfera sobre a outra (MONTALI, 2000, p. 58).

Entende-se como divisão sexual do trabalho um etos de separação entre tarefas masculinas e tarefas femininas e à forma como estas se organizam e têm espaços diferenciados e hierarquizados na organização social (GOUVÊA; CAMURÇA, 1997). O padrão praticamente universal é o de atribuir aos homens o trabalho remunerado, realizado no espaço público, e às mulheres o trabalho doméstico não remunerado, realizado no espaço privado. A existência de tarefas “de homens” e “de mulheres” divide os espaços que cada um pode ocupar nos âmbitos público e privado, bem como as oportunidades que homens e mulheres terão ao longo da vida. A divisão sexual do trabalho regula o que será aceito, pela

---

<sup>2</sup> A revisão do conceito de trabalho adotado pelo IBGE, introduzido primeiramente às PNAD, seguiu critérios da Organização Internacional do Trabalho (OIT) buscando se adequar à maior complexidade do trabalho e heterogeneidade de profissões. Neste sentido, as mudanças que se seguiram foram: a inclusão do trabalho de produção agrícola para o próprio consumo ou de construção para o próprio uso, a identificação do trabalho doméstico como uma categoria separada dos demais trabalhos assalariados e a inclusão de um quesito específico sobre realização de *afazeres domésticos* (BRUSCHINI, 2006).

sociedade e pelo grupo familiar, como trabalho para um e outro, bem como a disposição e a necessidade de trabalho a ser realizado pelo homem e ou mulher. Essas diferenças causam impacto material, pois o tipo de trabalho define a remuneração, e esta última a margem de manobra para negociar o que pode cada um fazer e mandar (GOUVÊA; CAMURÇA, 1997).

No cotidiano ou no fazer-se da divisão sexual do trabalho, a família ocupa lugar central, no qual se produzem e se reproduzem suas formas e estruturas. Comunga-se aqui com a noção de que as famílias se constituem em grupos cujo papel é a manutenção de certos padrões de reprodução social que tendem a seguir aspectos de estrutura de classes e de sobrevivência (BOURDIEU, 1990). Em interação, membros de uma família compartilham percepções e ações socialmente construídas e aceitas, isto é, reproduzem modos de agir e pensar legitimados socialmente. Esses modos de agir e de pensar se refletem num *habitus*<sup>3</sup> estruturador e direcionador de um capital simbólico que tem por objetivo a manutenção das estratégias de sobrevivência do grupo, em nível microssocial, e da estrutura de classes, em nível macrossocial. Tanto na esfera familiar quanto na estrutural, a permanência e ou a mudança de padrões requer a articulação de práticas e percepções compartilhadas entre os membros de uma família (BOURDIEU, 1990).

É neste sentido que a família pode ser entendida como “*um lugar primordial na definição das relações entre sexos*” (HERTRICH; LOCOH, 2004, p. 99) ou das relações de gênero, pois se trata de um lugar privilegiado no qual se definem e redefinem as posições de homens e mulheres, especialmente através dos papéis de marido e pai, esposa e mãe, filho e filha. Neste aspecto, torna-se necessário conceituar gênero, a fim de compreender a lógica de articulação entre família e trabalho, pois as relações entre homens e mulheres ou as formas como se define sobre masculinidade e feminilidade, imprimem diferenças nos espaços que ambos ocuparão nessas duas esferas sociais.

Segundo Scott (1990), “*gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder*” (SCOTT, 1990, p. 14). A primeira parte do conceito destaca que o gênero é uma construção social que se fundamenta na observação das diferenças biológicas entre os sexos. Em outras palavras, como destaca De Laurentis (1994), gênero não é uma propriedade existente *a priori* nos seres humanos, e sim um aspecto sociocultural que cada sociedade define historicamente para seus membros. “Ser homem” ou “ser mulher” está

---

<sup>3</sup> *Habitus* é um *corpus* de práticas e percepções construído objetivamente e mantido subjetivamente no âmbito de uma esfera social, denominada *campo*. O campo é onde circula o capital simbólico culturalmente fundado e estruturalmente mantido. Trate-se, portanto, de uma categoria coletiva, que pertence ao grupo, mas que se realiza individual e inconscientemente quando da interação do *um* com o *outro* (BOURDIEU, 1990).

impresso na realidade objetiva do sexo biológico, mas não há nenhuma outra forma de se conhecer tal realidade senão pelos significados atribuídos a esta diferença, bem como às consequências desse significado (MOORE, 1997). O gênero como produto social não é atributo da pessoa, é relacional, isto é, atua como a representação de uma relação social existente entre duas diferentes categorias de pertencimento, neste caso entre homem e mulher.

Ainda segundo Scott (1990), há quatro elementos conformadores das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos. Primeiramente, os símbolos culturais que são constantemente evocados para dar sentido à estas diferenças, em sua maioria dicotômicos, como Adão e Eva, luz e escuridão, inocência e corrupção, natureza e cultura. Em segundo lugar, atuam como conformadores do gênero os conceitos normativos, que expressam formas categóricas de separação entre masculino e feminino, notadamente encontrados na religião, na ciência e no direito. Em terceiro lugar estão as instituições, espaço efetivo de atuação dos sujeitos e de circulação dos símbolos e das normas, como a família, o mercado de trabalho, a educação e o Estado. Finalmente, a identidade subjetiva, esfera individual de construção da identidade de gênero.

A junção desses elementos conformam um sistema de construção social do gênero, próximo da ideia do que Rubin (1986) denominou de “sistema sexo-gênero”, entendido como um conjunto de arranjos que uma sociedade lança mão para transformar a sexualidade humana em atributo social. Segundo De Laurentis (1994), que emprega conceito semelhante sob a rubrica “tecnologias do gênero”, tal sistema é evocado para dar sentido às diferenças percebidas entre os sexos e está intimamente relacionado com valores, hierarquias e desigualdades sociais. Isso significa que quaisquer elementos componentes de um sistema que transforma sexo em gênero estão interligados a fatores políticos e econômicos. Como consequência, ao lançar mão de um sentido de masculino e ou feminino, está-se acessando a totalidade dos elementos sociais que o constitui, bem como as diferenças, hierarquias e desigualdades a estes adjacentes.

É neste sentido que se aproxima aqui da segunda parte do conceito de gênero empregado por Scott (1990), a saber, o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. Isso não significa que o gênero seja o único campo pelo qual o poder se articula, mas parece ter sido um meio recorrente de atribuir significados ao poder ao longo da história ocidental, visto que o mesmo é produto e produtor de relações sociais. Segundo a autora, a partir de um conjunto de referências, tais como símbolos, normas e instituições que organizam a vida social em torno da distribuição de poder, supõe-se que o gênero é fator intrínseco das

próprias relações de poder, pois o mesmo define o acesso diferenciado que homens e mulheres terão aos recursos sociais disponíveis:

Estabelecendo um conjunto objetivo de referências, o conceito de gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda vida social. Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos) o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do poder em si. (SCOTT, 1990, p. 17).

Em suma, as definições de masculino e feminino transformam sexo em gênero, isto é, transformam diferenças percebidas entre os sexos em relações sociais, e organizam a distribuição de poder presentes nestas relações, tais como na divisão sexual do trabalho, em que homens e mulheres têm atribuições hierarquicamente diferenciadas. Neste sentido, tanto a família como o mercado de trabalho, tomadas aqui como esferas sociais que se articulam, devem ser entendidas como espaços de conformação do gênero e das relações de poder entre homens e mulheres. A condição de trabalho da mulher, portanto, pode estar relacionada ao seu lugar na família na medida em que sua atuação no mercado de trabalho se condiciona às relações estabelecidas no âmbito domiciliar. Segundo Montali (2000), a hierarquia de gênero define a disponibilidade dos diferentes componentes de uma família para o mercado de trabalho, o que se dá conforme a posição do ocupado na família e pelo padrão de absorção da força de trabalho no mercado. Para a autora, a divisão de tarefas por sexo e suas desigualdades no mercado, atuam quando ocorre sexualização de ocupações, isto é, a concentração de homens em determinados setores e atividades e de mulheres em outros.

Segundo Bourdieu (2007) na medida em que ocorrem alterações substantivas nas instituições que conformam o gênero, especialmente a família, o Estado, a educação e a religião, assiste-se a uma transformação nas relações entre homens e mulheres, geralmente ampliando os espaços de igualdade. O mesmo pode ser observado por mudanças no padrão de absorção da mão-de-obra, mais especificamente pelo aumento da incorporação de mulheres no mercado de trabalho. Neste caso, observa-se uma alteração na divisão sexual do trabalho. O aumento do acesso de mulheres à esfera pública, isto é, ao ensino secundário e superior e ao trabalho assalariado, foi um processo que significou o afastamento das mulheres das tarefas domésticas e das funções reprodutivas, ou seja, significou um questionamento do tradicional papel atribuído às mulheres. Para o autor, portanto, a “dominação masculina” não mais se impõe como evidência de algo que é indiscutível.

As mudanças nas relações de gênero, entretanto, carregam permanências, pois as estruturas da divisão sexual do trabalho continuam atuando e definindo a direção das

transformações (BOURDIEU, 2007). Por mais que alcancem o mercado de trabalho, as mulheres se encontram relegadas a funções de “prolongamento das funções domésticas” – como ensino, cuidado e serviços –, encontram barreiras para ascenderem a cargos de mando e autoridade e, ainda, aos homens cabe o monopólio dos trabalhos técnicos e das máquinas. Segundo Montali (2000), o novo padrão de inserção ocupacional, além de revelar a permanência de valores tradicionais na divisão das tarefas domésticas, mostra que o crescente aumento da participação feminina em trabalhos remunerados se dá de forma dual em se comparando com a inserção masculina, isto é, o mercado de trabalho se apresenta segregado por gênero. Na prática, essa segregação ocorre por que as mulheres, em média, ocupam os cargos mais precários e recebem as piores remunerações, comparativamente aos homens, além de existir uma concentração de homens nos empregos da indústria e na formalidade e, inversamente, uma concentração de mulheres no setor de serviços e na informalidade.

Há de se destacar ainda a permanência de valores tradicionais de gênero na medida em que os lugares tradicionalmente destinados às mulheres são mantidos na esfera domiciliar. É fundamental perceber a qualidade da inserção ocupacional da mulher, uma vez que sua participação em atividades econômicas pode ser influenciada pelo tempo dedicado à família, seja aquele do cuidado, dedicado aos filhos e ou aos idosos, função que ainda é atribuição quase exclusiva da mulher, ou aquele de realização de tarefas domésticas (ARAÚJO; SCALON, 2005). Neste aspecto, a situação precária da mulher se faz sentir para cada uma de acordo com as relações de gênero e de geração estabelecidas no interior das famílias. Sua inserção ocupacional pode variar em função do tipo de família, de sua posição de chefe ou cônjuge e em função do peso de seu rendimento para o total do rendimento familiar. Paralelamente, o tempo que esta tiver que dedicar às tarefas domésticas e ao cuidado influenciará na mobilidade no emprego, no tempo de dedicação ao trabalho, bem como no tipo de trabalho (ARAÚJO; SCALON, 2005).

Em suma, a inserção ocupacional da mulher relaciona-se a dois vetores que se comunicam através da divisão sexual do trabalho. Por um lado, a organização familiar e, por outro, a estruturação do mercado de trabalho. A inserção ocupacional feminina está relacionada com a organização familiar por que a decisão da mulher em procurar e manter um trabalho remunerado envolve não só desejos e necessidades pessoais, mas também valores de gênero e a manutenção do grupo familiar. Relaciona-se com o mercado de trabalho, na medida em que a inserção ocupacional de qualquer indivíduo depende da disponibilidade no mercado à força de trabalho e das barreiras encontradas por diferentes grupos sociais para um trabalho de qualidade. Torna-se necessário discutir, portanto, o impacto do novo cenário

familiar e econômico para a inserção diferenciada dos membros da família no mercado de trabalho, o que passará pela compreensão, em especial, da posição da mulher nesse processo. Em outras palavras, pretende-se entender em que medida a participação da mulher em atividades econômicas é influenciada pelo seu lugar na família no quadro de mudanças no mundo do trabalho urbano das últimas décadas.

## **2.2. Mudanças recentes na família e a conciliação entre família e trabalho**

A família pode ser identificada nas ciências sociais, genericamente, como um “*grupo de indivíduos ligados por elos de sangue, de adoção ou de aliança socialmente reconhecidos e organizados em núcleos de reprodução social*” (BRUSCHINI, 1989). Na sociologia da família e na demografia, a família é considerada como aquele grupo conformado pela unidade doméstica ou arranjo domiciliar, tradicionalmente identificado por um casal e seus filhos. Na antropologia, família é uma organização de pessoas conformada através de laços de parentesco, o que ultrapassa o grupo definido pelo local de residência e considera toda uma gama de relações entre pessoas, geralmente ligadas por laços consanguíneos (NASCIMENTO, 2006).

A definição que vem sendo amplamente utilizada nas ciências sociais é a do conceito do IBGE, aplicável à ideia de família como unidade de consumo, ou de convívio, ou ligação doméstica, para fins de pesquisas domiciliares. Nessa definição, têm sido diferenciados os arranjos domiciliares dos arranjos familiares, onde estes se apresentam como componentes daqueles, isto é, em um mesmo ambiente domiciliar ou residencial, podem existir mais de um núcleo familiar (NASCIMENTO, 2006). Segundo o IBGE (2007), família se define por: a) a pessoa que mora sozinha; b) as pessoas ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica (relação de subordinação de empregados domésticos e agregados em relação ao responsável); e, c) as pessoas ligadas por normas de convivência (regras que definem a convivência de pessoas residentes em um mesmo domicílio que não possuem laços de parentesco ou de dependência).

Segundo Castells (2003), nas últimas décadas a instituição família tem sofrido profundas transformações, acompanhando os processos mais amplos de transformação social. Essas transformações foram impulsionadas principalmente pelo aumento do número de separações e divórcios e de uniões consensuais (BERQUÓ, 1998). Também se destaca a

diminuição do tamanho das famílias, o que ocorreu seja pela queda da taxa de fecundidade ou mesmo pelo processo de urbanização que impactaram o tradicional modelo rural de famílias compostas por um número elevado de pessoas residindo em no mesmo domicílio. Neste contexto, surgiram novos arranjos familiares, para além do tradicional modelo nuclear, como os arranjos familiares monoparentais chefiados por mulheres e os arranjos unipessoais, formados por pessoas que moram sozinhas. O modelo de família nuclear, entretanto, ainda é predominante, assim como a maioria das famílias permanecem chefiadas por homens, retrato do impacto que o patriarcalismo ainda exerce sob as relações familiares (BERQUÓ, 1998). Apesar da permanência de modelos tradicionais de família, recentemente, a entrada da mulher no mercado de trabalho tem afetado as relações no âmbito das famílias nucleares, deslocando o papel da mulher de “dona-de-casa” para o de provedora financeira (OLIVEIRA, 2005).

O conjunto dessas transformações no âmbito familiar é comumente explicado pelo crescente processo de individuação da vida social, ainda que ocorra em paralelo à permanência de valores tradicionais, especialmente no que diz respeito à manutenção de expectativas de gênero. Esse processo de individuação da vida social no mundo contemporâneo pode ser caracterizado pelo que Giddens (2002) denominou de “modernidade reflexiva”. Para o autor, na atualidade, os indivíduos se encontram no desafio de constituir-se reflexivamente a partir de um processo que conjuga transformação pessoal com transformação social. De alguma maneira, todos nós temos consciência das ações dispersas na sociedade e das implicações destas em nossas vidas, o que cada um acessa cotidianamente na construção de sua identidade:

cada um de nós não apenas “tem”, mas vive uma biografia reflexivamente organizada em termos de fluxos de informações sociais e psicológicas sobre possíveis modos de vida. A modernidade é uma ordem pós-tradicional em que a pergunta “como devo viver?” tem tanto que ser respondida em decisões cotidianas sobre como comportar-se, o que vestir e o que comer – e muitas outras coisas – quanto ser interpretada no desdobrar temporal da auto-identidade” (GIDDENS, 2002, p. 13)

Neste aspecto, o acesso às transformações no âmbito das relações de gênero atua diretamente na construção da identidade de gênero, o que para a mulher pode se relacionar às possibilidades de ampliação da autonomia, seja pela separação ou divórcio, seja pela necessidade de inserir-se no mercado de trabalho e possuir renda individual (ainda que boa parte da renda de mulheres seja grandemente direcionada à manutenção familiar), ou até mesmo pelo controle que ela passa a exercer em seu próprio corpo. É neste contexto, que a

identidade “mulher esposa/mãe”, aos poucos vem sendo ampliada ou mesmo substituída, pelas identidades “mulher provedora”, “mulher profissional”, “mulher chefe”, entre outras.

Entretanto, a despeito da autonomia conquistada pelas mulheres nas últimas décadas, valores tradicionais de gênero permanecem influenciando as oportunidades que elas podem alcançar, especialmente no espaço do mundo do trabalho (ARAÚJO; SCALON, 2005). Um das evidências disso é que os homens aceitam a participação da mulher no mercado de trabalho, mas preferem receber mais que elas ou pelo menos delas não depender. Isso fica claro na negociação da realização dos afazeres domésticos, que funciona como uma “contenção” da entrada da mulher em atividades econômicas, já que estas permanecem realizando a maior parte dos cuidados com a casa, em comparação a uma menor participação dos homens (MARRI; WAJNMAN, 2007). Em outras palavras, o trabalho feminino permanece associado à exclusividade da esfera reprodutiva, da casa, como se a realização de atividades econômicas “fora de casa” não fosse função para as mulheres, e sim, naturalmente destinada aos homens:

(...) o acesso das mulheres ao trabalho pago permanece condicionado pela domesticidade de suas relações, como se fosse uma dimensão exterior às suas vidas. Já o acesso dos homens continua naturalizado (...). Se a figura da esposa que apenas cuida dos filhos e da casa vem se dissipando como fato, embora persista como forte referência no imaginário social, e o trânsito entre o trabalho remunerado e as atividades domésticas cotidianas é um dado para a maioria das mulheres, o fato é que o domicílio e a família permanecessem como espaço de produção material e de produção simbólica da vida cotidiana. E as mulheres continuam ocupando o lugar de responsáveis por sua produção, num mundo marcado pelo seu ingresso no trabalho pago e pelas exigências de sua contribuição financeira para a família (ARAÚJO; SCALON, 2005, p. 19 e 20).

O estudo teórico sobre o uso do tempo no capitalismo, realizado por Dedecca (2004), ilustra a realidade em que mulheres, mesmo acessando o mercado de trabalho, continuam atreladas ao trabalho doméstico não remunerado. Segundo o autor, o tempo dedicado por homens às atividades econômicas é, em geral, maior do que o feminino, enquanto o tempo dedicado por mulheres à reprodução social é maior do que o masculino. O autor destaca também que mesmo quando observada a ampliação da jornada de trabalho pago, as mulheres são mais prejudicadas do que homens, já que o tempo das tarefas domésticas e destinado à família, no espaço da reprodução social, não tende a diminuir para elas. É o que se chama de *dupla jornada de trabalho*, pela qual as mulheres possuem, em média, um total de horas dedicadas ao trabalho remunerado realizado na esfera econômica e ao trabalho doméstico não remunerado realizado na esfera familiar, maior do que os homens (ARAÚJO; SCALON, 2005).

No Brasil, segundo dados da PNAD, as mulheres em idade ativa possuíam em 2006, um total de horas trabalhadas no mercado de trabalho e dedicadas aos afazeres domésticos, em média, 15% maior que seus pares masculinos, percentual que só não se apresenta maior porque os homens possuem uma média de horas destinadas ao trabalho “fora de casa” maior do que as mulheres (DEDECCA; RIBEIRO; ISHII, 2008). Observando as médias de tempo dedicado à realização de afazeres domésticos por condição na atividade e sexo, segundo dados da PNAD de 2005, observa-se que homens brasileiros não economicamente ativos dedicavam uma média de 11,1 horas semanais ao cuidado do domicílio, enquanto os desocupados dedicavam 12,7 horas, em média, e os ocupados 9,1 horas. Já entre a PIA feminina, as mulheres não economicamente ativas declararam dedicar uma média de 28,5 horas semanais aos afazeres domésticos, as desempregadas, 28,6 horas, e as ocupadas, 20,8 horas (MELO; CASTILHO, 2008).

É importante destacar também a composição por classes de rendimento no que diz respeito à distribuição do tempo entre a família e o trabalho. Para ambos os sexos, mas principalmente entre as mulheres, à medida que aumenta a renda diminui o tempo dedicado ao domicílio e aumenta o tempo dedicado à atividade econômica (DEDECCA; RIBEIRO; ISHII, 2008). A mulher com renda mais elevada pode priorizar a carreira podendo pagar alguém para realizar os afazeres domésticos. A mulher com renda mais baixa tende a, invariavelmente, fazê-lo, já que só dispõe de filhos e familiares para compartilhar as tarefas. Quando observado o tipo de família e a posição na família, nota-se que as famílias unipessoais são caracterizadas por jornadas de trabalho totais de homens e mulheres praticamente iguais, ou seja, quando o homem mora sozinho, ele não tem saída a não ser executar ele mesmo as tarefas do lar. Por outro lado, quando os ocupados constituem um casal, com ou sem filhos, a situação muda drasticamente, pois a jornada masculina relativa ao cuidado da casa se reduz substancialmente, e a da mulher se eleva, ou seja, quando há uma mulher no ambiente familiar, ela tende a se tornar responsável pelos afazeres domésticos (DEDECCA; RIBEIRO; ISHII, 2008).

Segundo Bruschini (2006), são as mulheres cônjuge e as mães com filhos pequenos, em relação ao total de mulheres em idade ativa, que dedicam a maior quantidade de tempo aos afazeres domésticos no Brasil. Ainda segundo a autora, elas devem compor a categoria de mulheres com maior dificuldade em conciliar as responsabilidades familiares e profissionais, pois são as que mais adentraram e permaneceram no mercado de trabalho desde os anos de 1980. Segundo a hipótese, mesmo tendo as mulheres adentrado à esfera produtiva do trabalho assalariado, consolidado sua permanência e ampliado seu espaço no domicílio participando da

provisão financeira, ou mesmo assumindo completamente a renda domiciliar, as relações de gênero permanecem reservando a elas um lugar subordinado, evidenciado por sua dificuldade em conciliar os trabalhos “dentro” e “fora” de casa.

Além da dificuldade de conciliar família e trabalho, o elevado tempo de dedicação aos afazeres domésticos, observado para as mulheres, pode gerar descontinuidade no tempo de permanência no trabalho, salários mais baixos e empregos precários. Além disso, muitas vezes, por estes fatores supracitados, as mulheres passam a priorizar a esfera privada, abandonando a esfera produtiva (BRUSCHINI, 2006). Tais efeitos podem se reproduzir, pois as mulheres que se encontram em atividades precárias tendem a ter uma maior jornada total de trabalho e maior participação nos afazeres domésticos, o que conseqüentemente diminui o tempo que elas podem deslocar às atividades econômicas e à formação escolar, o que está invariavelmente relacionado a uma inserção de pior qualidade no mercado (DEDECCA; RIBEIRO; ISHII, 2008).

Em suma, as mudanças recentes na família revelam profundas alterações no modelo patriarcal, especialmente pela posição que as mulheres ocuparam na esfera pública nas últimas décadas, entretanto, não ao ponto de eliminar as assimetrias de gênero presentes no espaço privado da casa, lugar em que os modernos valores de igualdade entre os sexos encontram maiores dificuldades para penetrar. A permanência de mulheres como as principais provedoras do cuidado familiar e realizadoras de afazeres domésticos, em proporções bem maiores do que os homens, mesmo que estas estejam inseridas no mercado de trabalho, mostra que seu lugar continua sendo percebido socialmente como aquele restrito ao ambiente doméstico, ainda que a importância de sua participação na manutenção financeira da família seja reconhecida e legitimada. Torna-se fundamental perceber de que forma este paradoxo afeta a realidade das mulheres no trabalho remunerado, já que a realização de afazeres domésticos pode imputar perda de qualidade da ocupação.

### 2.3. Crise do trabalho e alterações nos arranjos familiares de inserção ocupacional

A chamada *reestruturação produtiva* pela qual passou a economia mundial e nacional, principalmente no que tange à adoção de novas tecnologias microeletrônicas nos setores industriais modernos (MAIA, 2001), associadas a substanciais mudanças econômicas ocorridas no Brasil (abertura comercial, Plano Real e câmbio flutuante), ao menor crescimento econômico e à desregulamentação dos contratos trabalhistas (RAMOS; BRITTO, 2004), impactou fortemente o mercado de trabalho brasileiro, especialmente a partir do início da década de 1990. Ressalta-se, entre os principais impactos, o aumento do desemprego, a queda da renda proveniente do trabalho, o aumento dos requisitos de qualificação para os postos de trabalho e o aumento da precarização derivada do crescimento da informalidade, isto é, das relações de trabalho desprotegidas pela legislação trabalhista (RAMOS; BRITTO, 2004).

Segundo Antunes (2002), as décadas de 1980 e 1990, sobretudo esta última, passaram por um processo de *flexibilização* da produção econômica em todo mundo, inclusive no Brasil. Tal processo ocorreu através do enxugamento da estrutura produtiva no país, especialmente na indústria de transformação, em face de um cenário de competitividade internacional (RAMOS; FERREIRA, 2006). Esse processo conjugou desenvolvimento tecnológico pautado pela adoção de novas tecnologias, mormente as de microeletrônica, e descentralização ou desconcentração do processo produtivo de bens e serviços, baseada na participação de empresas pequenas, médias e artesanais ao longo do processo de produção econômica<sup>4</sup> (ANTUNES, 2002). Segundo Mattoso e Pochmann (1998) a economia mundial se tornou mais competitiva, abrindo espaço para novos padrões de acumulação de capital, via especulação financeira; de produção, com indústrias e serviços operando através de redes; e de trabalho, pela desregulamentação dos contratos de trabalho e exigência de maior qualificação do trabalhador.

Segundo Castells (2008), passou a vigorar em todo mundo o novo *paradigma informacional* da economia. O paradigma informacional é uma forma de organização da economia capitalista na contemporaneidade, através da qual as pessoas, através de empresas,

---

<sup>4</sup> O processo de *flexibilização* da produção econômica também pode ser explicado pela substituição do modelo fordista de produção pelo modelo toyotista, de origem japonesa (ANTUNES, 2002). Entretanto, este ponto não será discutido nesta dissertação, pois se entende que o surgimento desse novo modelo produtivo se restringiu a países desenvolvidos ou a áreas industrializadas no mundo e que o mesmo está inserido em um contexto maior de transformação da economia mundial, que pode ser melhor explicitada pelo adoção das tecnologias de microeletrônica nos setores industrial e de serviços.

organizações civis e estados nacionais em todo o mundo, encontram-se interligados pela troca de informações, mercadorias e serviços. Tal troca ocorre em forma de uma rede que interliga tais organizações em torno de uma cultura global que opera por meio das telecomunicações, das novas tecnologias de informática e do consumo internacional. Trata-se, portanto, de um novo modelo de acumulação de capital que conjuga transformação tecnológica, cultural e social de abrangência global em torno da produção e circulação de bens e serviços.

Neste novo cenário, a paulatina exposição das economias de todo mundo à concorrência internacional passou a exigir o enquadramento dos trabalhadores em novos processos produtivos. Novas tecnologias produtivas, vis-à-vis a necessidade de maior qualificação dos trabalhadores, tornaram-se tônica nesse momento e trouxeram, também ao mercado de trabalho e relações trabalhistas, a chamada *flexibilização* (LAVINAS, 2001). A mesma se configurou em face da diminuição da ocupação no setor industrial em países de capitalismo avançado e em várias áreas industrializadas de países em desenvolvimento, acompanhando o enxugamento da estrutura produtiva. Inversamente, ocorreu expansão do trabalho assalariado no setor terciário ou a dita “terceirização”, em parte como estratégia de contenção do arrefecimento industrial e mesmo que fortemente baseada na desregulamentação dos contratos de trabalho via estabelecimento de contratos parciais ou temporários (RAMOS; FERREIRA, 2006; ANTUNES, 2002).

Podemos dizer que ocorreu nesse período um processo de diversificação e fragmentação da classe trabalhadora, seja pela exigência de maior especialização ou de polivalência do trabalhador, seja pela precarização e insegurança do trabalho via aumento da informalidade ou contratação desprotegida pela lei. Este último aspecto também foi impulsionado pela fragilização da ação sindical, resultado dos processos de especialização da mão-de-obra e da introdução da gestão participativa nas empresas (ANTUNES, 2002). Segundo Mattoso (1995), as mudanças no mundo do trabalho seguiram um processo de *modernização conservadora*, entendida como a transformação tecnológica do processo produtivo em torno da conservação, senão agravamento, da insegurança do trabalho e das desigualdades sociais. Ainda segundo o autor, tal transformação se deu na medida em que os processos de negociação e regulação coletivas das relações de trabalho foram substituídos por práticas individualistas.

No Brasil, não podemos falar que ocorreu nesse período uma substituição do modelo fordista, já que este nunca se desenvolvera no país como um modelo padrão, e sim, apenas em alguns setores e regiões (FERREIRA, 1997). Entretanto, os anos de 1990 assistiram a uma intensa abertura comercial, decisiva para a inserção do país no novo processo de acumulação

de capital. Tal abertura foi caracterizada por uma inserção econômica passiva e pela ausência de políticas setoriais, como resultado da redução do papel do Estado na economia. O mercado de trabalho passou por um período de menor dinamismo, baixa geração de empregos e acentuada desigualdade, além do crescimento da informalidade. Nesse cenário, manteve-se uma relação autoritária nas relações de trabalho e pauperismo nos níveis de escolaridade, renda e acesso de qualidade a serviços básicos por parte da população. A chamada *reestruturação produtiva*, nesse aspecto, não pode ser aplicada diretamente ao caso brasileiro, pois a desestruturação industrial ocorreu apenas nas áreas mais industrializadas e o aumento da precarização do trabalho esteve muito mais relacionado a um cenário de crise e de investimentos irrisórios, do que no sentido do novo padrão produtivo, que emergiu nos países desenvolvidos (MATTOSO; POCHMANN, 1998).

Os principais movimentos de mudança no mercado de trabalho brasileiro, especialmente o urbano, ao longo da década de 1990 foram o aumento do desemprego e o também aumento da informalidade. A Taxa de Desemprego<sup>5</sup> metropolitano<sup>6</sup>, no início da década, permaneceu em torno de uma média de 5%, sofrendo queda significativa após implementação do Plano Real, chegando aos 3,4% da força de trabalho, em dezembro de 1994. A partir de 1995, entretanto, seu crescimento foi contínuo, chegando a ultrapassar os 8% em 1999. Após esse período, a taxa sofreu alguns declínios, mas sem conseguir retornar aos baixos patamares do início da década. O grau de informalidade<sup>7</sup>, por sua vez, passou de menos de 40% da força de trabalho, em 1990, para 52%, em 2000, tendo permanecido em torno dos 50% nos anos seguintes (RAMOS; BRITTO, 2004). No setor de serviços, a proporção de trabalhadores na informalidade ultrapassou os 50%, enquanto na indústria, a formalidade ainda era maioria, em torno de 70% do total de trabalhadores empregados no setor ao longo da década. Porém, as ocupações informais aumentaram independentemente dos setores. No caso da indústria, por exemplo, seu crescimento triplicou (RAMOS; FERREIRA, 2006).

Não há um consenso na literatura a respeito da definição de informalidade. Em geral, como no Brasil a legislação trabalhista exige a carteira assinada para os trabalhadores assalariados, pode ser considerado informal o trabalho desprotegido da legislação trabalhista, isto é, o trabalho assalariado sem carteira assinada (ULYSSEIA, 2006). A informalidade,

---

<sup>5</sup> Corresponde ao quociente entre os desocupados e a PEA (JANNUZI, 2004). Considera-se desocupada a pessoa que não trabalhou na semana de referência, mas procurou trabalho no mês de referência (IBGE, 2007).

<sup>6</sup> Regiões metropolitanas pesquisadas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a saber, RM de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador.

<sup>7</sup> Corresponde à proporção de empregados sem carteira e autônomos dentre o total da população ocupada (JANUZZI, 2004).

portanto, é comumente identificada nos trabalhos empíricos pela posição na ocupação, isto é, se o trabalhador não é estatutário, ou não possui carteira de trabalho assinada, ou é conta própria. (CARDOSO JR., 1999).

No cômputo geral, o crescimento da informalidade na década de 1990 esteve associado a dois fenômenos diferentes. Por um lado, como destaca Noronha (2003), a informalidade esteve relacionada ao novo processo produtivo, no qual as relações de trabalho em curto prazo e não calçadas pelas relações trabalhistas é uma de suas características. Ainda segundo o autor, os trabalhadores que entraram na informalidade por essa via, representam muitos dos que migraram do setor industrial para o de serviços durante a década de 1990. São pessoas, em geral, com especialização específica e que encontraram melhores oportunidades de rendimentos na terceirização, apesar de atuarem à margem das leis trabalhistas. Por outro lado, a informalidade se relaciona à precarização do trabalho, ou piora da qualidade do emprego. A precarização pode ser entendida como um processo de perda de qualidade no mercado de trabalho e suas consequências sociais para a população, tais como a redução dos rendimentos e a instabilidade nos postos de trabalho. Segundo Machado (2004), é precário o trabalho de empregados sem carteira, uma vez que se trata de trabalho desprotegido legalmente, e os piores remunerados. A definição de rendimentos é importante neste caso, pois se separam os trabalhadores autônomos em função de sua remuneração<sup>8</sup>.

Segundo Montali (2000), durante o período de crise, as alterações no padrão de inserção ocupacional familiar refletiram consequências diferenciadas para cada membro da família, especialmente identificadas pelas posições inferiores dentro do arranjo familiar no tocante a gênero e idade. Como mostra a autora, entre 1990 e 1994, período de intensificação da *reestruturação produtiva* e do desemprego masculino, houve um aumento da inserção de mulheres cônjuge e das filhas. Entre 1997 e 1999, quando se assistiu ao aumento do desemprego e à diminuição da renda da população ocupada, ocorreu não só a entrada de novos componentes da família no mercado de trabalho, como já vinha ocorrendo desde o início da década anterior, mas também uma mudança de responsabilidades em função das capacidades que cada membro passou a ter na manutenção do domicílio. Neste sentido, alterou-se a participação financeira da mulher na família, seja em direção à provisão financeira total ou a parcial (coprovisão).

Para Montali (2003), o desemprego na década da crise, afetou homens e mulheres de forma diferenciada. Entre os homens, o desemprego ocorreu pelo fechamento de postos de

---

<sup>8</sup> É considerado precário o trabalho sem carteira e com remuneração de até dois salários mínimos (MACHADO, 2004).

trabalho, especialmente na indústria. Já entre as mulheres, pelo aumento da oferta de mão-de-obra, especialmente para ocupar postos de trabalho precários. Desta forma, o aumento do desemprego dos chefes de família masculinos e dos jovens pode ter impulsionado o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, como estratégia das famílias para garantir padrões de sobrevivência, o que se chama na literatura econômica de “trabalhador adicional” (GONZAGA e REIS, 2006). O fato é que as mulheres procuraram o assalariamento com uma intensidade nunca antes observada, o que repercutiu no aumento de sua participação na provisão e coprovisão da família, em um contexto de diminuição da renda das famílias (MONTALI, 2006). É necessário ressaltar que essa procura ocorreu de forma diferenciada na população feminina de acordo com a classe social, o tipo de família e a posição na família. No cômputo geral, aquelas que mais têm procurado atividades econômicas remuneradas são as mais escolarizadas, as mais jovens e as responsáveis por suas famílias (MONTALI, 2006).

Nesse contexto de participação diferenciada de trabalhadores em função de seu lugar na família evidenciou-se ao longo da década de crise do trabalho o estabelecimento de novos arranjos familiares de inserção ocupacional para subsistência do grupo familiar, nos quais a mulher ocupou um lugar central ao assumir a função de provedora ou coprovedora (MONTALI, 2003). Nas famílias de casal em constituição do ciclo vital, isto é, de casal com até 34 anos de idade e presença de filhos fora da idade ativa, diminuiu o peso da participação do chefe masculino e ampliou a participação do seu cônjuge, e conseqüentemente o peso desta sobre a renda familiar. Para os grupos de casal entre 34 e 49 anos com filhos em idade ativa, observou-se o esforço coletivo de todos os componentes do grupo, mas principalmente da mulher cônjuge, para manutenção do domicílio em função do aumento do desemprego do chefe masculino. Para as famílias de chefe feminino com filhos, também se verificou o esforço familiar em função do agravamento da situação de precariedade deste tipo de arranjo, bem como o aumento da participação da responsável pelo domicílio em função do desemprego dos filhos homens (MONTALI, 2003).

Na década atual tem havido uma recuperação do mercado de trabalho, especialmente pelo aumento da formalização dos contratos de trabalho e da melhoria da renda proveniente do trabalho (CARDOSO JR., 2007). A reação do mercado de trabalho está associada a vários fatores, entre os quais está o aumento e diversificação do saldo exportador e do crédito doméstico, a aplicação de políticas de fiscalização das condições e relações de trabalho em alguns setores, o aumento do salário mínimo à frente da inflação e a expansão das políticas sociais. Assistiu-se tal cenário de recuperação especialmente ao longo do triênio 2004-2006, após a observação de um contexto internacional favorável, desde 1999, ao arrefecimento das

tendências de crise do trabalho da década anterior. Também se incluem como fatores que contribuíram para o aumento da formalização nos últimos anos, o crescimento e descentralização do gasto social federal, o regime tributário simplificado para pequenas e médias empresas e as políticas de intermediação da mão-de-obra, como o Sistema Nacional de Emprego – SINE (CARDOSO JR., 2007).

Segundo Cardoso Jr. (2007), no período compreendido entre 2001 e 2005, o assalariamento com carteira sofreu um aumento de 20,5%, enquanto o assalariamento sem carteira teve aumento de 10,1%<sup>9 10</sup>. No período entre 1995 e 1999, o quadro era inverso, pois os assalariados com carteira cresceram menos do que os assalariados sem carteira, apenas 3,1%, contra 17,2%, respectivamente. Com relação ao trabalhador conta própria, a cada 100 postos de trabalho criados no período entre 1995 e 1999, 11% eram de trabalhadores autônomos, percentual que caiu para 9,4% entre os anos de 2001 e 2005. Ou seja, assistiu-se recuperação do trabalho formal na década atual pela diminuição do crescimento de postos de trabalho sem carteira e autônomos e o aumento do assalariamento com carteira.

Em síntese, o período compreendido entre a segunda metade da década de 1990 e a primeira metade da década atual descreve uma trajetória de intensificação da crise do trabalho e sua recente recuperação. O período entre 1996 e 1999 está situado no auge da crise provocada pela abertura econômica, no qual se assistia alto desemprego, aumento da informalização e da instabilidade das relações de trabalho e queda da renda proveniente do trabalho. No período entre 1999, ano de alteração do câmbio, até o ano de 2003, assistiu-se um momento transitório de estagnação, em que os efeitos da crise ainda se mostravam importantes, a despeito de um cenário internacional favorável. Entre 2004 e 2006 houve um cenário de recuperação e estabilidade econômicas com o aumento do emprego formal e a melhoria da renda real proveniente do trabalho (CARDOSO JR., 2007).

Em um cenário de perda de atributos que qualificam o trabalho, a saber, proteção legal através de direitos do trabalho, bons rendimentos e estabilidade nas relações de trabalho, é importante perceber de que forma atributos pessoais do trabalhador, como é o caso do lugar do ocupado na família, podem ter contribuído para o solapamento da inserção ocupacional. O novo padrão de inserção ocupacional das famílias nucleares, caracterizado pelo aumento da participação de mulheres cônjuge na provisão da família por causa do desemprego e precarização do trabalho do chefe masculino e dos filhos, bem como o aumento da participação de mulheres chefe, sem cônjuge, por causa do crescimento da proporção de

---

<sup>9</sup> Dados da PNAD de 1995, 1999, 2001 e 2005 da população ocupada entre 16 e 59 anos de idade.

<sup>10</sup> Neste cálculo não se contam estatutários, militares e trabalhadores domésticos.

arranjos familiares monoparentais, atenuaram os efeitos da precarização do trabalho para a renda das famílias. Entretanto, o que se viu foi o crescimento da participação de mulheres em ocupações precárias, por um lado, buscando atenuar os efeitos da crise para suas famílias, mas por outro, atendendo à demanda do mercado de trabalho por essas ocupações. A análise desse processo torna-se fundamental pela identificação da situação social precária destas mulheres e de suas famílias como resultado de um cenário de crise, haja vista que elas não só ampliaram sua participação no mercado de trabalho como também sua responsabilidade na manutenção financeira da família. É importante identificar também se os anos pós-crise ou de recuperação do mercado de trabalho atenuaram as consequências da crise para a inserção feminina.

### 3. FONTES DE DADOS E METODOLOGIA

#### 3.1. Fontes de dados: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Foram utilizados nesta dissertação os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 1996, 2001 e 2006 correspondentes à população ocupada com idade entre 25 e 64 anos e residente em áreas urbanas do país<sup>11</sup>. A população em questão representava, em 1996, 56,7% da população ocupada no país, em 2001, 60,8%, e em 2006, 61,9%. O corte de idade se fez no sentido de captar a população fora do ciclo de formação escolar, haja vista que tal atributo influencia sobremaneira a inserção ocupacional, e dentro do intervalo de idade mais propício ao exercício de atividade econômica. Quanto aos períodos selecionados, buscou-se captar o período de ápice da crise do trabalho da década de 1990 e o de recente recuperação do mercado de trabalho, o pós-crise. Os intervalos entre os anos descrevem quinquênios, sendo possível o acompanhamento das coortes de quinquênio de nascimento da população estudada.

A PNAD é uma pesquisa amostral domiciliar, de periodicidade anual, exceto em anos de Censo Demográfico e excepcionalmente em 1994, e de abrangência nacional. A abrangência nacional da PNAD foi prevista desde a primeira pesquisa, em 1967, no entanto, apenas a partir de 2004 é que tal objetivo se tornou possível com a inserção da área rural da Região Norte, última restante. Até 2003, portanto, a PNAD não conta com abrangência para a área rural da Região Norte, exceto para o Estado de Tocantins, único da região cuja totalidade foi abarcada nesse período. Não houve necessidade de compatibilização territorial nesta dissertação, uma vez que não foram contempladas áreas rurais. Os resultados da pesquisa têm abrangência geográfica para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e nove regiões metropolitanas, a saber, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Fortaleza, Recife, Salvador e Belém (IBGE, 2007). Foram utilizados aqui os dados de abrangência geográfica para o Brasil, excetuando-se as áreas rurais.

Com o objetivo de analisar os diferenciais ocupacionais da população urbana ocupada, buscou-se diferenciar os ocupados entre aqueles que residiam em regiões metropolitanas e os

---

<sup>11</sup> Sempre que for citada a população ocupada daqui por diante, considere-se a população com idade entre 25 e 64 anos, ocupada na semana de referência da PNAD e residente em regiões urbanas do país. Excluem-se os trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso.

que residiam em áreas urbanas não-metropolitanas. A população residente em regiões metropolitanas considerada nesta dissertação se restringe apenas às nove regiões supracitadas. Destaca-se também que não foi possível acrescentar ou retirar municípios às regiões metropolitanas de acordo com as mudanças administrativas ocorridas durante o período em questão. Isso se deve aos fatos de que não há disponibilidade de dados por município e que o critério da PNAD para definição dos municípios componentes de cada região metropolitana, ao longo de uma década de pesquisa, segue o mesmo adotado pelo Censo Demográfico respectivo à década (IBGE, 2007). Neste caso, para o ano de 1996, consideram-se os municípios descritos como componentes das regiões metropolitanas por ocasião do Censo de 1991, e para os anos de 2001 e 2006, os do Censo de 2000.

O conteúdo permanente da PNAD contém informações sobre habitação, trabalho e rendimentos e aspectos educacionais e demográficos, como migração e fecundidade<sup>12</sup>. Neste sentido, as unidades de análise são o domicílio e seus moradores. Defini-se como domicílio o local de moradia constituído por um ou mais cômodos e que seja separado e independente<sup>13</sup> (IBGE, 2007). Um domicílio pode ser particular (destinado à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento seja ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência) ou coletivo (destinado à habitação de pessoas em cujo relacionamento prevaleça o cumprimento de normas administrativas, como hotéis, pensões, orfanatos, asilos e quartéis). As características gerais do domicílio coletadas pela pesquisa se referem aos domicílios particulares permanentes, o que significa que não se consideram os domicílios coletivos e aqueles que não destinados exclusivamente à moradia. Define-se como morador aquela pessoa que tinha o domicílio como o local de residência habitual e que, na data da entrevista, estava presente ou ausente, temporariamente, por um período não superior a 12 meses em relação àquela data (IBGE, 2007).

Quanto às características dos moradores é possível investigar sexo, idade, raça/cor da pele, escolaridade, frequência a escola, entre outros atributos. Cada morador é classificado segundo sua condição na unidade domiciliar e condição na família, as quais descrevem a posição dos moradores dentro de cada unidade domiciliar e de cada família, respectivamente. A posição do morador é definida em função da relação com a pessoa de referência ou com o

---

<sup>12</sup> A pesquisa conta também com suplementos variados referentes a outros assuntos de importância demográfica ou socioeconômica que variam ao longo dos anos. São exemplos de temas tratados ao longo do período, mobilidade social, trabalho infantil, segurança alimentar e nutricional, segurança do trabalho, acesso a programas de transferência de renda, entre outros.

<sup>13</sup> Considera-se o local de moradia separado quando o mesmo é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, e permite que seus moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia. Considera-se independente quando este tem acesso direto, permitindo que seus moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas.

seu cônjuge. Define-se como família, cada grupo de pessoas moradoras do domicílio unidas por relações de parentesco, dependência doméstica (no caso de agregados e empregados domésticos), ou normas de convivência (no caso de não parentes e pessoas sem relação de dependência doméstica morando juntas), e ainda, a pessoa que morava sozinha. Como será destacado adiante, considerou-se nesta dissertação a unidade domiciliar como referência para a definição das variáveis familiares de interesse (IBGE, 2007).

A PNAD conta também com um bloco abrangente de quesitos sobre trabalho e rendimento. Os principais atributos investigados sobre o trabalho pela PNAD são posição da ocupação, classificação da ocupação, classificação da atividade, tempo de permanência no trabalho, número de trabalhos na semana de referência, número de horas habitualmente trabalhadas por semana, contribuição para instituto de previdência e previdência privada e rendimento em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios.

O conceito de trabalho da pesquisa é o mais abrangente dentre as pesquisas realizadas pelo IBGE. Defini-se como trabalho em atividade econômica, segundo a PNAD, o exercício de ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios na produção de bens e serviços e no serviço doméstico; ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar, em ajuda à instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo, ou como aprendiz ou estagiário; e a ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens primários destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar ou na construção para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar (IBGE, 2007). Buscando adequar o conceito de trabalho ao mesmo utilizado pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), excluíram-se da população ocupada os trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso. A equiparação de conceitos foi feita por se tratar a PME de uma pesquisa realizada somente em regiões metropolitanas. Desta forma, a exclusão dos trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso torna o conceito mais próximo das características do trabalho urbano.

As variáveis selecionadas para esta dissertação buscam imprimir um caráter multidimensional à análise sobre o trabalho e podem ser divididas em três blocos. O primeiro bloco é chamado bloco sociodemográfico ou atributos de controle, é composto pelas variáveis que identificam a raça ou cor da pele e a escolaridade do ocupado, bem como as variáveis do modelo Idade, Período e Coorte – IPC. O segundo bloco descreve as variáveis explicativas de família, isto é, aquelas características das quais se buscou encontrar associação com a

qualidade do trabalho, são elas, tipo de família, posição na família e realização de afazeres domésticos. O terceiro e último bloco se refere aos atributos do trabalho e é formado por variáveis que identificam a qualidade da ocupação. São elas, posição na ocupação, classificação da ocupação, rendimentos mensais em salários mínimos e tempo de permanência no trabalho. No próximo tópico, apresentam-se os blocos de variáveis sociodemográficas e familiares selecionadas.

### 3.2. Variáveis sociodemográficas e familiares

As variáveis demográficas correspondem às características pessoais de raça ou cor da pele declarada e anos de estudo, da pessoa entrevistada, além das variáveis do modelo IPC. Para *raça ou cor da pele* o critério seguido foi o de classificação binária. Foram classificados separadamente aqueles entrevistados que se identificaram como sendo da cor/raça “indígena”, “preto” ou “pardo” – pessoa que se declarou como sendo “parda”, “mulata”, “mestiça”, “cabocla”, “cafuzo” ou “mameluca” – em um subgrupo, e aqueles que se identificaram como sendo da cor/raça “branco” ou “amarelo” – pessoa que se declarou de origem japonesa, chinesa, coreana, etc. – em outro subgrupo. A variável de *anos de estudo* é intervalar, sendo definida pela última série ou curso concluído com aprovação. A última categoria da variável de anos de estudos, porém, é composta por todos aqueles com 15 anos ou mais de estudos.

As variáveis do modelo IPC foram inseridas no modelo com o objetivo de analisar a trajetória ocupacional ou as mudanças geracionais de comportamento no mercado de trabalho. A primeira variável, *idade*, foi calculada pela investigação do dia, mês e ano de nascimento da pessoa, ou a idade presumida, em anos completos, da pessoa que não soubesse a data de nascimento. O atributo de idade foi utilizado em dois formatos, um intervalar, e outro categórico, organizado em faixas etárias quinquenais. A variável de *período* indica um dos três anos selecionados, a saber, 1996, 2001 e 2006. As *coortes* foram descritas por grupos quinquenais e se referem, portanto, a coortes de quinquênio de nascimento do entrevistado. O quadro 2 descreve as combinações entre idade e período (I X P) para a formação de cada coorte (C).

**QUADRO 1**

**Classificação das Coortes de quinquênio de nascimento a partir da Idade e do Período**

Idade		Período		
		1996	2001	2006
		P <sub>1</sub>	P <sub>2</sub>	P <sub>3</sub>
I <sub>1</sub>	25-29	C <sub>8</sub>	C <sub>9</sub>	C <sub>10</sub>
I <sub>2</sub>	30-34	C <sub>7</sub>	C <sub>8</sub>	C <sub>9</sub>
I <sub>3</sub>	35-39	C <sub>6</sub>	C <sub>7</sub>	C <sub>8</sub>
I <sub>4</sub>	40-44	C <sub>5</sub>	C <sub>6</sub>	C <sub>7</sub>
I <sub>5</sub>	45-49	C <sub>4</sub>	C <sub>5</sub>	C <sub>6</sub>
I <sub>6</sub>	50-54	C <sub>3</sub>	C <sub>4</sub>	C <sub>5</sub>
I <sub>7</sub>	55-59	C <sub>2</sub>	C <sub>3</sub>	C <sub>4</sub>
I <sub>8</sub>	60-64	C <sub>1</sub>	C <sub>2</sub>	C <sub>3</sub>

As variáveis de família são aquelas identificadoras dos tipos de arranjos familiares e da posição do entrevistado nesses arranjos. As variáveis foram construídas tendo como parâmetro a pessoa de referência do domicílio informada pelo entrevistado por ocasião de cada pesquisa. O IBGE (2007) considera como família cada grupo de pessoas moradoras do domicílio unidas por relações de parentesco, dependência doméstica (no caso de agregados e empregados domésticos), ou normas de convivência (no caso de não parentes e pessoas sem relação de dependência doméstica morando juntas). Isso significa que podem existir mais de uma família em um único domicílio. Por exemplo, considere-se um domicílio com um casal e uma filha que tenha um filho (neto do casal). Nesta unidade domiciliar existem duas famílias, a primeira composta pelo casal e a segunda família composta pela filha e seu filho. Nos casos em que existem mais de uma família compondo o domicílio, diz-se que as mesmas são conviventes<sup>14</sup>.

A definição dos arranjos familiares seguiu três critérios, *i*) se a família é do tipo casal ou monoparental com responsável feminino; *ii*) se a família tem filhos; *iii*) e se todos os filhos eram menores de 14 anos de idade, se todos tinham 14 anos de idade ou mais, ou se ambas faixas etárias compunham o arranjo. Na categorização da posição do entrevistado na família, considerou-se *pessoa de referência* o morador responsável pelo domicílio ou que assim tenha sido considerado pelos demais membros. Como *cônjuge ou companheiro/a*, considerou-se o morador que vivia conjugalmente, através de vínculo matrimonial ou não, com a pessoa de referência. *Filho/a ou enteado/a* é o morador que é filho/a, enteado/a, filho/a adotivo/a ou de

<sup>14</sup> Em 1996, 4,5% das famílias eram conviventes, isto é, compunham unidades domiciliares com mais de uma família. Já em 2001 e 2006, 4,9% e 5,1% das famílias eram conviventes, respectivamente.

criação da pessoa de referência ou de seu cônjuge ou companheiro/a. Finalmente, definiu-se como *outro parente ou agregado* o morador que é pai, mãe, sogro/a, neto/a, bisneto/a, nora, genro, irmão, irmã ou outro parente da pessoa de referência, e ainda, agregado, pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico de algum membro do domicílio. Para análise de regressão, as categorias *filho/a ou enteado/a* e *outro parente ou agregado* foram reunidas em uma única categoria.

A variável *realização de afazeres domésticos*, que indica se a pessoa realizava afazeres domésticos ou não, também foi inserida à análise. Tal variável faz parte da PNAD desde 1992 e é perguntada para toda a população economicamente ativa, podendo ser observada na análise para toda a população em questão, em cada ano eleito<sup>15</sup>. Realização de afazeres domésticos, segundo a PNAD, compreende

a realização, no domicílio de residência, de tarefas (que não se enquadravam no conceito de trabalho) de: arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro/s morador/es; orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; cuidar de filhos ou menores moradores; limpar o quintal ou terreno que circunda a residência (BRUSCHINI, 2006, p. 338).

Também foram incluídas como variáveis de controle os atributos identificação geográfica do ocupado. A variável de *situação do domicílio* divide a amostra entre aqueles que residiam em regiões metropolitanas e em áreas urbanas não metropolitanas, e tem por objetivo analisar os efeitos diferenciados dos atributos selecionados para a qualidade do trabalho de acordo com a residência ou não em regiões metropolitanas. Ainda em identificação geográfica, inclui-se a variável *região geográfica*, classificada de acordo com a divisão administrativa do país, menos com o objetivo de analisar o efeito separado de cada região no comportamento de inserção ocupacional, e sim de controlar o efeito da variável de *situação do domicílio* através de cada região. A seguir, discute-se formalmente o modelo logístico multinomial, bem como sua estrutura em torno das variáveis selecionadas. A seguir, discute-se formalmente o modelo logístico multinomial, bem como sua estrutura em torno das variáveis selecionadas.

---

<sup>15</sup> A variável referente ao tempo normalmente dedicado por semana aos afazeres domésticos não pôde ser inserida ao modelo logístico, pois a mesma só passou a fazer parte dos quesitos permanentes da PNAD a partir de 2001, o que inviabilizou a comparação entre os anos de 2006 e 1996, já que este último é anterior ao incremento. Para análises específicas sobre o tempo dedicado aos afazeres domésticos ver Bruschini (2006) e Dedecca, Ribeiro e Ishii (2008).

### **3.3. Variáveis de trabalho e construção do *indicador de qualidade da inserção ocupacional***

Os atributos do trabalho eleitos levam em consideração o trabalho principal, entendido como o único trabalho que a pessoa possuía na semana de referência da pesquisa ou, para os casos de pessoas com dois ou mais trabalhos, como aquele com maior tempo de permanência no ano de referência, ou aquele ao qual se dedicava o maior número de horas semanais, ou ainda, aquele que normalmente proporcionava o maior rendimento mensal, sendo esses critérios excludentes descendentemente (IBGE, 2007). Foi considerado trabalho em atividade econômica, para os fins desta dissertação, a ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios, ou sem remuneração, na produção de bens e serviços, e exercidas na semana de referência (IBGE, 2007). Excluem-se do conceito de trabalho aquela atividade não remunerada exercida na produção de bens primários para o autoconsumo ou na construção para o próprio uso.

As variáveis foram selecionadas buscando construir o *indicador de qualidade da inserção ocupacional*. O mesmo foi criado com o objetivo de caracterizar e sintetizar a inserção ocupacional da população em questão a partir do que se definiu como uma inserção de qualidade, por um lado e precária, por outro. Neste sentido, foram agrupadas variáveis que pudessem descrever as principais características afetadas pela crise do trabalho na década de 1990, a saber, formalidade da ocupação, bons rendimentos e estabilidade nas relações de trabalho. A variável de classificação da ocupação organizada em torno da habilidade requerida para o trabalho também foi considerada, haja vista o processo de *flexibilização* do trabalho iniciado durante a década da crise que passou a exigir do trabalhador maior qualificação para investidura dos cargos (ANTUNES, 2002).

As quatro variáveis eleitas foram classificadas, cada uma, dicotomicamente e hierarquicamente posicionadas da pior à melhor condição ocupacional. As categorias de cada variável foram assim quantificadas com os valores zero, correspondente à pior condição, e um, referente à melhor posição. As somas provenientes da combinação entre as mesmas produziram uma escala de zero a quatro, cujos valores descrevem os níveis de qualidade da inserção ocupacional, ou por outro lado, os níveis de precarização da inserção ocupacional. Considerou-se mais precária uma inserção ocupacional, quanto mais próxima ela for de zero e, conseqüentemente, mais afastada de quatro. Inversamente, considerou-se uma inserção de qualidade, quanto mais próxima estiver de quatro e mais distante de zero. O quadro 2

apresenta e caracteriza as variáveis componentes do *indicador de qualidade da inserção ocupacional*, a saber, *posição na ocupação*, *classificação da ocupação*, *rendimento mensal em salários mínimos* e *tempo de permanência no trabalho*.

## QUADRO 2

### Descrição dos atributos componentes do indicador de qualidade da inserção ocupacional

Variável	Categorias	Valor
Posição na Ocupação	<i>Informal:</i> Empregado sem carteira assinada, pequeno empregador (que emprega menos de 05 empregados), conta própria ou trabalhador sem remuneração;	00
	<i>Formal:</i> Empregado com carteira assinada, estatutário ou grande empregador (que emprega 05 ou mais empregados);	01
Classificação da Ocupação	<i>Ocupações Manuais:</i> Escriturários; Trabalhadores de Atendimento ao Público; Trabalhadores dos Serviços; Vendedores e Prestadores de Serviços do Comércio; Trabalhadores dos Serviços Domésticos em Geral; Trabalhadores Agropecuários, Florestais e da Pesca; Trabalhadores da Construção Civil; Trabalhadores da Indústria Tradicional; Trabalhadores em Serviços de Reparação e Manutenção;	00
	<i>Ocupações Técnicas e de Nível Médio ou Superior:</i> Membros Superiores e Dirigentes do Setor Público; Dirigentes de Empresas e Organizações (Exceto de Interesse Público); Diretores e Gerentes; Pesquisadores e Profissionais Policientíficos; Profissionais das Ciências Exatas, físicas e da engenharia; Profissionais das Ciências Biológicas, da Saúde e afins; Profissionais do Ensino; Profissionais das Ciências Jurídicas; Profissionais das Ciências Sociais e Humanas; Comunicadores, Artistas e Religiosos; Técnicos Polivalentes; Técnicos de Nível Médio das Ciências Físicas, Químicas, Engenharia e afins; Técnicos de Nível Médio das Ciências Biológicas, Bioquímicas, da Saúde e afins; Professores Leigos e de Nível Médio; Técnicos em Nível Médio em Serviços de Transportes; Técnicos de Nível Médio das Ciências Administrativas; Técnicos em Nível Médio de Serviços Culturais, das Comunicações e do Desporto; Outros Técnicos de Nível Médio; Supervisores dos Serviços em Geral e da Produção de Bens e Serviços Industriais (exceto construção civil); Trabalhadores da Indústria Moderna; Membros da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Forças Armadas;	01
Rendimento Mensal	Até 02 Salários Mínimos	00
	Acima de 02 Salários Mínimos	01
Tempo de Permanência no trabalho	Até 01 ano para trabalhadores formalizados e acima de 01 ano para trabalhadores informais;	00
	Acima de 01 ano para trabalhadores formalizados e até 01 ano para trabalhadores informais;	01

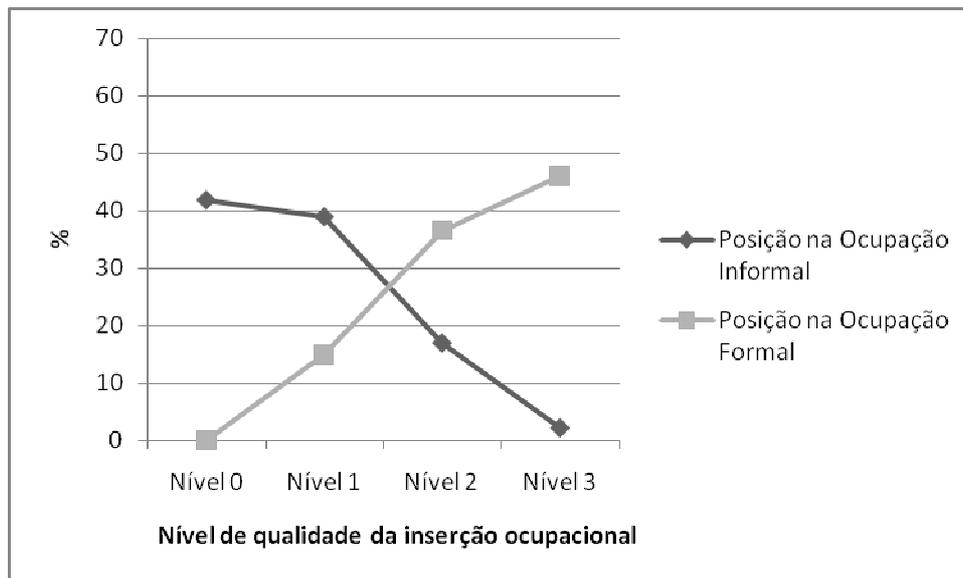
No que se refere à variável *posição na ocupação*, considerou-se *empregado*, a pessoa que trabalhou para um empregador na semana de referência cumprindo uma determinada jornada de trabalho e tendo como contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios. Encontra-se nessa categoria, portanto, a pessoa que possuía algum

tipo de contrato de trabalho em forma de carteira de trabalho, ou não, ou registro de funcionário público ou militar. Inclui-se ainda, a pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares. Definiu-se como *conta própria* a pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento sem ter empregado e com ajuda, ou não, de trabalhador sem remuneração. *Empregador* é a pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento com pelo menos um empregado. Finalmente, considerou-se *trabalhador sem remuneração* a pessoa que possuía uma ocupação sem rendimento, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era conta própria ou empregador, ou como aprendiz ou estagiário, ou ainda, em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo.

Os critérios para classificação hierárquica dos ocupados urbanos em torno da posição na ocupação foram existência de formalidade, para empregados; número de empregados, para quem explora empreendimento próprio; e existência de rendimento. Em primeiro lugar, a existência de formalidade, isto é, carteira assinada ou registro de estatutário, indica qualidade, ao passo que ausência de formalidade indica precariedade da ocupação. Quanto ao critério de número de empregados para empregadores, considerou-se como grande empregador aquele que empregava cinco ou mais empregados e pequeno empregador a pessoa que empregava menos de cinco funcionários. O grande empregador foi classificado na melhor posição da categoria e o pequeno empregador na posição inferior. A ausência de rendimento foi tratada como ausência de qualidade. Encontra-se na melhor posição da ocupação o trabalhador *formal*, categoria composta por empregados com carteira de trabalho assinada, estatutários e grandes empregadores. Na posição inferior está o trabalhador *informal*, isto é, empregados sem carteira assinada, pequenos empregadores, os conta própria, cuja atividade, em sua maioria, é despossuída de qualquer tipo de contrato de trabalho, e os trabalhadores sem remuneração.

O gráfico 1 descreve a posição na ocupação por nível de qualidade da inserção ocupacional. Observa-se que as trajetórias de trabalhadores formais e informais são praticamente opostas. A proporção de informais diminui quanto mais alto é o nível de qualidade, sendo que 41,9% dos trabalhadores nessa situação em 2006 ocupavam o menor patamar do indicador, isto é, concomitante à situação de marginalidade legal da ocupação estavam em trabalhos manuais, recebiam até dois salários mínimos e se encontravam na informalidade há mais de um ano. A proporção de trabalhadores formalizados aumenta até o segundo nível, quando chega aos 36,6%, em seguida decresce, registrando 22,5% no melhor patamar do indicador, destacando que a maioria dos ocupados formalizados encontra

dificuldades em conquistar atributos que qualificariam seu trabalho. Embora possuíssem cobertura trabalhista, 53,4% dos trabalhadores formais em 2006 recebia abaixo de dois salários mínimos mensais. É importante ressaltar também que do total da população ocupada em 2006, 71,3% estava em cargos classificados como manuais, destes, 53,4% eram informais. Em outras palavras, o atributo de formalidade no mercado de trabalho urbano brasileiro não encontra uma relação direta com qualidade da inserção ocupacional, ainda que alcançar uma inserção de qualidade dependa da formalidade da ocupação.



**Gráfico 1: Posição na ocupação por nível de qualidade da inserção ocupacional, população urbana ocupada, Brasil, 2006**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2006;

Definiu-se como ocupação o ofício, cargo, profissão ou função exercida pelo entrevistado (IBGE, 2007). A PNAD adota como critério para definição das ocupações a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) adaptada para pesquisas domiciliares, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (2002), documento que dá reconhecimento, título e código, bem como caracteriza as ocupações do mercado de trabalho no país. A CBO lista e organiza as ocupações hierarquicamente e os níveis de agregação agrupam informações em torno das funções, obrigações do trabalhador no exercício da atividade e os conteúdos do seu trabalho, tais como conhecimentos e habilidades requeridas (IBGE, 2007). Em 2002, a CBO passou por uma reestruturação no sentido de adaptar-se ao novo cenário de ocupações no Brasil, mais complexo e diversificado. Por isso, foi necessário compatibilizar as ocupações dos anos de 1996 e 2001 às de 2006. A mesma se deu levando em consideração o último

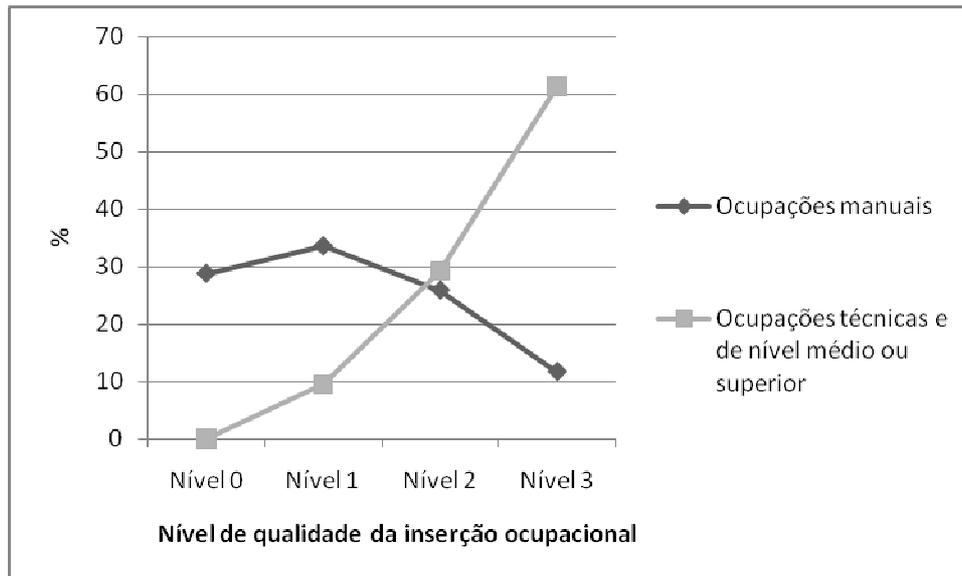
critério utilizado pelo IBGE, isto é, o das classificações atuais da CBO. Utilizou-se como referência as ocupações a dois dígitos, correspondente ao segundo maior nível de agregação da classificação oficial<sup>16</sup>.

Seguindo a estrutura hierárquica adotada pela CBO, as famílias de ocupações a dois dígitos foram classificadas em torno de dois grupos de acordo com o *status* do cargo, ou a habilidade exigida para o seu exercício. O grupo considerado como sendo o de melhor posição no mercado de trabalho, ou de *ocupações técnicas e de nível médio ou superior*, é aquele composto por ocupações, em quaisquer ramos de atividade, consideradas de chefia ou direção e ou que exigem do ocupado o nível superior ou técnico de formação escolar. Também compõem este grupo as ocupações médias nos setores de educação e saúde, os profissionais militares e os trabalhadores da indústria moderna. O grupo considerado como de pior inserção no mercado de trabalho reúne as *ocupações manuais*, em sua maioria no comércio, no serviço doméstico e na construção civil. Em suma, tal critério hierárquico agrupa as ocupações entre manuais e não-manuais.

Como mostra o gráfico 2, em 2006, 28,8% dos trabalhadores manuais estavam inseridos em ocupações caracterizadas como as mais precárias, enquanto 40% dos que possuíam uma ocupação técnica ou de nível médio ou superior se encontrava na melhor posição do indicador de qualidade. A maioria dos trabalhadores manuais, 62,4%, encontrava-se até o nível um, o que mostra o quão atrelado se encontra o trabalho manual ao trabalho precário, isto é, são trabalhadores que estão mais propensos a baixas remunerações e a informalidade. Ao contrário, a maioria dos trabalhadores não-manuais, 61,3%, encontrava-se a partir no nível três do indicador, mostrando a forte relação entre alto nível de escolaridade e probabilidade de ocupar um cargo formalizado, estável e com alta remuneração. Neste sentido, o atributo de classificação da ocupação parece exercer um papel fundamental na definição de um trabalho de qualidade, uma vez que inserção ocupacional não-precária estabelece relação mais acentuada com a escolaridade exigida para ocupação do cargo do que com a cobertura legal do mesmo.

---

<sup>16</sup> Ver o Apêndice A para mais detalhes sobre a compatibilização das ocupações.



**Gráfico 2: Classificação da ocupação por nível de qualidade da inserção ocupacional, população urbana ocupada, Brasil, 2006**

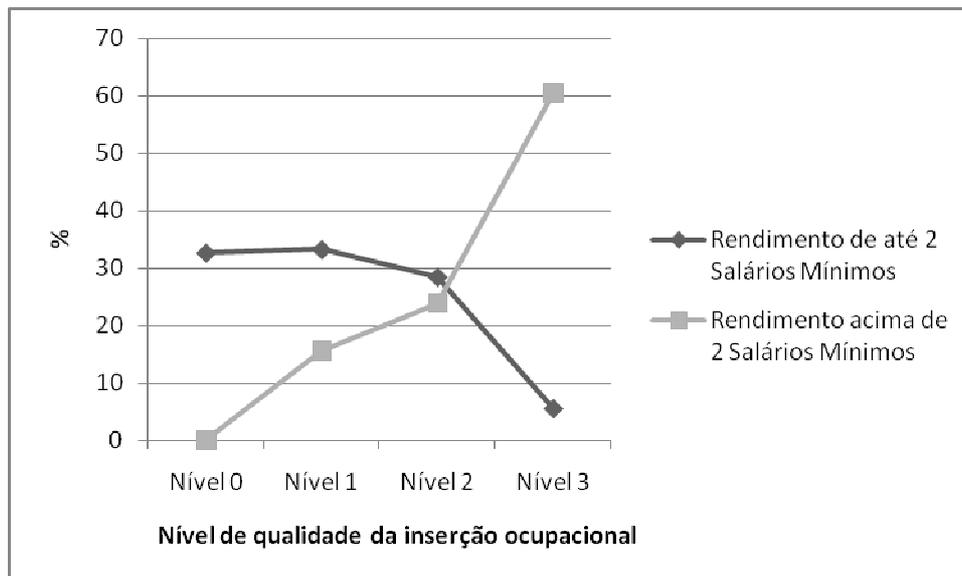
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2006;

A variável de *rendimento mensal em salários mínimos* foi incluída por ser uma característica clássica na análise sobre o mercado de trabalho, considerado o atributo que revela a capacidade que tem o trabalhador de converter renda em qualidade de vida. Além disso, a queda da renda real do trabalho nos anos da crise e sua recente recuperação nos últimos anos da série tornam o atributo indispensável à análise histórica da qualidade do trabalho. Considerou-se o rendimento real do trabalho<sup>17</sup> principal de até dois salários mínimos mensais correspondente a uma inserção ocupacional precária do entrevistado por ocasião do período de referência da pesquisa, ao passo que dois salários mínimos ou mais foi considerado como uma inserção de qualidade. Realizou-se o corte da variável de rendimento buscando combinar a situação de informalidade e rendimento abaixo de dois salários mínimos, configurado como um trabalho tipicamente precário segundo Machado (2004). A maioria dos entrevistados se encontra na variável inferior, daqueles que recebiam até dois salários mínimos mensais, entretanto, optou-se por tal corte em função do critério de probabilidade de estar na informalidade ou próximo dela e ou de possuir uma ocupação tipicamente precária.

Como mostra o gráfico 3, quanto maior é o nível de qualidade da inserção ocupacional, maior é a proporção de ocupados que recebiam acima de dois salários mínimos e menor a dos que recebiam até dois salários mínimos. Possivelmente, o rendimento é o atributo de trabalho que melhor diferencia uma inserção ocupacional precária de uma não-precária.

<sup>17</sup> Valor inflacionado com referência ao salário de 2006.

Observa-se que até o nível dois do indicador, a proporção de ocupados com rendimento de até dois salários mínimos permanece em torno dos 30%, proporção que cai drasticamente para 5,5% no nível seguinte. Neste sentido, o atributo de rendimento acima de dois salários mínimos é fundamental para que um ocupado alcance os níveis mais altos da variável dependente, isto é, os níveis três e quatro. Entretanto, a presença de 15,6% de ocupados que recebiam dois e mais salários no nível um de qualidade da inserção ocupacional, sugere que muitos brasileiros têm encontrado bons rendimentos em ocupações informais e ou manuais.



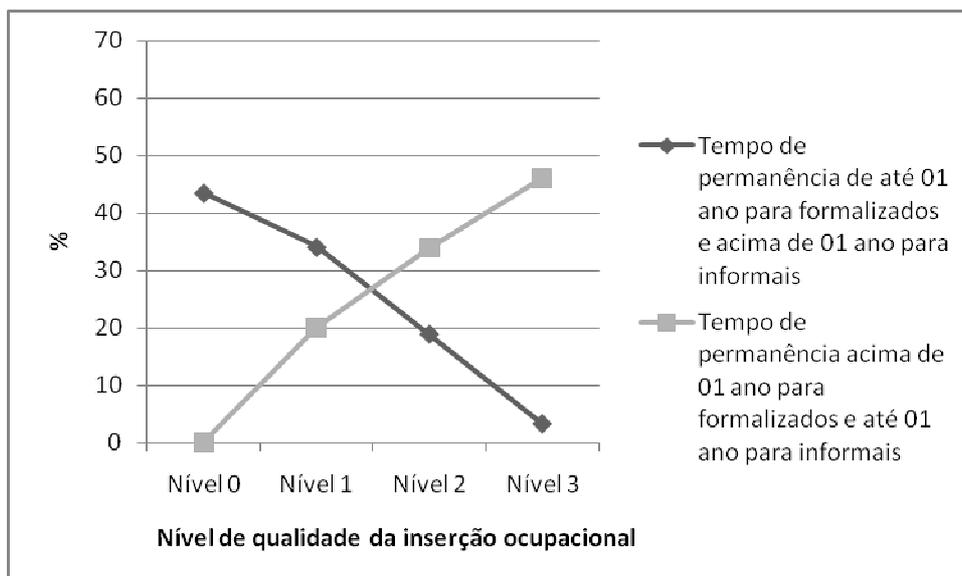
**Gráfico 3: Classe de rendimento por nível de qualidade da inserção ocupacional, população urbana ocupada, Brasil, 2006**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2006;

Também foi incluída a variável *tempo de permanência no trabalho*, que indica há quantos anos o entrevistado se encontrava naquele trabalho declarado como sendo o principal e exercido na semana de referência. Trata-se de uma *proxy* de estabilidade no mercado de trabalho, entendida a estabilidade como um elemento que qualifica a inserção ocupacional. Quanto menor é o tempo de permanência no trabalho, mais especificamente, de menos de um ano, pior é a situação ocupacional do entrevistado. Quanto maior é o tempo de permanência no trabalho, acima de um ano, mais bem colocado se encontra o ocupado. Entretanto, tal critério se aplica melhor aos trabalhadores formalizados e pode não se adequar a realidade de trabalhadores informais. No primeiro caso, o critério sugere estabilidade de cobertura dos direitos do trabalho por quanto mais tempo se permanece na ocupação. No segundo caso, quanto mais tempo no trabalho, mais tempo desprovido de direitos, o que pode indicar, para

muitos ocupados, permanência na precariedade. Optou-se, portanto, pelo critério inverso quando o trabalhador se encontrava informalizado, ou seja, quanto menos tempo de permanência no trabalho, melhor, ou menos agravante, sua situação ocupacional.

Em suma, a melhor posição da variável é composta de indivíduos formalizados há mais de um ano e informalizados há um ano e menos. Já na pior posição, os formalizados há um ano e menos e os informalizados há mais de um ano. Segundo o gráfico 4, as proporções de componentes de cada categoria nos níveis de qualidade da inserção ocupacional seguem trajetórias praticamente opostas, como observado nos demais atributos componentes do indicador de qualidade da inserção ocupacional. Entre os componentes da categoria inferior, 43,5% se encontrava no pior patamar, isto é, em 2006 eram trabalhadores informais há mais de um ano em ocupações manuais e com rendimento de até dois salários mínimos. Inversamente, 21,8% dos componentes da melhor categoria da variável tempo de permanência no trabalho no mesmo ano, eram trabalhadores formais há mais de um ano em ocupações não-manuais e com rendimento acima de dois salários. Ressalta-se também que entre os trabalhadores informais, 71,2% estava no trabalho há mais de um ano, o que foi considerada uma situação precária, haja vista a permanência de desproteção legal. Entre os trabalhadores formais, 74,6% também estava no trabalho há mais de um ano, configurando-se, neste caso, como estabilidade no emprego.



**Gráfico 4: Tempo de permanência no trabalho por nível de qualidade da inserção ocupacional, população urbana ocupada, Brasil, 2006**  
 Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2006;

No cômputo geral, os níveis zero e um do indicador de qualidade da inserção ocupacional perfazem inserções ocupacionais precárias, ainda que se diferenciem muito entre si do ponto de vista da presença proporcional de trabalhadores formalizados, em ocupações não-manuais, recebendo acima de dois salários mínimos ou em situação de estabilidade no trabalho. Os níveis três e quatro descrevem inserções de qualidade e se diferenciam muito pouco entre si do ponto de vista da presença proporcional de trabalhadores informais, em ocupações manuais, recebendo até dois salários mínimos ou em situação de permanência na informalidade. O nível dois aparece como uma posição intermediária. A tabela 1 apresenta a evolução da distribuição do nível de qualidade da inserção ocupacional por ano. Segundo a tabela, é possível observar que a maioria da população em questão está distribuída entre os níveis zero e dois em todos os anos, o que expressa uma concentração da população provavelmente em função do atributo de classificação da ocupação, já que mais de 70% da população ocupada possuía cargos manuais ao longo dos três anos da série. Neste sentido, optou-se em agrupar as categorias três e quatro do indicador, de forma de o indicador passou a assumir uma escala entre zero e três.

**TABELA 1 – População urbana ocupada por nível de qualidade da inserção ocupacional, Brasil, 1996, 2001 e 2006**

Nível de Qualidade	Ano (%)		
	1996	2001	2006
00	20,2	22,0	20,6
01	27,9	27,6	26,7
02	25,4	25,7	26,8
03	15,9	13,9	14,4
04	10,7	10,8	11,5
Total	100	100	100

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1996, 2001 e 2006.

Em suma, a variável dependente conjuga as características entendidas como explicativas diretas da qualidade do trabalho. A posição da ocupação é um indicador de formalização ou de não-marginalidade em relação à legislação trabalhista. A classificação da ocupação apresenta um quadro relativamente hierárquico das ocupações brasileiras. O atributo de rendimento individual perfaz uma aproximação da situação de precariedade do trabalho e, finalmente, tempo de permanência no trabalho principal é um indicador de estabilidade no

mercado de trabalho ou de permanência na precariedade. O primeiro nível, ou o patamar mais baixo da variável descreve a inserção ocupacional mais precária e o último nível, o de inserção ocupacional de qualidade. Os níveis intermediários descrevem inúmeras combinações de inserção ocupacional. À medida em que se perde atributos que qualificam o trabalho, mais próximo se está de zero, e à medida em que se ganha atributos, mais próximo se está de três. No próximo tópico, apresentam-se os passos a definição da metodologia utilizada.

### **3.4. Metodologia: o modelo logístico multinomial**

Tendo em vista o pressuposto de que a inserção da mulher no mercado de trabalho é um fenômeno contemporâneo que conjuga mudanças econômicas e familiares e a convivência de valores tradicionais e modernos nas relações de gênero, investiga-se em que medida a participação da mulher em atividades econômicas é influenciada pelo seu lugar na família em face das mudanças no mundo do trabalho urbano entre os anos de 1996 e 2006. Tal abordagem se faz pela análise comparada da inserção ocupacional de homens e mulheres no mercado de trabalho, haja vista que os efeitos da crise do trabalho na década de 1990 influenciaram diferentemente a ocupação por sexo de acordo com o tipo de família e posição na família do ocupado (MONTALI, 2000). Em suma, o objetivo aqui é analisar a precarização, ou não, da inserção ocupacional da população ocupada residente em áreas urbanas, com ênfase nos diferenciais de gênero, ao longo dos anos eleitos.

Para análise dos dados, foi utilizado um *modelo logístico multinomial*, uma técnica estatística multivariada que analisa o efeito de variáveis independentes, ou explicativas, sobre uma variável dependente categórica de múltiplas respostas não ordenadas (ALLISON, 1999). A aplicação do procedimento teve por objetivo analisar a associação entre família e qualidade da inserção ocupacional da população urbana ocupada nos anos de 1996, 2001 e 2006. Neste sentido, considerou-se como variável dependente o *indicador de qualidade da inserção ocupacional*, composto pelos atributos de posição na ocupação, classificação da ocupação, rendimento mensal em salários mínimos e tempo de permanência no trabalho. As variáveis *tipo de família*, *posição na família* e *realização de afazeres domésticos* foram utilizadas como explicativas. Além das variáveis de família, incluíram-se as do modelo Idade, Período e Coorte (IPC), situação metropolitana ou urbana não metropolitana e região geográfica.

O modelo foi estimado a partir do empilhamento de dados transversais, também chamado de *pooled cross-section*, que consiste na fusão de vários bancos de dados que não acompanham os mesmos indivíduos ao longo do tempo, neste caso as PNAD de 1996, 2001 e 2006, cada um contendo amostras aleatórias de indivíduos em diferentes momentos do tempo. O modelo foi aplicado para o conjunto empilhado de dados separadamente para homens ocupados e mulheres ocupadas. Os resultados foram comparados por sexo. A comparação dos resultados por sexo foi feita através da relação entre os coeficientes de cada modelo logístico. Para tal, realizou-se um teste estatístico de comparação de médias, cuja hipótese nula é a de que os processos descritos por cada coeficiente podem ser iguais nos dois modelos, ou que a diferença entre eles não é estatisticamente significativa. O teste é feito pela observação da sobreposição ou não dos intervalos de confiança de 95% dos dois modelos. Caso os intervalos se sobreponham, aceita-se a hipótese nula de que os processos podem ser iguais. Em caso de os intervalos não se sobrepor, rejeita-se a hipótese nula, isto é, a diferença entre os coeficientes é estatisticamente significativa.

Cabe ressaltar que, inicialmente, utilizou-se um *modelo logístico cumulativo*, pelo qual a variável dependente deve estar organizada ordenadamente (ALLISON, 1999). Entretanto, após aplicação do método, verificou-se que o indicador construído para análise da qualidade da ocupação não se mostrou adequada ao modelo cumulativo, haja vista que suas categorias se encontram organizadas de forma não ordenada. Esse resultado foi verificado através do teste de *proportional odds*, cujo valor encontrado não legitimou o uso do modelo<sup>18</sup>. Optou-se, portanto, pelo *modelo logístico multinomial* para múltiplas respostas não ordenadas da variável dependente, utilizado quando a variável dependente possui múltiplas respostas, isto é, três ou mais categorias resposta, não ordenadas.

O modelo é chamado de modelo logístico multinomial porque a distribuição de probabilidade dos resultados é considerada uma distribuição multinomial ao invés de uma distribuição binomial. Na prática, estima-se a probabilidade de um indivíduo assumir uma categoria da variável dependente em relação a categoria mais alta, tomada como a categoria de referência. O número de equações do modelo é sempre o total de categorias menos um, já que para cada categoria anterior à mais alta, estima-se a chance de um indivíduo assumir esta categoria em relação à de referência (ALISSON, 1999). Nesta dissertação, a categoria de referência é o maior nível de qualidade da inserção ocupacional, isto é, o nível três. Desta

---

<sup>18</sup> No teste de *proportional odds* para o modelo logito cumulativo, o valor do teste deve ser superior a 0,10 para legitimá-lo. No modelo utilizado, o teste apresentou um valor abaixo de 0,0001.

forma, analisou-se a chance de um ocupado assumir os níveis zero, um e dois, comparativamente ao melhor nível de inserção ocupacional.

Apresentando o modelo formalmente segundo Alisson (1999), assume-se que as categorias estão ordenadas na sequência  $j = 1, \dots, J$  e  $P_{ij}$  como a probabilidade de um indivíduo  $i$  assumir um categoria  $j$  da variável dependente. Assim, o modelo é dado por

$$\log\left(\frac{P_{ij}}{P_{iJ}}\right) = \beta_j x_i \quad j = 1, \dots, J - 1 \quad (1)$$

onde  $x_i$  é o vetor coluna das variáveis para o indivíduo  $i$  e  $\beta$  é o vetor linha dos coeficientes para a categoria  $j$ . Note que cada categoria é comparada com a categoria  $J$  mais alta e que o número de equações é igual ao número de categorias da variável dependente menos um. O conjunto das equações podem ser resumidas assim

$$P_{ij} = \frac{e^{\beta_j x_i}}{1 + \sum_{k=1}^{J-1} e^{\beta_k x_i}} \quad j = 1, \dots, J - 1 \quad (2)$$

E ainda, dado que as probabilidades de todas as categorias  $J$  devem assumir uma soma igual a um, temos que

$$P_{ij} = \frac{1}{1 + \sum_{k=1}^J e^{\beta_k x_i}} \quad (3)$$

## **4. ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### **4.1. Análise descritiva da composição da força de trabalho no Brasil urbano e da população ocupada com idade entre 25 e 64 anos entre 1996 e 2006**

Neste tópico apresenta-se uma análise descritiva da composição da força de trabalho no Brasil urbano, com ênfase nos principais indicadores de mercado de trabalho e na caracterização da População Economicamente Ativa (PEA) dos três anos eleitos para a análise. Segue-se com uma descrição da população em estudo, isto é, a população urbana ocupada nos anos de 1996, 2001 e 2006 com idade entre 25 e 64 anos. O mesmo é composto pela composição sociodemográfica da população a partir da distribuição por sexo, raça/cor da pele, faixa etária e escolaridade. Também são apresentadas as principais características familiares, levando-se em consideração a proporção de ocupados por tipo de família, posição na família e sexo e o atributo de realização de afazeres domésticos. Finalmente, é brevemente discutida a distribuição da população por posição na ocupação e renda individual proveniente do trabalho.

A proporção de pessoas economicamente ativas em relação à População em Idade Ativa (PIA), seguiu tendência de crescimento durante o período de 1996 e 2006 no Brasil urbano, o que pode ser explicado sobretudo pelo aumento da participação de mulheres e de outros membros da família na complementação da renda domiciliar e contenção dos efeitos da crise da década de 1990 (MONTALI, 2006). Segundo a tabela 1, a Taxa de Participação do período passou de 57,1%, em 1996, para 58,8%, em 2001, e chegou aos 61%, em 2006. Tal crescimento foi observado para ambos os sexos, ainda que com crescimento maior da participação relativa de mulheres em idade ativa, comparativamente aos homens em situação idêntica. No início do período, as mulheres ocupadas e desocupadas no Brasil urbano somavam 44,6% da PIA feminina, enquanto em 2006 somavam 52%.

No que diz respeito à proporção de desocupados ou desempregados, assistiu-se a um aumento da Taxa de Desocupação de 1996 para 2001, como efeito da intensificação da crise do trabalho. Entre os anos supracitados, o indicador variou de 8,4% para 10,8% do total da População Economicamente Ativa (PEA) urbana. Já entre os anos de 2001 e 2006, como resultado da recente recuperação do mercado de trabalho, especialmente ocorrida entre os anos de 2004 e 2006, a taxa recuou, ainda que não tenha retomado ao mesmo patamar

verificado no início da série, registrando 9,6%. Como já destacado anteriormente, o desemprego afetou diferentemente homens e mulheres, seja por suas causas ou pela proporção de desocupados evidenciada para cada grupo. Entre os homens, o desemprego foi causado principalmente pela retração do setor industrial e, entre as mulheres, pelo aumento da proporção daquelas que passaram a buscar o mercado de trabalho (MONTALI, 2000). Quanto ao comportamento da Taxa de Desocupação por sexo, observaram-se as mesmas variações para o total da população, isto é, aumento no primeiro intervalo da série e recuo no segundo intervalo. Entretanto, a proporção de mulheres desocupadas em relação à PEA feminina sempre se mostrou maior do que a proporção de homens desocupados em relação à PEA masculina.

TABELA 2

**Principais indicadores de mercado de trabalho por sexo no Brasil urbano, 1996, 2001 e 2006**

Principais indicadores	Ano		
	1996	2001	2006
<b>Total</b>			
Taxa de Participação	57,1	58,8	61,0
Taxa de Desocupação	8,4	10,8	9,6
Proporção de ocupados com carteira assinada	42,5	41,3	44,0
<b>Homens</b>			
Taxa de Participação	70,7	70,8	71,1
Taxa de Desocupação	7,0	8,8	7,5
Proporção de ocupados com carteira assinada	44,3	43,1	46,5
<b>Mulheres</b>			
Taxa de Participação	44,6	47,9	52,0
Taxa de Desocupação	10,3	13,4	12,2
Proporção de ocupadas com carteira assinada	39,9	38,9	40,8

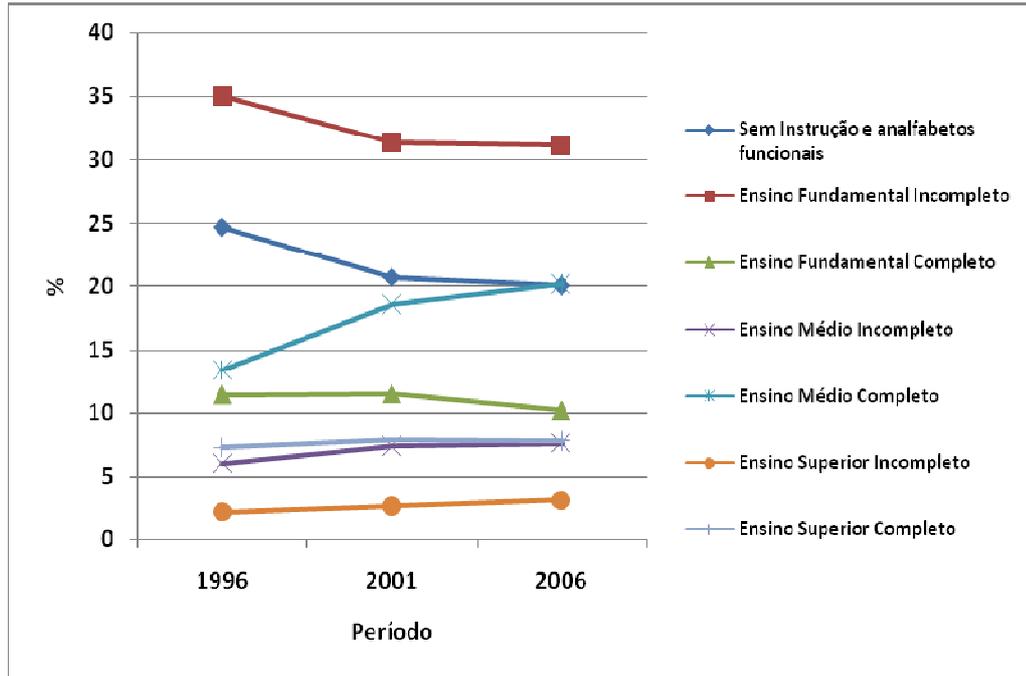
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1996, 2001 e 2006.

A proporção de ocupados com carteira assinada<sup>19</sup> também foi analisada. Entre os anos de 1996 e 2001, assistiu-se a uma leve queda de 42,5% para 41,3% de ocupados com carteira em relação ao total de ocupados, ainda como resultado do aumento da informalidade durante os anos da crise do trabalho. Já em 2006, a proporção subiu para 44% em função da recente recuperação do mercado de trabalho formal. O mesmo comportamento foi observado na

<sup>19</sup> Considere-se ocupado com carteira assinada os trabalhadores classificados pelo IBGE nas posições de empregado com carteira, funcionário público estatutário e militar.

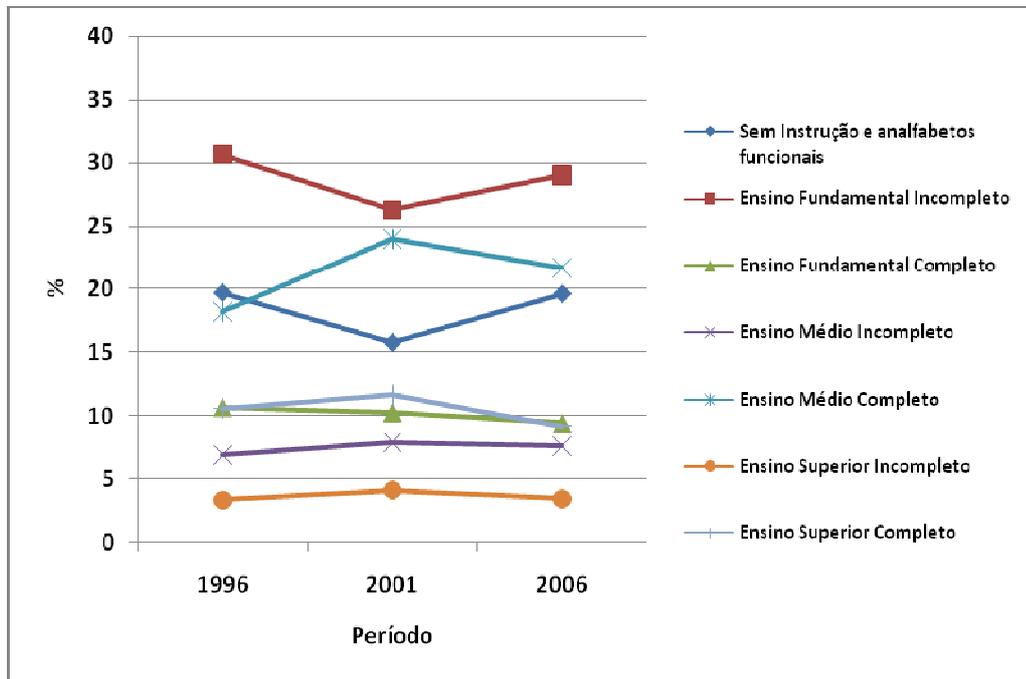
análise da proporção de ocupados com carteira por sexo, mas também aqui a diferença entre homens e mulheres aparece, já que a proporção de homens em trabalhos formalizados manteve-se superior à mesma proporção entre as mulheres, independente das variações observadas.

Do ponto de vista do nível de escolaridade da população que compunha a força de trabalho no período em questão, diferentes aspectos entre homens e mulheres devem ser citados. Entre a PEA masculina, como mostra o gráfico 5, assistiu-se queda da participação de ocupados e desocupados nos primeiros níveis de escolaridade, e aumento nos níveis médio e superior. Já entre a PEA feminina, como mostra o gráfico 6, a mesma tendência foi observada entre 1996 e 2001, entretanto, houve uma inversão entre 2001 e 2006, quando voltou a aumentar a proporção de mulheres com níveis de escolaridade inferiores e a diminuir a de mulheres com níveis de escolaridade médios e superiores. É necessário destacar que este recuo do crescimento da participação de mulheres entre os economicamente ativos, contrário à tendência de maior escolarização média da população brasileira nas duas últimas décadas, pode estar mais associada às mulheres desempregadas do que às ocupadas.



**Gráfico 5: Evolução do nível de escolaridade da população economicamente ativa do sexo masculino no Brasil urbano, 1996, 2001 e 2006**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1996, 2001 e 2006.



**Gráfico 6: Evolução do nível de escolaridade da população economicamente ativa do sexo feminino no Brasil urbano, 1996, 2001 e 2006**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1996, 2001 e 2006.

Analisando a participação no mercado de trabalho por tipo de família segundo a tabela 6, observou-se um aumento da proporção de economicamente ativos de ambos os sexos e pertencentes ao arranjo familiar do tipo casal sem filhos e a outros tipos de família (unipessoal, monoparental de chefia masculina e outros), de 1996 para 2006. Entre os arranjos do tipo casal, a participação de pessoas provenientes de famílias com presença de filhos com idade de pelo menos abaixo de 14 anos de idade diminuiu, tanto entre homens, quanto entre mulheres. Tal variação ocorreu como resultado da queda do número absoluto destes tipos de arranjo e da participação de filhos em idade ativa, que ampliaram sua média de idade ao primeiro emprego frente à ampliação do acesso à educação ao longo dos anos analisados. Queda que também foi observada entre mulheres pertencentes aos arranjos monoparentais femininos com filhos na mesma faixa etária. O mesmo não ocorreu entre seus pares masculinos, que ampliaram sua participação, haja vista a necessidade de complemento da renda familiar, nestes arranjos, por membros adultos. Nos demais arranjos, constituídos por todos os filhos com idade de 14 anos e mais, homens e mulheres ampliaram sua participação no mercado de trabalho como estratégia de compartilhamento da provisão familiar.

TABELA 3

**Tipo de família por sexo da população economicamente ativa no Brasil urbano, 1996 e 2006**

Sexo e Tipo de Família	Ano (%)	
	1996	2006
<b>Homens</b>		
Casal sem filhos	10,0	13,1
Casal com todos os filhos menores de 14 anos	30,0	22,7
Casal com todos os filhos de 14 anos ou mais	22,5	26,2
Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	21,0	16,1
Monoparental feminino com todos os filhos menores de 14 anos	0,3	1,2
Monoparental feminino com todos os filhos de 14 anos ou mais	6,2	7,5
Monoparental feminino com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	2,0	2,4
Outros tipos de família	8,1	10,8
<b>Mulheres</b>		
Casal sem filhos	9,0	11,9
Casal com todos os filhos menores de 14 anos	22,9	20,7
Casal com todos os filhos de 14 anos ou mais	19,7	21,2
Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	16,9	13,5
Monoparental feminino com todos os filhos menores de 14 anos	7,4	6,3
Monoparental feminino com todos os filhos de 14 anos ou mais	11,5	12,9
Monoparental feminino com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	4,6	3,6
Outros tipos de família	8,0	9,8

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1996 e 2006.

Segundo a tabela 7, a cada 100 pessoas economicamente ativas do sexo masculino em 1996, 65,4 eram pessoas de referência em suas famílias, proporção que caiu para 53,4, em 2006. Já os homens cônjuge, ampliaram sua participação de 1,8% para 4,8% da PEA masculina, no mesmo período. O inverso pode ser observado para a PEA feminina. A cada 100 mulheres ocupadas e desocupadas em 1996, 21,8 eram consideradas responsáveis pela família, em 2006, eram 24,6 a cada 100. Já a participação das mulheres cônjuge diminuiu de 46,6% para 41,7%. O comportamento da participação por sexo e posição na família, no entanto, não está diretamente relacionada, uma vez que a participação de mulheres cônjuge pertencentes a famílias nucleares também aumentou no período. O fato é que, o aumento da participação de homens cônjuge, em relação ao total de homens economicamente ativos, deve-se a inversão da provisão em algumas famílias, em que a mulher passou a ocupar a posição de chefe no lugar do esposo. Já o aumento da participação de mulheres chefes de família, relaciona-se ao aumento do número de famílias monoparentais.

TABELA 4

Posição na família por sexo da população economicamente ativa no Brasil urbano, 1996 e 2006

Sexo e Posição na Família	Ano (%)	
	1996	2006
<b>Homens</b>		
Pessoa de Referência	65,4	53,4
Cônjuge	1,8	4,8
Filho/a	28,2	35,8
Outro parente ou agregado	4,7	6,0
<b>Mulheres</b>		
Pessoa de Referência	21,8	24,6
Cônjuge	46,6	41,7
Filho/a	24,7	26,7
Outro parente ou agregado	6,9	6,9

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1996 e 2006.

Em suma, a composição da força de trabalho por sexo durante o período compreendido entre 1996 e 2006 mostra que, em que pese o aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho durante a década em estudo e a praticamente estabilidade da participação de homens, um hiato entre homens e mulheres foi observado, destacando que os principais efeitos da crise, desemprego e informalidade, foram sentidos com maior intensidade pela população feminina do que pela masculina. Destaca-se também que, em detrimento da melhoria dos níveis de escolaridade da população brasileira nos anos de 1990, a oferta de trabalho para os homens aumentou entre aqueles com alta escolaridade, já entre as mulheres, houve aumento para aquelas com baixo nível de escolaridade, em geral mulheres que passaram a assumir responsabilidades financeiras em suas famílias.

Do total da população urbana ocupada em 1996, 59,9% residia em áreas urbanas não metropolitanas e o restante, 41,1%, residia em regiões metropolitanas, como mostra a tabela 8. Em 2006, a participação de ocupados em regiões metropolitanas diminuiu para 38%, permanecendo os ocupados que residiam em áreas urbanas não metropolitanas como maioria, 62%. Os moradores residentes na região Sudeste correspondem à maioria da população em estudo no ano de 1996, mais especificamente, 51,3% do total da população urbana ocupada naquele ano. Em 2006, como mostra a tabela 9, a região diminuiu sua participação relativa na composição da força de trabalho, mas permaneceu representando quase a metade dos ocupados urbanos. A região Sul também sofreu pequena retração no período, de 16,3% do total da população urbana ocupada, em 1996, para 15,9%, em 2006. As demais regiões

ampliaram sua participação, com destaque para a região Norte que sofreu expansão de 4,9% para 6,5%, no mesmo período.

**TABELA 5**  
**Região geográfica e situação do domicílio da população urbana ocupada, Brasil, 1996 e 2006**

UF e Situação do Domicílio	Ano (%)	
	1996	2006
<b>UF</b>		
Norte	4,9	6,5
Nordeste	20,4	21,2
Sudeste	51,3	48,9
Sul	16,3	15,9
Centro-oeste	7,0	7,5
<b>Situação do Domicílio</b>		
Urbano não-metropolitano	59,9	62,0
Região Metropolitana	40,1	38,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1996 e 2006;

**TABELA 6**  
**População urbana ocupada por Região Geográfica e situação do domicílio, Brasil, 1996 e 2006**

Região e Ano	Situação do domicílio (%)		Total
	Urbano não metropolitano	Região Metropolitana	
<b>1996</b>			
Norte	84,5	15,5	100
Nordeste	69,4	30,6	100
Sudeste	48,4	51,6	100
Sul	68,6	31,4	100
Centro-oeste	79,8	20,2	100
TOTAL	59,9	40,1	100
<b>2006</b>			
Norte	80,3	19,7	100
Nordeste	69,8	30,2	100
Sudeste	51,5	48,5	100
Sul	68,2	31,8	100
Centro-oeste	79,1	20,9	100
TOTAL	62,0	38,0	100

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1996 e 2006.

Na composição da população ocupada por sexo, observou-se um aumento relativo de ocupados do sexo feminino e, inversamente, uma diminuição de ocupados do sexo masculino do início para o final da série, ainda que estes últimos continuassem como a maioria. Como descreve a tabela 10, no primeiro ano em questão, as mulheres representavam 40,4% da população urbana ocupada, percentual que se elevou a 44,1% no último ano. Já a população de homens ocupados em relação ao total decresceu de 59,6% para 55,9%, no mesmo período. Segundo a tabela 11, é possível verificar que em todas as faixas etárias houve expansão da proporção de mulheres e retração da de homens, ainda que os homens tenham permanecido como maioria em todos os grupos.

Na distribuição da população ocupada por raça/cor da pele, tendência idêntica à distribuição por sexo pôde ser verificada para os que se identificaram como sendo das cores/raças preta, parda e indígena, por um lado, e branca e amarela, por outro lado, isto é, a população do primeiro grupo aumentou sua presença proporcional entre os ocupados das regiões urbanas do país, comparativamente à população do segundo grupo. Segundo a tabela 10, em 1996, pretos, pardos e indígenas representavam 38,9% da população ocupada, enquanto em 2006, já somavam 45,6%. A população identificada como branca e amarela permaneceu maioria durante o período em questão, ainda que tenha diminuído proporcionalmente sua presença entre os ocupados urbanos, passando de 68,1% para 54,4% do total.

TABELA 7

Composição da população urbana ocupada por sexo, raça/cor da pele, escolaridade, tipo de família e posição na família, Brasil, 1996 e 2006

Características	Ano (%)	
	1996	2006
<b>Sexo</b>		
Feminino	40,4	44,1
Masculino	59,6	55,9
<b>Raça/Cor da pele</b>		
Preta, Parda e Indígena	38,9	45,6
Branca e Amarela	68,1	54,4
<b>Escolaridade</b>		
Sem Instrução e analfabetos funcionais	23,1	14,7
Ensino Fundamental Incompleto	30,5	25,5
Ensino Fundamental Completo	11,0	10,3
Ensino Médio Incompleto	4,3	5,2
Ensino Médio Completo	16,7	26,5
Ensino Superior Incompleto	2,6	3,5
Ensino Superior Completo	11,8	14,3
<b>Tipo de Família</b>		
Casal sem filhos	9,8	12,8
Casal com todos os filhos menores de 14 anos	33,2	27,5
Casal com todos os filhos de 14 anos ou mais	19,2	22,9
Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	17,3	12,6
Monoparental feminino com todos os filhos menores de 14 anos	3,1	3,5
Monoparental feminino com todos os filhos de 14 anos ou mais	7,2	9,0
Monoparental feminino com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	2,1	1,7
Outros tipos de família	8,1	10,0
<b>Posição na Família</b>		
Pessoa de Referência	61,1	58,0
Cônjuge	24,6	27,4
Filho/a e outro parente ou agregado	14,3	14,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1996 e 2006;

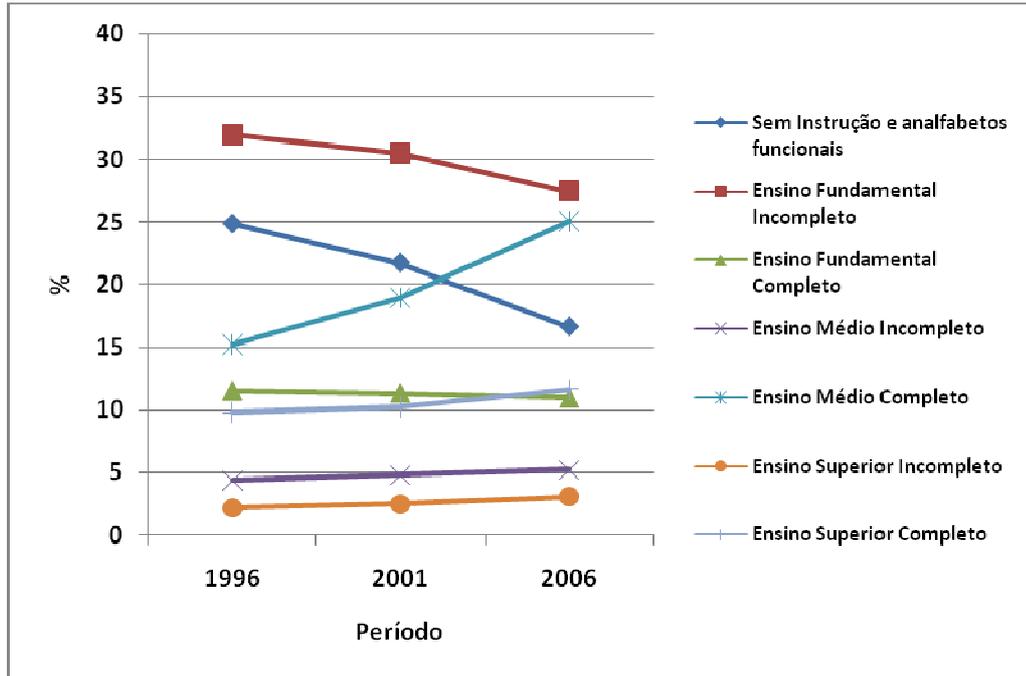
**TABELA 8**  
**População urbana ocupada por faixa etária e sexo, Brasil, 1996 e 2006**

Faixa Etária e Ano	Sexo (%)		Total
	Feminino	Masculino	
<b>1996</b>			
25 a 29 anos	40,4	59,6	100
30 a 34 anos	41,8	58,2	100
35 a 39 anos	42,3	57,7	100
40 a 44 anos	42,1	57,9	100
45 a 49 anos	40,0	60,0	100
50 a 54 anos	37,2	62,8	100
55 a 59 anos	35,5	64,5	100
60 a 64 anos	29,8	70,2	100
Total	40,4	59,6	100
<b>2006</b>			
25 a 29 anos	43,4	56,6	100
30 a 34 anos	44,7	55,3	100
35 a 39 anos	44,9	55,1	100
40 a 44 anos	45,3	54,7	100
45 a 49 anos	46,0	54,0	100
50 a 54 anos	42,7	57,3	100
55 a 59 anos	40,9	59,1	100
60 a 64 anos	38,2	61,8	100
Total	44,1	55,9	100

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1996 e 2006;

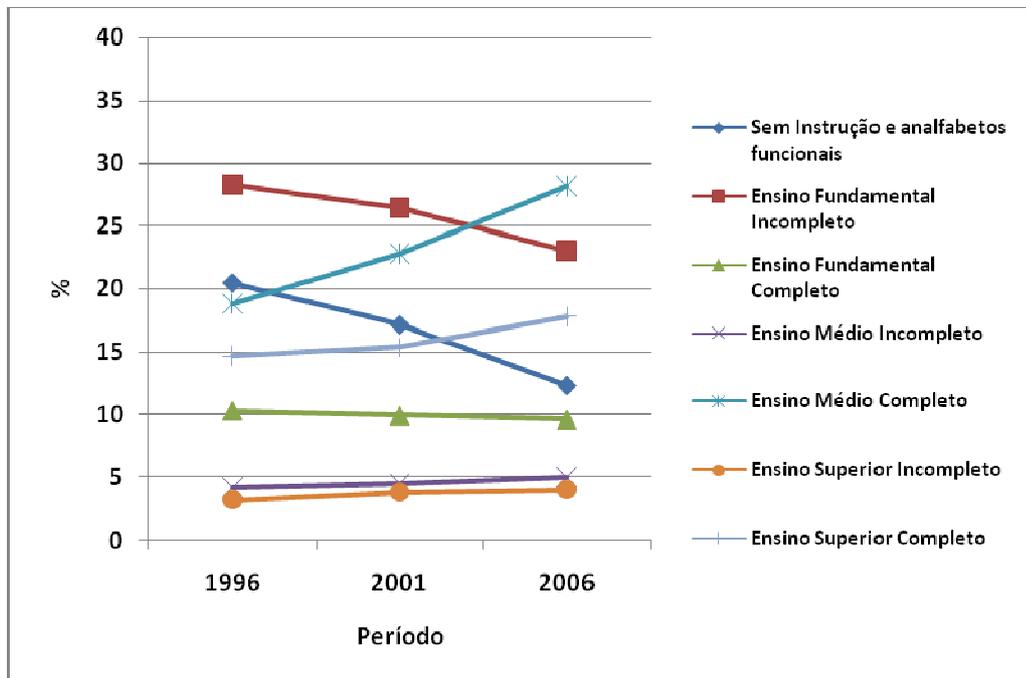
No que diz respeito à escolaridade dos ocupados e ocupadas, observou-se uma melhoria nos níveis de escolaridade para ambos os sexos, com diminuição da proporção de ocupados nos estratos de baixa escolaridade (sem instrução e analfabetos funcionais, ensino fundamental incompleto e completo) e aumento nos estratos de média e alta escolaridade (ensino médio incompleto ou completo e ensino superior incompleto ou completo). Entretanto, em todos os anos estudados, a proporção da população feminina em cada nível de ensino sempre se apresentou menor do que a dos homens nos primeiros estratos, e maior nos estratos médios e superiores, o que evidencia uma maior escolaridade proporcional das mulheres em comparação aos homens e uma permanência do hiato entre os sexos ao longo do crescimento da escolaridade em geral. Os gráficos 7 e 8 mostram, por exemplo, que a proporção de mulheres ocupadas com ensino superior completo passou de 14,7%, em 1996, para 17,8%, em 2006. Já a proporção de homens na mesma situação de escolaridade passou

de 9,8% para 11,6%, no mesmo período. As variações mais significativas, para ambos os sexos, podem ser descritas pela diminuição da proporção de ocupados sem instrução e analfabetos funcionais, de 23,1%, em 1996, para 14,7%, em 2006, e pelo aumento da proporção daqueles com ensino médio completo, de 16,7% para 26,5% do total de ocupados, no mesmo período.



**Gráfico 7: Evolução do nível de escolaridade da população urbana ocupada do sexo masculino, Brasil, 1996, 2001 e 2006**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1996, 2001 e 2006;



**Gráfico 8: Evolução do nível de escolaridade da população urbana ocupada do sexo feminino, Brasil, 1996, 2001 e 2006**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1996, 2001 e 2006;

Na análise da composição da população ocupada por tipo de arranjo familiar entre os anos de 1996 e 2006, observou-se um aumento da proporção de ocupados em praticamente todos os tipos de família, com destaque para os arranjos do tipo casal sem filhos e monoparentais com chefia feminina, como mostra a tabela 10. Inversamente, assistiu-se diminuição relativa dos ocupados pertencentes a famílias do tipo casal, especialmente famílias com presença de filhos com idade abaixo de 14 anos. Isso se deve principalmente ao aumento do número absoluto de indivíduos provenientes de arranjos do tipo casal sem filhos e monoparentais de chefia feminina, durante o período em questão.

A proporção de ocupados responsáveis por suas famílias diminuiu de 61,8% para 58% do total da população ocupada, entre os anos de 1996 e 2006, enquanto houve aumento de 24,6% para 27,4% da participação relativa de cônjuges, entre aqueles que trabalhavam, no mesmo período. Em cada tipo de família e em todos os arranjos familiares pesquisados, a proporção de mulheres consideradas pessoas de referência da família sofreu aumento, enquanto a de homens retraiu, como mostram as tabelas 12 e 13. O inverso aconteceu para aqueles considerados cônjuges, a saber, retração da participação de mulheres e aumento da participação de homens. Entre as mulheres, tal variação está associada ao crescimento de domicílios monoparentais, criados principalmente por ocasião de divórcio ou viuvez, e os de casal sem filhos, caracterizados pelo início da vida conjugal, onde se espera encontrar valores mais modernos na relação entre os sexos. Entre os homens, relaciona-se às mudanças no padrão de provisão das famílias, em que o tradicional chefe masculino tem perdido espaço para as mulheres.

**TABELA 9**  
**População urbana ocupada por tipo de família, posição na família e sexo, Brasil, 1996**

Tipo de Família	Posição na Família	Sexo (%)		Total
		Feminino	Masculino	
<b>Casal sem filhos</b>	Pessoa de Referência	6,8	93,4	61,8
	Cônjuge	89,9	4,7	35,8
	Outro	3,3	1,9	2,4
	Total	100	100	100
<b>Casal com todos os filhos menores de 14 anos</b>	Pessoa de Referência	3,4	96,8	67,8
	Cônjuge	93,5	2,1	30,5
	Outro	3,1	1,1	1,8
	Total	100	100	100
<b>Casal com todos os filhos de 14 anos ou mais</b>	Pessoa de Referência	3,4	71,4	45,1
	Cônjuge	65,1	2,3	26,5
	Filho/a	29,1	25,2	26,7
	Outro	2,4	1,1	1,6
	Total	100	100	100
<b>Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais</b>	Pessoa de Referência	3,3	92,6	60,7
	Cônjuge	91,5	2,2	34,1
	Filho/a	3,4	4,1	3,9
	Outro	1,8	1,1	1,3
	Total	100	100	100
<b>Monoparental feminino com todos os filhos menores de 14 anos</b>	Pessoa de Referência	96,0	-	94,4
	Outro	4,0	100	5,6
	Total	100	100	100
<b>Monoparental feminino com todos os filhos de 14 anos ou mais</b>	Pessoa de Referência	59,7	-	38,7
	Filho/a	36,2	91,7	55,7
	Outro	4,1	8,3	5,6
	Total	100	100	100
<b>Monoparental feminino com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais</b>	Pessoa de Referência	93,6	-	81,8
	Filho/a	5,3	82,3	15,0
	Outro	1,1	17,7	3,2
	Total	100	100	100
<b>Outros tipos de família</b>	Pessoa de Referência	66,9	77,6	73,1
	Filho/a	7,7	6,3	6,9
	Outro	25,4	16,1	20,0
	Total	100	100	100

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1996;

**TABELA 10**  
**População urbana ocupada por tipo de família, posição na família e sexo, Brasil, 2006**

Tipo de Família	Posição na Família	Sexo (%)		Total
		Feminino	Masculino	
<b>Casal sem filhos</b>	Pessoa de Referência	13,1	87,5	57,1
	Cônjuge	85,0	10,8	41,2
	Outro	1,9	1,6	1,7
	Total	100	100	100
<b>Casal com todos os filhos menores de 14 anos</b>	Pessoa de Referência	10,0	91,0	62,3
	Cônjuge	87,8	7,9	36,2
	Outro	2,2	1,1	1,5
	Total	100	100	100
<b>Casal com todos os filhos de 14 anos ou mais</b>	Pessoa de Referência	9,4	66,3	43,2
	Cônjuge	67,2	7,0	31,4
	Filho/a	22,2	25,9	24,4
	Outro	1,2	0,8	1,0
	Total	100	100	100
<b>Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais</b>	Pessoa de Referência	11,2	87,0	56,9
	Cônjuge	85,2	8,6	39,1
	Filho/a	2,5	3,3	3,0
	Outro	1,1	1,0	1,0
	Total	100	100	100
<b>Monoparental feminino com todos os filhos menores de 14 anos</b>	Pessoa de Referência	96,3	-	94,2
	Outro	3,7	100,0	5,8
	Total	100	100	100
<b>Monoparental feminino com todos os filhos de 14 anos ou mais</b>	Pessoa de Referência	66,3	-	44,6
	Filho/a	30,9	90,4	50,4
	Outro	2,8	9,6	5,0
	Total	100	100	100
<b>Monoparental feminino com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais</b>	Pessoa de Referência	95,8	-	87,8
	Filho/a	2,8	74,5	8,8
	Outro	1,4	25,5	3,4
	Total	100	100	100
<b>Outros tipos de família</b>	Pessoa de Referência	71,6	79,5	76,5
	Filho/a	7,4	5,6	6,3
	Outro	21,0	14,8	17,2
	Total	100	100	100

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2006;

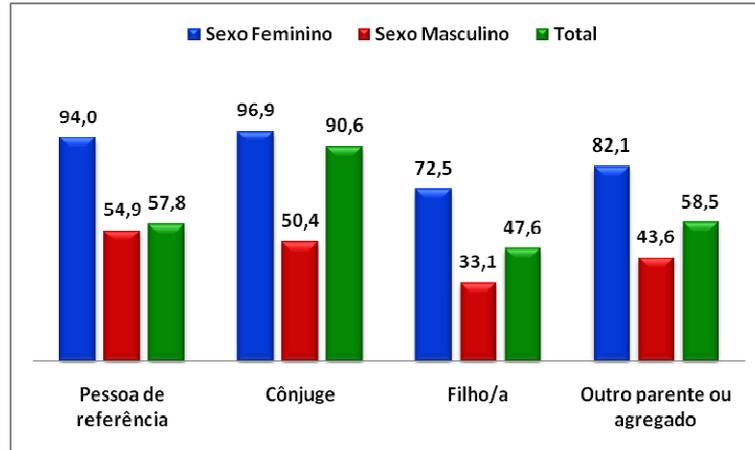
Também foi uma característica do período a diminuição da proporção de filhos/as em todos os arranjos, como resultado da diminuição da presença de jovens no total da população urbana ocupada no período. Entretanto, tal diminuição foi sentida de forma mais intensa entre mulheres filhas, em comparação aos homens filhos. As famílias do tipo casal com todos os filhos/as com 14 anos de idade ou mais, por exemplo, que compreende o arranjo com a maior presença relativa de filhos/as em relação a todos os outros arranjos, ilustra o caso. Enquanto a proporção de mulheres ocupadas pertencentes a este arranjo como filha passou de 29,1%, em 1996, para 22,2%, em 2006, a proporção de seus pares masculinos praticamente se manteve estável, variando de 25,2% para 25,9%, no mesmo período. Isso pode ser explicado por uma maior dificuldade de entrada destas jovens no mercado de trabalho, comparativamente aos filhos, já que a oferta de trabalho no último período da série ampliou para as mulheres menos escolarizadas e com idades mais elevadas.

Observou-se ainda, diminuição na proporção de ocupados considerados como outro membro da família ou agregado em todos os tipos de família com presença de casal, evidenciando a importância da responsabilidade financeira por parte dos principais provedores no período em questão entre os ocupados dos arranjos nucleares. Entretanto, entre os domicílios monoparentais de chefia feminina, ocorreu aumento da proporção de ocupados, aumento que se deu somente entre os homens, evidenciando a importância dos rendimentos provenientes de homens adultos, isto é, para além da mulher chefe, para a provisão dos mesmos.

No cômputo geral, houve um aumento da proporção de ocupados entre aqueles pertencentes a famílias do tipo casal sem filhos e do tipo casal ou monoparental feminino com todos os filhos menores de 14 anos. Tratam-se dos arranjos mais jovens, cujos membros já internalizaram valores modernos de gênero e as mulheres permaneceram no mercado de trabalho mesmo após casamento ou nascimento de filhos. Também aumentou a proporção de ocupados em famílias do tipo casal ou monoparental com todos os filhos com 14 anos de idade ou mais. Neste caso, assistiu-se a estratégias de inserção ocupacional que levaram a uma ascensão da participação da mulher chefe e da mulher cônjuge entre os ocupados do grupo pela manutenção do aumento da idade de entrada dos filhos no mercado de trabalho, dada a exigência de maior escolaridade. Já os ocupados pertencentes às famílias do tipo casal ou monoparental feminino com filhos nas duas faixas etárias (menor de 14 e com 14 ou mais) diminuíram sua participação relativa entre os ocupados. Este arranjo revela a situação de maior vulnerabilidade quando se observa as estratégias de inserção ocupacional, pois são famílias compostas por adultos em idades médias e superiores que precisaram conciliar o

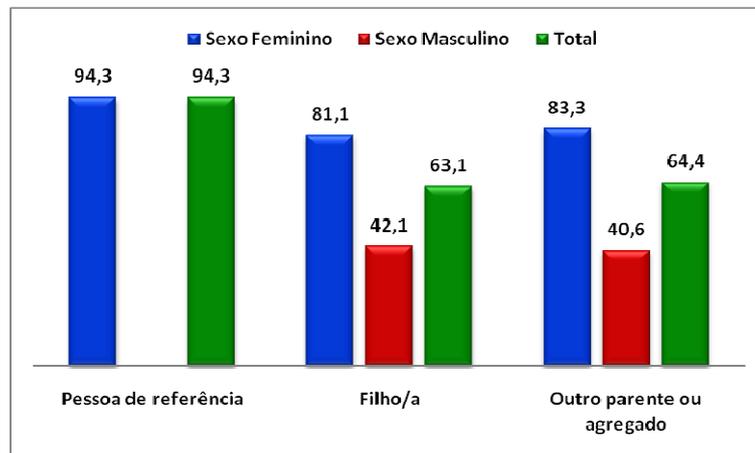
trabalho remunerado, o cuidado dos filhos menores e o aumento da idade de entrada no mercado de trabalho dos filhos mais velhos.

Do total da população urbana ocupada em 2006, 71,4% declararam realizar afazeres domésticos, destes, 57,4% eram mulheres. A proporção de mulheres ocupadas que se dedicavam aos cuidados do domicílio, no mesmo ano, era de 93%, proporção que entre os homens cai para 54,4%. Em todos os tipos de família e posição na família, as mulheres que realizavam afazeres domésticos eram maioria entre as mulheres ocupadas, e proporcionalmente o faziam mais do que seus pares masculinos. Segundo o gráfico 9, as mulheres cônjuge pertencentes a famílias do tipo casal são as que, relativamente, mais realizavam afazeres domésticos, o que mostra que apesar de sua inserção ocupacional, o peso de sua participação no cuidado do domicílio é praticamente irrevogável. Quando observados os homens cônjuge em arranjos nucleares, nota-se que os mesmos declararam realizar afazeres domésticos em menor proporção do que os homens na posição de pessoa de referência, 50,4% de cônjuges masculinos contra 54,9% de chefes do mesmo sexo, o que aponta para um aumento, apesar de não muito significativo, da participação dos homens na realização de afazeres domésticos quando seus cônjuges são considerados as responsáveis pelo domicílio. Cabe ressaltar que a não realização de uma tarefa “dentro de casa” por parte de homens cônjuge pode ser considerada uma fonte de barganha pela ascensão da esposa à categoria de chefe.



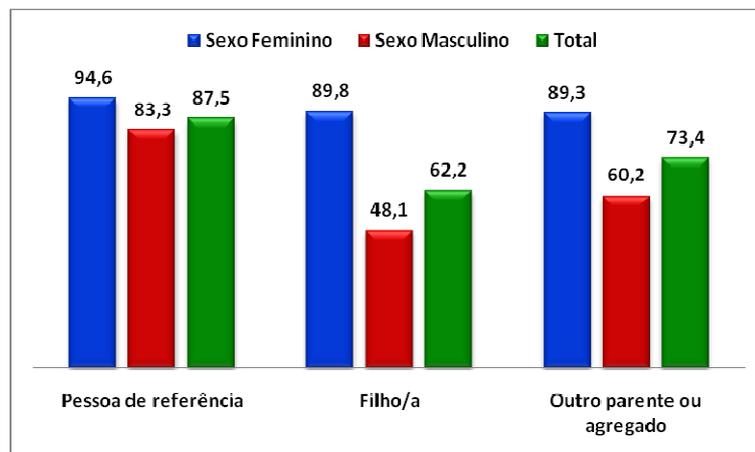
**Gráfico 9: Proporção de ocupados pertencentes a famílias do tipo casal que realizavam afazeres domésticos por sexo e posição na família, Brasil, 2006**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2006



**Gráfico 10: Proporção de ocupados pertencentes a famílias do tipo monoparental feminino que realizavam afazeres domésticos por sexo e posição na família, Brasil, 2006**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2006



**Gráfico 11: Proporção de ocupados pertencentes a outros tipos de famílias que realizam afazeres domésticos por sexo e posição na família, Brasil, 2006**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2006

Em geral, a maioria das mulheres que ocupavam a posição de referência realizava tarefas domésticas, ainda que inseridas no mercado de trabalho. Em todos os tipos de família, a proporção de mulheres nesta posição, realizando afazeres domésticos, ultrapassa os 90%. Entre os homens chefes ocupados, mostrou-se uma heterogeneidade no padrão de resposta ao quesito. Os homens de referência pertencentes a famílias do tipo casal que realizam afazeres somavam 54,9%, como mostra o gráfico 9. Já em outros tipos de família, compostas principalmente por arranjos unipessoais e monoparentais masculinos, a participação de homens chefes no cuidado do domicílio chega a 82,9%, aumento evidenciado pela ausência de mulher cônjuge ou mesmo de outro adulto com quem se pudesse substituir ou compartilhar as tarefas.

No arranjo monoparental feminino e em outros tipos de família, a ausência de cônjuge parece influenciar em uma maior distribuição das tarefas no âmbito do domicílio. A proporção de filhos/as pertencentes a arranjos monoparentais femininos que realizavam afazeres domésticos era de 63,1% segundo o gráfico 10, enquanto a de seus pares em famílias do tipo casal era de 47,6% segundo o gráfico 9. Em outros tipos de família a proporção também se apresentou elevada, 62,2% dos filhos/as desses arranjos realizavam afazeres domésticos, como mostra o gráfico 11. No entanto, a despeito da maior participação de filhos/as nos grupos monoparentais e outros tipos de família na realização de tarefas domésticas, continua incidindo mais sobre as filhas, do que para os filhos, a necessidade do cuidado familiar, o que evidencia uma reprodução de valores tradicionais de gênero na divisão sexual do trabalho no âmbito do domicílio.

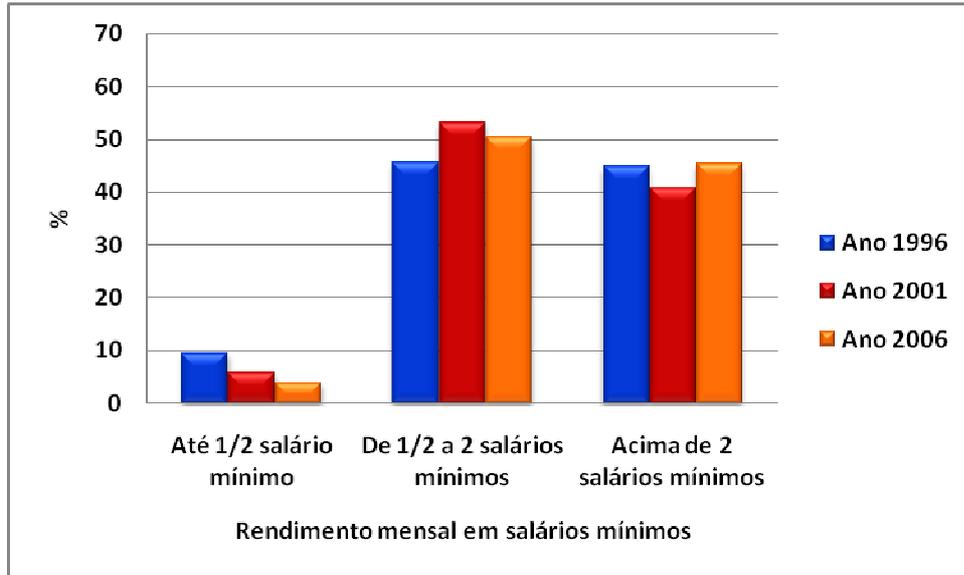
No que se refere à inserção ocupacional, quase metade da população ocupada no Brasil urbano no período em questão era empregado com carteira ou estatutário. A proporção de empregados nesta posição em relação ao total sofreu um pequeno aumento de 48,6%, em 1996, para 49,4%, em 2006, como resultado da recuperação do mercado de trabalho nos anos recentes. Entretanto, esse aumento não esteve relacionado com o emprego sem carteira, que também cresceu no período, de 18,9% a 20,4%, e sim com a diminuição da proporção de trabalhadores conta própria e dos sem remuneração em relação ao total de ocupados. No cômputo geral, a participação de mulheres entre as empregadas sem carteira e sem remuneração, em relação ao total de mulheres ocupadas no período, foi maior do que a participação dos homens nas mesmas categorias. Inversamente, a proporção de homens ocupados, em comparação às mulheres, foi maior entre autônomos e empregadores. Entre empregados com carteira ou estatutários, a proporção é muito semelhante em cada sexo, ainda que com uma pequena vantagem para os homens.

**TABELA 11**  
**População urbana ocupada por posição na ocupação e sexo, Brasil, 1996 e 2006**

Posição na Ocupação e Ano	Sexo (%)		Total
	Feminino	Masculino	
<b>1996</b>			
Empregado com carteira ou estatutário	48,1	49,0	48,6
Empregados sem carteira	23,4	15,8	18,9
Conta própria	20,7	28,5	25,3
Empregador	3,2	6,2	5,0
Trabalhador sem remuneração	4,6	0,6	2,2
TOTAL	100	100	100
<b>2006</b>			
Empregado com carteira ou estatutário	48,7	50,0	49,4
Empregados sem carteira	25,3	16,6	20,4
Conta própria	19,1	25,9	22,9
Empregador	3,7	7,0	5,6
Trabalhador sem remuneração	3,1	0,6	1,7
TOTAL	100	100	100

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1996 e 2006.

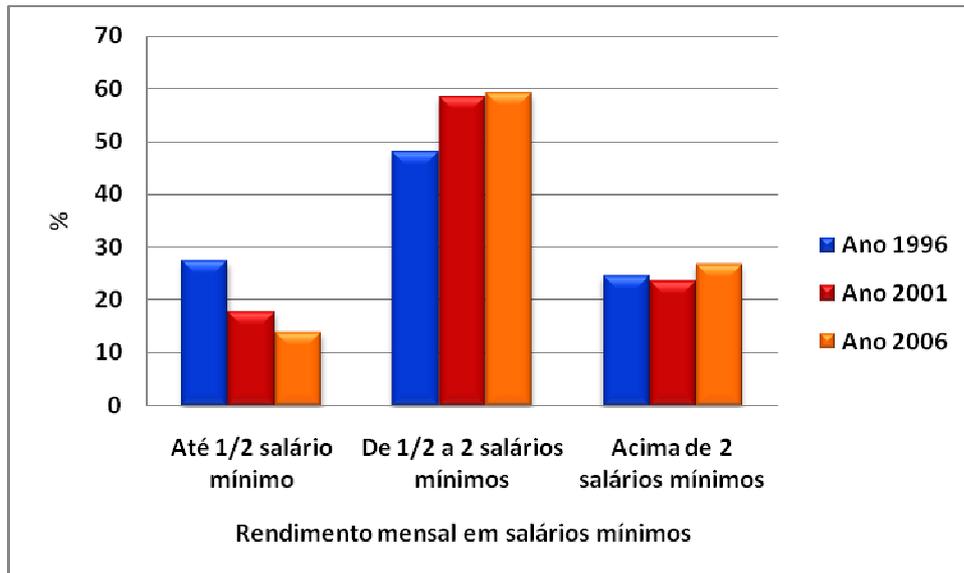
Quanto aos rendimentos da população ocupada, levando-se em consideração a renda real proveniente do trabalho inflacionada com referência ao salário mínimo de 2006, assistiu-se uma melhoria da renda entre 1996 e 2006, embora permanecesse um hiato entre mulheres e homens. Segundo o gráfico 12, a proporção de homens em relação ao total de ocupados do sexo masculino, que recebiam até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo diminuiu gradativamente de 9,6%, em 1996, para 6%, em 2001, e 4,1%, em 2006. Esse recuo também foi percebido entre as mulheres, em relação ao total de ocupadas, mas em patamares muito superiores do que se observou entre os homens (27,4%, 17,8% e 14%, respectivamente). Apesar da diminuição de mulheres recebendo até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, em 2006, 73,2% das mulheres ocupadas recebiam até dois salários mínimos, percentual que entre os homens cai para 54,6%. A comparação entre o percentual de homens e de mulheres que recebiam acima de dois salários mínimos também mostra o hiato entre os sexos. Em 2006, 45,6% dos homens se encontravam nesta categoria salarial, enquanto apenas 26,8% das mulheres estavam na mesma situação.



**Gráfico 12: Rendimento mensal do trabalho principal em salários mínimos\* da população urbana ocupada do sexo masculino, Brasil, 1996, 2001 e 2006**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1996, 2001 e 2006;

\* valores inflacionado com referência ao salário mínimo de 2006.



**Gráfico 13: Rendimento mensal do trabalho principal em salários mínimos\* da população urbana ocupada do sexo feminino, Brasil, 1996, 2001 e 2006**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1996, 2001 e 2006;

\* valores inflacionado com referência ao salário mínimo de 2006.

As mulheres, apesar de constituírem a minoria dos ocupados no mercado de trabalho, encontram-se proporcionalmente mais presentes em ocupações precárias do que os homens, o que mostra sua dificuldade em ascender a ocupações de mando e chefia, bem como dotadas de alto nível de complexidade, o que ocorre a despeito de sua maior escolarização. Mesmo com a recente recuperação do mercado de trabalho, em que se assistiu aumento dos empregos formais e melhoria da renda real proveniente do trabalho, a proporção de mulheres na informalidade e recebendo até dois salários mínimos se apresenta superior a de homens. Concomitante a este quadro, o aumento da participação no mercado de trabalho de mulheres responsáveis por suas famílias e de mulheres cônjuge, sugere que estas mulheres e suas famílias foram as que mais sofreram com os impactos da crise da década de 1990, haja vista a precariedade de sua ocupação em face das estratégias de mitigamento dos seus efeitos. A permanência de mulheres como as principais responsáveis pela realização de afazeres domésticos, associada a esses fatores, mostra também a maior dificuldade encontrada por mulheres ocupadas em conciliar compromissos profissionais e familiares.

A tabela 12 mostra a proporção de ocupados urbanos em cada posição dos atributos componentes da variável dependente, ao longo do período analisado, por sexo. A proporção de trabalhadores formalizados, em relação ao total de ocupados, decresceu de 49,9%, em 1996, para 48,5%, em 2001. Entretanto, com a recuperação recente do mercado de trabalho, a mesma proporção chegou aos 50,9%, em 2006, ultrapassando pela primeira vez na série a proporção de trabalhadores informais. O mesmo ocorreu entre a população masculina, que mesmo com um aumento da proporção de informais, em relação ao total de homens ocupados, de 49,3%, em 1996, para 52,3%, em 2001, registrou queda em 2006, 49,1%. O percentual de mulheres ocupadas na informalidade, entretanto, permaneceu acima do de ocupadas na formalidade nos três anos, tendo ainda registrado um pequeno aumento do início ao final da série.

Embora a escolaridade da população ocupada tenha melhorado durante a década em análise, a proporção de trabalhadores em ocupações manuais sofreu aumento no período, de 70,7%, em 1996, para 71,3%, em 2006, como resultado da maior oferta de ocupações da construção civil e dos serviços nos últimos anos da série. Este aumento foi observado entre os homens ocupados, mas a proporção de mulheres ocupadas em trabalhos manuais sofreu retração de 74,2% para 70,7%, respectivamente. Considerando o rendimento real do salário mínimo, assistiu-se a uma recuperação da renda em 2006, já que 62,8% dos ocupados urbanos recebiam até dois salários mínimos, em comparação aos 66,4%, em 2001, e 63,3% em 1996. A melhoria na renda foi observada para ambos os sexos, em que pese a permanência de um

hiato entre homens e mulheres. Para se ter uma ideia, em 2006, 74% da população feminina ocupada recebia até dois salários mínimos, enquanto 57% dos homens ocupados se encontrava na mesma situação. Neste sentido, mesmo que a proporção de ocupações masculinas manuais seja maior do que as femininas, seu efeito negativo para os homens ocupados pode ser mitigado, pois a chance de receber mais de dois salários mínimos, ainda que ocupando um trabalho manual, é maior para os homens do que para as mulheres.

O atributo de tempo de permanência no trabalho, por sua vez, apresentou ao longo do período um aumento da proporção de pessoas que estavam no trabalho há no máximo um ano, no caso de trabalhadores formalizados, e há mais de um ano, no caso de trabalhadores informais, isto é, aumento de ocupados em situação de instabilidade no emprego ou de continuidade na precariedade. No diferencial por sexo, a evolução do atributo foi semelhante, destacando-se, no entanto, que a proporção de homens no primeiro patamar da variável se manteve maior do que a proporção de mulheres, do início ao final da série. Em 2006, 49,8% dos homens ocupados e 44,9% das mulheres ocupadas estava há um ano ou mais na precariedade ou há menos de um ano na formalidade.

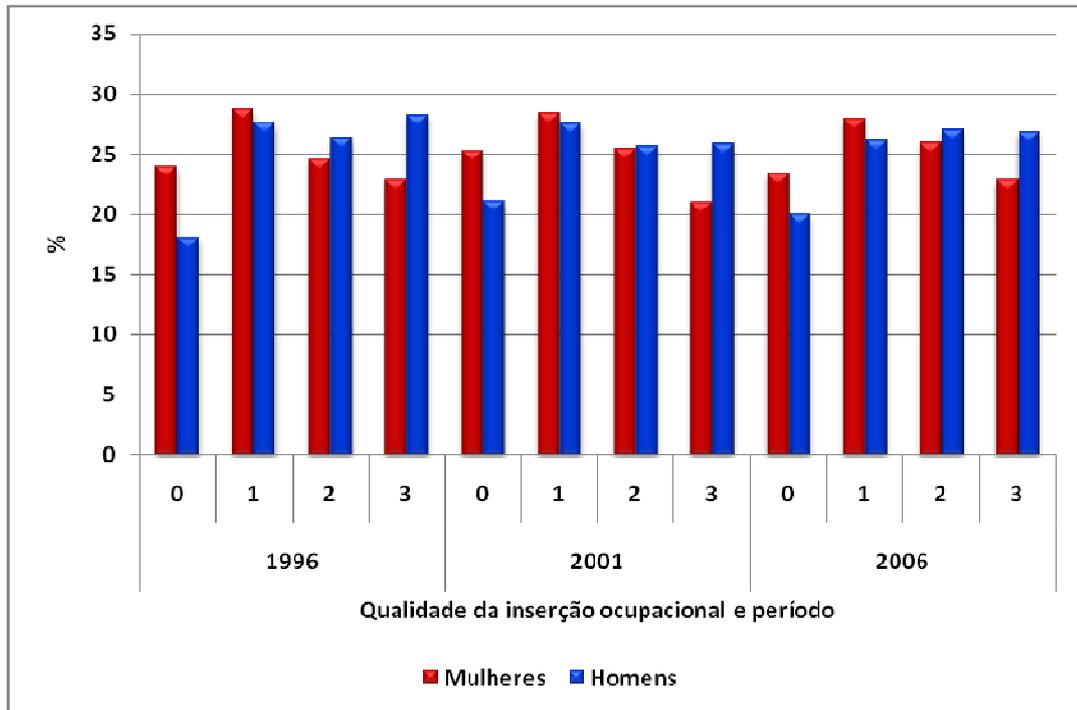
O gráfico 14 apresenta a proporção por sexo de ocupados nos quatro níveis de qualidade da inserção ocupacional, nos anos de 1996, 2001 e 2006. Em todos os anos analisados há um maior percentual de homens, em relação ao total de ocupados do sexo masculino, nos melhores níveis de qualidade da inserção ocupacional, do que de mulheres, em relação ao total de ocupadas do sexo feminino. O inverso pode ser verificado nos piores níveis do indicador, zero e um, isto é, maior proporção de mulheres do que de homens. Observa-se, portanto, a permanência de um hiato entre as populações masculina e feminina ocupadas no que diz respeito a qualidade da inserção, independente da recuperação do mercado de trabalho e do aumento de ocupações manuais masculinas, o que pode ser explicado principalmente pelo fato de mulheres ocuparem mais trabalhos informais e possuírem menores rendimentos em salários mínimos, comparativamente aos homens.

**TABELA 12 – Atributos da inserção ocupacional da população urbana ocupada por sexo e período, Brasil, 1996, 2001 e 2006**

Período	Atributos da inserção ocupacional	Sexo (%)			
		Homens	Mulheres	Total	
1996	<b>Posição na Ocupação</b>				
		Informal	49,3	50,9	50,1
		Formal	50,7	49,1	49,9
	<b>Ocupação</b>				
		Ocupação manual	68,4	74,2	70,7
		Ocupação técnica ou de nível médio ou superior	31,6	25,8	29,3
	<b>Rendimento*</b>				
		Até 02 Salários Mínimos	57,4	76,1	63,3
		Acima de 02 Salários Mínimos	42,6	23,9	36,7
	<b>Tempo de permanência no trabalho</b>				
	Até 01 ano se formal e acima de 01 ano se informal	48,5	43,9	46,8	
	Acima de 01 ano se formal e até 01 ano se informal	51,5	56,1	53,2	
2001	<b>Posição na Ocupação</b>				
		Informal	52,3	52,6	51,5
		Formal	47,7	47,4	48,5
	<b>Ocupação</b>				
		Ocupação manual	68,3	74,1	70,5
		Ocupação técnica ou de nível médio ou superior	31,7	25,9	29,5
	<b>Rendimento*</b>				
		Até 02 Salários Mínimos	61,5	77,3	66,4
		Acima de 02 Salários Mínimos	38,5	22,7	33,6
	<b>Tempo de permanência no trabalho</b>				
	Até 01 ano se formal e acima de 01 ano se informal	50,1	45,0	47,6	
	Acima de 01 ano se formal e até 01 ano se informal	49,9	55,0	52,4	
2006	<b>Posição na Ocupação</b>				
		Informal	49,1	51,3	49,1
		Formal	50,9	48,7	50,9
	<b>Ocupação</b>				
		Ocupação manual	71,8	70,7	71,3
		Ocupação técnica ou de nível médio ou superior	28,2	29,3	28,7
	<b>Rendimento*</b>				
		Até 02 Salários Mínimos	57,0	74,0	62,8
		Acima de 02 Salários Mínimos	43,0	26,0	37,3
	<b>Tempo de permanência no trabalho</b>				
	Até 01 ano se formal e acima de 01 ano se informal	49,8	44,9	47,3	
	Acima de 01 ano se formal e até 01 ano se informal	50,2	55,1	52,7	

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1996, 2001 e 2006;

\* valores inflacionado com referência ao salário mínimo de 2006.



**GRÁFICO 14:**  
**Níveis de qualidade da inserção ocupacional e período por sexo, Brasil, 1996, 2001 e 2006**  
 Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1996, 2001 e 2006;

No cômputo geral, a recuperação do mercado de trabalho no período pós-crise, esteve apoiada, ainda que em baixas proporções, no aumento da formalização e na melhoria real do salário mínimo. Paralelamente, esta recuperação se deu em face do aumento de postos de trabalho manuais e sem melhoria nos níveis de estabilidade no emprego e de saída da precariedade. Tendo em vista que os principais diferenciais entre homens e mulheres no mercado de trabalho, segundo as características selecionadas, estão nos atributos que se recuperaram nos anos recentes, a saber, posição na ocupação e renda, a permanência do hiato por sexo nestes dois atributos pode ter imputado à mulher menores chances de alcançar qualidade na ocupação.

## 4.2. Apresentação dos resultados do modelo logístico multinomial

Com o objetivo de analisar as características que aumentam a probabilidade de uma pessoa ocupada encontrar qualidade ou precariedade na ocupação, foi utilizado um modelo logístico multinomial, cuja variável dependente é formada por atributos do trabalho principal, classificados de acordo com diferentes níveis de qualidade da inserção ocupacional que variam de zero a três. Nesse modelo, toda a população urbana ocupada com idade entre 25 e 64 anos foi incluída e os resultados foram comparados por sexo. Interessa aqui, investigar de que forma os atributos pessoais da população ocupada e as características de família se associam a qualidade da inserção ocupacional, controlando-se por idade, período, sendo os anos de 1996, 2001 e 2006 descritores de uma trajetória de ápice da crise do trabalho da década passada e sua recente recuperação, e coorte, além de situação do domicílio, isto é, residir em regiões metropolitanas *versus* áreas urbanas não metropolitanas. Este último segue controlado por região geográfica.

Em resumo, a variável dependente é composta por informações sobre posição na ocupação, classificação da ocupação, rendimento mensal em salários mínimos e tempo de permanência no trabalho, ambas referentes ao trabalho principal exercido pela pessoa na semana de referência da pesquisa, em cada ano. São variáveis explicativas, tipo de família, posição na família, realização de afazeres domésticos, idade, período, coorte de quinquênio de nascimento, raça/cor da pele, anos de estudo, situação do domicílio (RM ou urbano não metropolitano) e região geográfica. Com o intuito de evitar correlação perfeita foram omitidas do modelo as *dummies*<sup>20</sup> tipo de família “Casal sem filhos (FAM1)”; posição na família “Filho/a, outro parente ou agregado (POS3)”; período “1996 (PER1)”; coortes “1932-1936 (COO1) e “1937-1941” (COO2)”; e região “Centro-Oeste (RG5)”. O método foi aplicado separadamente para homens ocupados e mulheres ocupadas e os resultados foram comparados. Destaca-se abaixo o quadro 3, que sumariza ou esquematiza o modelo logístico a partir das variáveis que foram consideradas.

---

<sup>20</sup> Uma *dummy* é uma variável categórica binária com valores marcadores das categorias. Dessa forma, para cada categoria, de cada variável, há uma *dummy* correspondente que informa se a pessoa possui determinada característica, por esta descrita, ou não. Por exemplo, a *dummy* para a coorte de nascimento entre 1967 a 1971, informa se a pessoa nasceu neste quinquênio ou não.

QUADRO 3 – Variáveis componentes do modelo logístico multinomial

Nome da variável	Categorias
<b>Variável Dependente</b>	
Indicador de qualidade da inserção ocupacional	0. Nível 00 1. Nível 01 2. Nível 02 3. Nível 03
<b>Bloco 1 - Variáveis explicativas de família</b>	
<i>Dummies</i> de tipo de família	FAM1. Casal sem filhos FAM2. Casal com todos os filhos menores de 14 anos FAM3. Casal com todos os filhos de 14 anos ou mais FAM4. Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais FAM5. Monoparental feminino com todos os filhos menores de 14 anos FAM6. Monoparental feminino com todos os filhos de 14 anos ou mais FAM7. Monoparental feminino com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais FAM8. Outros tipos de família
<i>Dummies</i> de posição na família	POS1. Pessoa de Referência POS2. Cônjuge POS3. Filho/a e outro parente ou agregado
Realização de afazeres domésticos	0. Não 1. Sim
<b>Blocos 2 - Variáveis explicativas sociodemográficas</b>	
Idade	Variável intervalar (25 a 64)
<i>Dummies</i> de período	PER1. 1996 PER2. 2001 PER3. 2006
<i>Dummies</i> de coorte	COO1. 1932-1936 COO2. 1937-1941 COO3. 1942-1946 COO4. 1947-1951 COO5. 1952-1956 COO6. 1957-1961 COO7. 1962-1966 COO8. 1967-1971 COO9. 1972-1976 COO10. 1977-1981

(continua)

(continuação)

Raça/cor da pele	0. Preta, parda e indígena 1. Branca e amarela
Anos de Estudo	0. Sem instrução e menos de 01 ano 1. 01 ano 2. 02 anos 3. 03 anos 4. 04 anos 5. 05 anos 6. 06 anos 7. 07 anos 8. 08 anos 9. 09 anos 10. 10 anos 11. 11 anos 12. 12 anos 13. 13 anos 14. 14 anos 15. 15 anos ou mais
<b>Blocos 3 - Variáveis explicativas de situação do domicílio</b>	
Situação do domicílio	0. Área urbana não metropolitana 1. Região metropolitana
<i>Dummies</i> de região geográfica	RG1. Norte RG2. Nordeste RG3. Sudeste RG4. Sul RG5. Centro-oeste

Os quadros 4 e 5 apresentam os resultados da aplicação do modelo por sexo, respectivamente entre mulheres e entre homens. Nestes quadros, o coeficiente expressa a variação no logito da variável dependente, *qualidade da inserção ocupacional*, derivada da variação de cada uma das variáveis explicativas, controlando-se pelas demais. Para cada equação de cada variável explicativa do modelo há um coeficiente correspondente. O coeficiente da primeira equação descreve a chance de um ocupado assumir o nível zero da variável dependente, em relação ao nível três, dada a variação do atributo explicativo em questão e se controlando pelas outras variáveis do modelo. Consecutivamente, o coeficiente da segunda equação descreve a chance de assumir o nível um em relação ao nível três e o da

terceira equação, a chance de assumir o nível dois, em comparação ao nível três. A razão de chance é o coeficiente exponenciado e indica a associação entre a variável independente e a probabilidade de estar na categoria em análise, comparativamente à categoria de referência<sup>21</sup>.

Segundo os dados do modelo logístico aplicado à população ocupada do sexo feminino com idade entre 25 e 64 anos e residentes em regiões urbanas do país, tipo de família tem associação positiva com a chance de assumir cada categoria inferior do nível de qualidade da inserção ocupacional, em relação ao nível mais alto da variável, controlando-se pelas demais características. Como apresenta o quadro 4, a associação é maior entre mulheres que compõem os arranjos monoparentais, em comparação aos de tipo casal e outros tipos de família. Entre mulheres pertencentes a famílias do tipo casal, a associação é maior para aquelas em famílias com filhos menores de 14 anos e de 14 anos e mais, comparativamente às mulheres em famílias só com filhos pequenos, menores de 14 anos, ou só com filhos mais velhos, de 14 anos e mais. A única equação de família nuclear que descreve uma situação inversa, é a da chance de assumir o segundo nível da variável dependente, em relação ao nível três, entre mulheres pertencentes a famílias do tipo casal com todos os filhos menores de 14 anos. Nesse caso, a chance é 8% menor.

---

<sup>21</sup> A apresentação completa dos resultados pode ser consultada no apêndice B.

**QUADRO 4 – Coeficientes e razões de chance do modelo logístico multinomial da população urbana ocupada do sexo feminino, Brasil, 1996, 2001 e 2006**

Variável	Equação					
	Nível 0 vs. Nível 3		Nível 1 vs. Nível 3		Nível 2 vs. Nível 3	
	Estim.	Razão	Estim.	Razão	Estim.	Razão
<b>Intercepto</b>	5,65*	-	7,26*	-	5,78*	-
<b>FAM2 – Casal filhos &lt;14</b>	0,15*	1,17*	0,11*	1,12*	-0,09*	0,92*
<b>FAM3 – Casal filhos &gt;=14</b>	0,22*	1,24*	0,10*	1,10*	0,09*	1,09*
<b>FAM4 – Casal filhos &lt;14 e &gt;=14</b>	0,33*	1,39*	0,20*	1,22*	0,00	1,00
<b>FAM5 – Monoparental feminino filhos &lt;14</b>	0,49*	1,63*	0,54*	1,72*	0,13*	1,14*
<b>FAM6 – Monoparental feminino filhos &gt;=14</b>	0,21*	1,24*	0,19*	1,21*	0,09*	1,10*
<b>FAM7 – Monoparental fem. filhos &lt;14 e &gt;=14</b>	0,38*	1,47*	0,37*	1,44*	0,08	1,08
<b>FAM8 – Outras famílias</b>	0,16*	1,17*	0,11*	1,12*	0,04	1,04
<b>POS1 – Pessoa de referência</b>	-0,20*	0,82*	-0,18*	0,83*	-0,25*	0,78*
<b>POS2 – Cônjuge</b>	0,14*	1,15*	-0,03	0,97	-0,23*	0,79*
<b>Realização de afazeres domésticos (1=Sim)</b>	0,63*	1,88*	0,33*	1,39*	0,05	1,05
<b>Idade</b>	-0,02*	0,98*	-0,06*	0,94*	-0,04*	0,96*
<b>PER2 – 2001</b>	0,50*	1,65*	0,39*	1,47*	0,37*	1,45*
<b>PER3 – 2006</b>	0,67*	1,96*	0,54*	1,71*	0,50*	1,65*
<b>COO3 – 1942-1946</b>	-0,62*	0,54*	-0,60*	0,55*	-0,35*	0,70*
<b>COO4 – 1947-1951</b>	-0,94*	0,39*	-0,90*	0,40*	-0,60*	0,55*
<b>COO5 – 1952-1956</b>	-1,20*	0,30*	-1,10*	0,33*	-0,85*	0,43*
<b>COO6 – 1957-1961</b>	-1,23*	0,29*	-1,12*	0,33*	-0,85*	0,43*
<b>COO7 – 1962-1966</b>	-1,26*	0,28*	-1,14*	0,32*	-0,91*	0,40*
<b>COO8 – 1967-1971</b>	-1,29*	0,27*	-1,16*	0,31*	-0,94*	0,39*
<b>COO9 – 1972-1976</b>	-1,29*	0,28*	-1,09*	0,34*	-0,94*	0,39*
<b>COO10 – 1977-1981</b>	-1,32*	0,27*	-1,01*	0,36*	-0,92*	0,40*
<b>Raça/cor da pele (1=branca e amarela)</b>	-0,12*	0,89*	-0,16*	0,85*	-0,10*	0,90*
<b>Anos de Estudo</b>	-0,50*	0,61*	-0,44*	0,64*	-0,34*	0,71*
<b>Situação do domicílio (1=RM)</b>	-0,16*	0,86*	-0,04*	0,96*	-0,05*	0,95*
<b>RG1 – Norte</b>	0,42*	1,52*	0,12*	1,13*	0,00	1,00
<b>RG2 – Nordeste</b>	0,53*	1,70*	0,13*	1,14*	0,16*	1,17*
<b>RG3 – Sudeste</b>	0,03	1,03	0,09*	1,10*	0,22*	1,25*
<b>RG4 – Sul</b>	-0,08*	0,92*	0,02	1,02	0,20*	1,22*

\* Significante a 0,10.

Número de Observações : 125.290.

Likelihood Ratio: 1,000.

Pertencer a famílias do tipo casal com todos os filhos menores de 14 anos tem uma chance 17% maior de ocupar o pior nível de qualidade da inserção ocupacional, ao invés do melhor nível, comparando-se com os demais tipos de família. Entre ocupadas que compõem arranjos com todos os filhos de 14 anos e mais, aumenta 24% a chance de assumir o nível zero, em relação ao nível três. Já as que estavam em arranjos com filhos em ambas faixas etárias, a chance é 39% maior. Analisando a probabilidade de assumir o nível um, e não o nível três, observa-se que a associação para mulheres do primeiro grupo também é maior, mesmo que com menor intensidade do que registrado anteriormente, nesse caso, 12%. O mesmo ocorre para mulheres do segundo grupo, cuja chance passou para aumento de 10%. Entre as mulheres do terceiro grupo, a associação não se mostrou estatisticamente significativa nesta última equação.

O resultado sugere que, para famílias do tipo casal, estar no ciclo inicial da vida familiar, isto é, com filhos pequenos e pais jovens, descreve uma situação ocupacional favorável às mulheres do grupo, em se comparando com mulheres de arranjos do tipo casal com idade avançada. Nesses casos, além de pertencerem a coortes mais jovens, supõe-se haver maior igualdade de gênero no âmbito domiciliar e a permanência dessas mulheres no mercado de trabalho mesmo após a chegada de filhos, haja vista a internalização da realização de atividades econômicas pela mulher no cotidiano da família. Entretanto, para aquelas pertencentes a famílias em ciclos de vida superiores ou coortes mais velhas, as estratégias de inserção estabelecidas pelo grupo doméstico nos últimos anos parecem ter desfavorecido sua chance de possuir qualidade na inserção ocupacional. Tratam-se sobretudo de mulheres ocupando a posição de cônjuge e que se inseriram no mercado de trabalho de forma precária por decorrência da crise e da consequente queda na renda das famílias. Há de se destacar também, que as mesmas compõem grupos cujos filhos ampliaram seu tempo de permanência na escola e ou inauguraram sua entrada no mercado de trabalho tardiamente e ou de forma precária, o que também imputou maiores responsabilidades às cônjuges para a provisão domiciliar. A diminuição na chance de assumir a principal categoria da variável dependente, maior para os arranjos com filhos em ambas as faixas etárias, entre as famílias do tipo casal, mostra ainda a dificuldade encontrada pelas mulheres cônjuge desses arranjos, para quem provavelmente foram dadas as responsabilidades concomitantes de coprovisão e cuidado dos filhos mais novos.

Entre os arranjos monoparentais femininos, pertencer a uma família com todos os filhos menores de 14 anos ou a uma família com filhos nas duas faixas etárias consideradas aumenta, respectivamente, 63% e 47% a chance de ocupar o pior nível de qualidade da

inserção ocupacional, em relação ao melhor nível. Já entre arranjos com todos os filhos com 14 anos e mais, a chance aumenta 24%. Entre mulheres do grupo com todos os filhos pequenos, a chance de ocupar o nível um, ao invés do nível três, é ainda maior, aumento de 72%. Para mulheres com filhos nas duas faixas etárias, verifica-se um aumento de 44% em assumir o nível um, comparativamente ao nível três. Neste sentido, a presença de filhos mais novos pode atuar mais decisivamente na inserção precária das ocupadas que pertencem a famílias monoparentais, principalmente da mãe, para quem se direciona o cuidado dos filhos. Comparativamente aos arranjos do tipo casal, sua probabilidade em melhorar a posição no mercado de trabalho também diminui mais consideravelmente, ainda que também diminua a chance, entre aquelas, de não ocupar um trabalho precário, o que pode indicar a ausência de outras pessoas com as quais seja possível compartilhar o cuidado dos filhos pequenos.

No que diz respeito à posição na família, ocupar a posição pessoa de referência tem uma chance 18% menor de assumir o pior, ao invés do melhor nível de qualidade da inserção ocupacional, controlando-se pelas demais variáveis e em relação à posição de filha e outro parente ou agregada. A probabilidade de assumir os níveis um e dois, comparativamente ao nível três, aumenta 17% e 22%, respectivamente. Inversamente, ocupar a posição de cônjuge, representa um aumento de 15% na chance de assumir o nível zero, em relação ao nível três, enquanto a chance de ocupar o nível dois, em relação ao nível três, diminui 21%. A associação referente ao nível um não se mostrou estatisticamente significativa para o grupo de mulheres cônjuge. Em suma, a chance de ocupar o melhor nível da variável dependente é maior para chefes de família do que para cônjuges, enquanto entre as cônjuges, tal associação é maior, quanto mais afastada se estiver de atributos que tornam a inserção ocupacional precária.

Essa diferença entre responsáveis e cônjuges pode ser explicada principalmente pelo perfil da mulher que se torna chefe de sua família, ainda que entre estas haja diferenciais de inserção. A estabilidade encontrada no trabalho por mulheres chefes de família do tipo casal contribui para que as mesmas assumam essa posição, uma vez que seu trabalho aparece como um contraponto ao do esposo. Em geral, são mulheres com alta escolaridade e que já internalizaram a realização de atividades econômicas “fora de casa”. Há de se destacar também que se trata das mulheres que menos realizam afazeres domésticos, comparativamente às chefes de famílias monoparentais e cônjuges. Entre as mulheres chefe sem cônjuge, isto é, responsáveis por domicílios monoparentais, a chance de possuir uma ocupação de qualidade também aumenta por essas se configuram como a principal, senão a única, responsável adulta pela manutenção financeira de seu grupo domiciliar.

Controlando-se pelas demais variáveis, realizar afazeres domésticos aumenta em 88% a chance de estar na pior categoria de qualidade da inserção ocupacional, ao invés da melhor categoria. Esse aumento na chance cai para 39%, comparativamente ao nível um e não é estatisticamente significativo, em relação ao nível dois. Em outras palavras, quanto mais bem posicionada a mulher, no que diz respeito a qualidade do trabalho, menor é a associação entre realização de afazeres domésticos e trabalho precário. Para mulheres na pior condição ocupacional, isto é, mulheres ocupadas na informalidade há mais de um ano, em cargo manual e recebendo abaixo de dois salários mínimos, a realização de afazeres domésticos é o atributo que mais se associa à sua permanência na precariedade.

De fato, não realizar afazeres domésticos é extremamente significativo para a qualidade da inserção ocupacional da população feminina. No entanto, assim como as assimetrias de gênero, destacadas pela considerável diferença na proporção de realização de afazeres domésticos por sexo, podem influenciar o trabalho precário de mulheres, como se verá adiante, os diferenciais entre mulheres também precisam ser considerados. Esses diferenciais podem ser observados quando se analisa a realização de afazeres domésticos em relação à posição na família e ao tipo de família. Mulheres cônjuge, principalmente as mais velhas e menos escolarizadas, e mulheres chefes de família monoparental são as que, proporcionalmente, mais cuidam de afazeres domésticos. Inversamente, mulheres chefes de arranjos do tipo casal, em geral melhor escolarizadas, são as que menos declaram realizar tarefas domésticas.

Quanto ao ano de referência ou período, estar ocupada em 2001 aumenta a chance de assumir o nível mais baixo da variável dependente, ao invés do nível mais alto, em 65%, comparativamente ao ano de 1996, enquanto estar ocupada em 2006 tem uma chance 96% maior de assumir uma inserção precária em todos seus atributos. Assumir o nível um, em relação ao nível mais alto, implica em um aumento na chance de 47%, entre ocupadas no ano de 2001, e de 71% entre ocupadas no ano de 2006. Já em comparação ao nível dois, o aumento cai para 45% e 65%, respectivamente. Em outras palavras, estar ocupada em 2006 diminui a chance de assumir uma inserção ocupacional de qualidade, em comparação a 2001 e 1996, assim como em 2001, relativamente ao primeiro ano da série. Os resultados, portanto, mostram que há uma relação inversa entre recuperação da crise da década de 1990 e a chance de possuir um trabalho de qualidade ao longo do período, ou seja, a despeito da melhoria no mercado de trabalho, aumentou a probabilidade de estar em um trabalho precário mesmo após a crise.

No cômputo geral, coorte de quinquênio de nascimento tem uma associação positiva com qualidade da inserção ocupacional. Observa-se, entretanto, que o aumento na chance de ocupar um trabalho de qualidade é mais significativo quanto mais jovem é a coorte, o que significa uma melhor situação em relação às mulheres das primeiras coortes, ou das coortes mais velhas. Os resultados do modelo logístico mostraram que em todas as coortes, a chance de ocupar os níveis inferiores da variável dependente, comparativamente ao nível mais alto de qualidade, diminui. Estes resultados sugerem que a qualidade do trabalho feminino para o grupo estudado segue condicionada ao aumento de idade, mas principalmente ao efeito de coorte, quando se observa boas condições de ocupação nas coortes mais novas e, sobretudo nas coortes medianas. O efeito de período atua decisivamente neste caso, já que, a despeito da melhora das condições de trabalho nos anos de recuperação da crise, houve um aumento na oferta de trabalho precário para mulheres pouco escolarizadas, portanto, pertencentes a coortes mais velhas.

Controlando-se pelas demais variáveis, a cada ano a mais de estudo, a chance de uma mulher ocupada assumir o pior nível da variável dependente é 39% menor na comparação com o melhor nível, controlando-se pelas outras variáveis do modelo. Em relação aos níveis um e dois, o aumento na chance é de 36% e 29%, respectivamente. Neste sentido, quanto menor é a escolaridade, mais a mulher depende de incremento escolar para melhorar sua inserção ocupacional, ou seja, sair da precariedade. Destaca-se ainda que mulheres das cores/raças branca e amarela têm 11% de chance a menos de ocupar o primeiro nível de qualidade da inserção ocupacional, em relação ao nível mais alto, do que mulheres das cores/raças preta, parda e indígena. Este percentual de aumento passa para 15% de chance em assumir o nível um, e para 10% o nível dois.

Finalmente, a associação entre situação do domicílio e a variável dependente também se mostrou significativa. Os resultados mostram que residir em regiões metropolitanas ao longo do período, relativamente a residir em áreas urbanas não metropolitanas, diminui a chance de ocupar o nível zero, ao invés do nível três de qualidade da inserção ocupacional, em 14%. No que diz respeito às equações dois e três, respectivamente, a diminuição na chance é de 4% e 5%. Controlando essa associação com região geográfica, verificou-se que o coeficiente para mulheres ocupadas residentes na região sudeste não é estatisticamente significativo na primeira equação e que a chance de assumir o nível zero, em relação ao nível três, é 52% maior para as mulheres ocupadas na região Norte, 70% para as da região Nordeste e 8% menor para as residentes na região Sul do país. O resultado mostra que, mesmo sendo as principais afetadas pela crise do trabalho na década de 1990, as ocupadas em RM residem em

áreas urbanas com maior probabilidade de encontrar qualidade na inserção ocupacional, comparativamente às ocupadas em áreas urbanas não metropolitanas. Destacam ainda que as chances de sair da precariedade também são maiores nestas regiões, haja vista que o coeficiente de situação do domicílio referente à primeira equação é maior do que os efeitos das demais equações.

Em suma, o modelo logístico aplicado à mulheres com idade entre 25 e 64 anos e ocupadas no Brasil urbano nos anos de 1996, 2001 e 2006, sugere que ocupar a posição de pessoa de referência em família do tipo casal, possuir alta escolaridade, declarar-se das cores/raças branca ou amarela, pertencer a coortes mais jovens, residir em regiões metropolitanas, declarar não realizar afazeres domésticos, e estar ocupada em 1996, são os fatores que mais se associam à qualidade da inserção ocupacional. Comparativamente, ocupar as posições de cônjuge ou de pessoa de referência em família monoparental, possuir baixa escolaridade, declarar-se das cores/raças preta, parda ou indígena, residir em áreas urbanas não metropolitanas, realizar afazeres domésticos e estar ocupada em 2006, descrevem os atributos que mais se associam com precariedade na inserção ocupacional.

Segundo os dados do modelo logístico aplicado à população ocupada do sexo masculino com idade entre 25 e 64 anos e residentes em regiões urbanas do país, pertencer a uma família do tipo casal, em geral, associa-se positivamente com a chance de assumir a categoria de referência da variável qualidade da inserção ocupacional, controlando-se pelas demais variáveis. Como apresenta o quadro 5, esse efeito é maior para homens pertencentes a arranjos com todos os filhos com 14 anos de idade e mais, para os quais a chance de assumir o pior nível da variável dependente diminui 16%, em relação ao melhor nível. Quando se comparada a relação entre os níveis um e três, a chance de ocupar o patamar mais baixo diminui 14%. Entre os níveis dois e três, a diminuição na chance é de 11%. Para homens ocupados que compõem arranjos com presença de filhos pequenos, as chances de estar nos níveis inferiores ao invés de estar na categoria de referência também se apresentaram menores, ainda que com valores inferiores aos dos homens do primeiro grupo citado. Neste sentido, entre homens, pertencer a um grupo doméstico nuclear em estágio avançado do ciclo familiar implica em maior probabilidade de possuir um trabalho de qualidade, do que pertencer a uma família no início do ciclo, isto é, com presença de filhos pequenos.

A associação entre pertencer a famílias monoparentais de chefia feminina e qualidade da inserção ocupacional, controlando-se pelas demais variáveis inseridas no modelo, não se mostraram estatisticamente significantes, exceto o da segunda equação referente à família com todos os filhos menores de 14 anos, cujo coeficiente mostra que a chance de ocupar o

nível um, em relação ao nível três, é 67% maior. Entre homens ocupados pertencentes a outras famílias, que conjuga, entre outros modelos, pessoas que moram sozinhas e domicílios chefiados por homens sem cônjuge ou companheira, a chance de ocupar o nível zero, comparando-se com o nível três, aumenta 33%, a de ocupar o nível um, aumenta 16%, e a do nível dois, 5%. Destaca-se que este último grupo é composto principalmente por homens responsáveis pela família e sem cônjuge, o que sugere menor chance de possuir um trabalho de qualidade entre homens que vivem sem companhia de esposa ou companheira, ou seja, com quem se possa dividir a provisão do domicílio e a realização de afazeres domésticos.

**QUADRO 5 – Coeficientes e razões de chance do modelo logístico multinomial da população urbana ocupada do sexo masculino, Brasil, 1996, 2001 e 2006**

Variável	Equação					
	Nível 0 vs. Nível 3		Nível 1 vs. Nível 3		Nível 2 vs. Nível 3	
	Coef.	Razão	Coef.	Razão	Coef.	Razão
<b>Intercepto</b>	3,59*	-	4,51*	-	2,84*	-
<b>FAM2 – Casal filhos &lt;14</b>	-0,04	0,96	-0,04*	0,96*	-0,06*	0,94*
<b>FAM3 – Casal filhos &gt;=14</b>	-0,18*	0,84*	-0,15*	0,86*	-0,12*	0,89*
<b>FAM4 – Casal filhos &lt;14 e &gt;=14</b>	-0,08*	0,93*	-0,12*	0,88*	-0,09*	0,91*
<b>FAM5 – Monoparental feminino filhos &lt;14</b>	0,26	1,29	0,51*	1,67*	0,33	1,39
<b>FAM6 – Monoparental feminino filhos &gt;=14</b>	-0,03	0,97	-0,02	0,98	-0,05	0,95
<b>FAM7 – Monoparental fem. filhos &lt;14 e &gt;=14</b>	0,00	1,00	0,17	1,18	0,16	1,18
<b>FAM8 – Outras famílias</b>	0,29*	1,33*	0,15*	1,16*	0,05*	1,05*
<b>POS1 – Pessoa de referência</b>	-0,93*	0,40*	-0,64*	0,53*	-0,40*	0,67*
<b>POS2 – Cônjuge</b>	-0,55*	0,57*	-0,31*	0,73*	-0,21*	0,81*
<b>Realização de afazeres domésticos (1=Sim)</b>	0,05*	1,05*	0,03*	1,04*	0,01	1,01
<b>Idade</b>	0,01	1,01	-0,03*	0,97*	-0,01*	0,99*
<b>PER2 – 2001</b>	0,40*	1,49*	0,25*	1,29*	0,16*	1,17*
<b>PER3 – 2006</b>	0,48*	1,62*	0,31*	1,37*	0,25*	1,28*
<b>COO3 – 1942-1946</b>	-0,24*	0,78*	-0,22*	0,80*	-0,19*	0,83*
<b>COO4 – 1947-1951</b>	-0,59*	0,56*	-0,59*	0,56*	-0,50*	0,61*
<b>COO5 – 1952-1956</b>	-0,69*	0,50*	-0,71*	0,49*	-0,60*	0,55*
<b>COO6 – 1957-1961</b>	-0,72*	0,49*	-0,84*	0,43*	-0,66*	0,52*
<b>COO7 – 1962-1966</b>	-0,71*	0,49*	-0,87*	0,42*	-0,63*	0,53*
<b>COO8 – 1967-1971</b>	-0,64*	0,53*	-0,86*	0,42*	-0,60*	0,55*
<b>COO9 – 1972-1976</b>	-0,59*	0,56*	-0,79*	0,45*	-0,52*	0,59*
<b>COO10 – 1977-1981</b>	-0,59*	0,55*	-0,73*	0,48*	-0,49*	0,61*
<b>Raça/cor da pele (1=branca e amarela)</b>	-0,27*	0,76*	-0,18*	0,84*	-0,12*	0,88*
<b>Anos de Estudo</b>	-0,35*	0,71*	-0,25*	0,78*	-0,16*	0,85*
<b>Situação do domicílio (1=RM)</b>	-0,37*	0,69*	-0,19*	0,83*	-0,10*	0,91*
<b>RG1 – Norte</b>	0,54*	1,72*	0,24*	1,27*	-0,02	0,98
<b>RG2 – Nordeste</b>	0,73*	2,08*	0,29*	1,34*	0,23*	1,26*
<b>RG3 – Sudeste</b>	-0,30*	0,74*	-0,14*	0,87*	-0,08*	0,93*
<b>RG4 – Sul</b>	-0,09*	0,92*	-0,01	0,99	-0,03	0,97

\* Significante a 0,10.

Número de Observações : 168.834.

Likelihood Ratio: 1,000.

O atributo de posição na família também estabelece associação positiva com a variável dependente, ou com a chance de assumir um trabalho de qualidade, assim como descrito pelo nível três da variável. Essa associação é maior entre homens responsáveis por suas famílias do que para homens cônjuge, em relação a homens na posição de filho e outro parente ou agregado. Note que homens chefe de família têm uma chance 60% menor de ocupar o pior nível de qualidade da inserção ocupacional, ao invés do nível três, enquanto homens cônjuge têm chance 43% menor. Em relação ao nível dois, os chefes e cônjuges têm um chance 47% e 27% menor de não assumir a categoria de referência. Finalmente, comparando-se ao nível dois da variável dependente, verifica-se chance 33% e 19% menor, respectivamente. Em que pese o fato de os homens chefes constituírem a maioria dos ocupados do sexo masculino, os resultados sugerem a grande importância destes para a manutenção financeira de seus domicílios em um contexto de permanência do patriarcalismo como um modelo abrangente na sociedade brasileira. Destaca-se também, que mesmo não sendo a pessoa de referência da família, quando há presença de esposa a condição masculina no mercado de trabalho permanece relativamente favorável em termos da chance de ocupar um cargo de qualidade.

No que diz respeito à associação entre realização de afazeres domésticos e qualidade da ocupação, controlando-se pelas demais variáveis, os resultados apontam que há uma chance 5% maior de assumir o pior nível da variável dependente, em relação ao melhor nível, quando o homem cuida de afazeres domésticos. Comparando-se com o nível um, observa-se uma chance 4% menor. O coeficiente da terceira equação não se mostrou estatisticamente significativa. Note que, mesmo entre os homens ocupados, o trabalho não remunerado realizado no âmbito domiciliar estabelece uma associação negativa com o trabalho remunerado “fora de casa”, ainda a mesma não ocorra quando se está próximo de uma ocupação de qualidade. Provavelmente, essa associação deve ser menor para homens chefes de família do tipo casal, aqueles que, proporcionalmente, realizam menos afazeres domésticos do que homens cônjuge, chefe de família unipessoal ou monoparental e aqueles que ocupam a posição de filho e outro parente e agregado.

Quanto ao ano de referência ou período, estar ocupado em 2001 e 2006 aumenta em 49% e 62%, respectivamente, a chance de assumir o pior nível de qualidade da inserção ocupacional, ao invés do melhor nível, controlando-se pelas demais variáveis. A chance de assumir o primeiro nível, em relação ao mais alto, é 29% e 37% maior, em cada ano. Contrapondo-se ao segundo nível, o aumento na chance cai para 17%, entre ocupados no ano de 2001, e para 28%, entre ocupados no ano de 2006. Os resultados sugerem algo parecido do que se verificou no modelo aplicado com mulheres ocupadas, ou seja, quanto mais próximo

de uma ocupação precária em 2006, em relação a 1996, menor a chance de ocupar o melhor nível da variável dependente, e quanto mais próximo de uma ocupação de qualidade no ano de 2001, em relação a 1996, maior a chance.

Quando observado o comportamento das coortes entre os homens, observa-se uma associação positiva para todas as equações, em todas as coortes, de assumir uma ocupação de qualidade, isto é, de estar na categoria de referência. Essas associações são maiores para os homens das coortes localizadas entre 1952 e 1971, o que mostra melhores chances de encontrar uma ocupação de qualidade na faixa etária entre 35 e 49 anos. O resultado descreve não só padrões que se repetem nas análises longitudinais sobre o mercado de trabalho, de melhor inserção ocupacional para coortes medianas, mas, sobretudo o impacto das transformações recentes. Há uma chance de estar mais bem ocupado pela estabilidade alcançada no mercado de trabalho. Entretanto, a chance diminui para os mais velhos, em grande parte, egressos do mercado de trabalho que a este retornaram ou que já o poderiam ter deixado e ali permaneceram em busca de melhoria da renda de suas famílias, e para os mais jovens, que mesmo tendo incrementado sua escolaridade nos últimos anos, encontram importantes barreiras no início da vida produtiva.

Destaca-se ainda que a cada ano a mais de estudo diminui em 29% a chance de ocupar o nível zero, em relação ao nível três, 22% o nível um e 15% o nível dois. Em outras palavras, a associação entre escolaridade e qualidade do trabalho indica que quanto mais próximo um homem ocupado estiver de uma ocupação precária, mais ele depende de incremento escolar para sair da precariedade. Analisando-se a associação com raça/cor da pele, homens que se declararam brancos e amarelos têm 24% de chance a menos de ocupar o pior nível da variável dependente ao invés do melhor nível, do que homens das cores/raças preta, parda e indígena. A chance de ocupar o nível dois é 16% menor e o nível dois, 12%. Em suma, homens brancos e amarelos diminuem a probabilidade de ocupar um cargo precário quanto mais próximo estiverem de uma inserção de qualidade, comparativamente a homens de outras cores/raças.

Finalmente, o efeito de situação do domicílio mostra que residir em regiões metropolitanas diminui em 31% a probabilidade de ocupar o primeiro nível de qualidade da inserção ocupacional, em relação ao nível mais alto, controlando-se pelas demais variáveis. Comparando-se aos níveis um e dois, a chance é 17% e 9% menor, respectivamente. Controlando esta associação por região geográfica, verifica-se que estar ocupado nas regiões Norte e Nordeste aumenta 72% e 108%, respectivamente, a chance de assumir uma ocupação precária, assim como descrita pelo primeiro nível da variável dependente, ao invés de uma

ocupação de qualidade, assim como descrito pelo nível mais alto. Ao contrário, nas regiões Sudeste e Sul a chance de possuir uma ocupação precária, do que uma de qualidade, é 26% e 8% menor, em relação às demais regiões geográficas.

Em suma, o modelo logístico aplicado aos homens com idade entre 25 e 64 anos e ocupados no Brasil urbano nos anos de 1996, 2001 e 2006, sugere que ocupar a posição de pessoa de referência em família do tipo casal, possuir alta escolaridade, declarar-se das cores/raças branca ou amarela, pertencer a coortes entre os anos de 1952 e 1971, residir em regiões metropolitanas, declarar não realizar afazeres domésticos e estar ocupado em 1996 são os fatores que mais se associam à qualidade na ocupação. Comparativamente, ocupar as posições de cônjuge ou de pessoa de referência em família monoparental ou unipessoal, possuir baixa escolaridade, declarar-se das cores/raças preta, parda ou indígena, residir em áreas urbanas não metropolitanas, realizar afazeres domésticos e estar ocupado em 2006, descrevem os atributos que mais se associam com precariedade na inserção ocupacional.

#### **4.3. Comparação dos resultados por sexo**

A comparação dos resultados por sexo foi feita através da relação entre os coeficientes de cada modelo logístico. Para tal, realizou-se um teste estatístico de comparação de médias, cuja hipótese nula é a de que os processos descritos por cada coeficiente podem ser iguais nos dois modelos. Isso quer dizer que os processos de inserção no mercado de trabalho podem ser os mesmos para homens e para mulheres, de tal forma que não posso comparar os diferenciais por sexo. A hipótese alternativa de que os processos podem ser diferentes, por sua vez, sugere que os mecanismos de inserção ocupacional são diferentes entre os sexos, sendo essas diferenças mediadas por assimetrias de gênero.

O teste é feito pela observação da sobreposição ou não dos intervalos de confiança de 95% dos dois modelos. Caso os intervalos se sobreponham, aceita-se a hipótese nula de que os processos podem ser iguais, o que significa que a diferença entre os coeficientes não é estatisticamente significativa ou que os coeficientes são diferentes apenas devido ao acaso. Caso não haja sobreposição dos intervalos de confiança de 95%, rejeita-se a hipótese nula, isto é, a diferença entre os coeficientes é estatisticamente significativa ou os resultados obtidos

não se deram devido ao acaso. O quadro 6 apresenta<sup>22</sup> os valores dos coeficientes de cada equação, no qual os valores em destaque representam os coeficientes cujos intervalos de confiança de 95% dos dois modelos não se sobrepuseram e que, portanto, a hipótese nula de que os processos podem ser iguais foi rejeitada, neste caso investigaram-se os diferenciais de gênero.

---

<sup>22</sup> Os resultados apresentados nesta seção estão reduzidos. Para uma visualização completa, incluindo os valores dos intervalos de confiança, razão de chance, erro padrão e valor-p, consultar o apêndice B.

**QUADRO 6 – Comparação dos coeficientes do modelo logístico multinomial da população urbana ocupada, por sexo, Brasil, 1996, 2001 e 2006\***

Variável	Mulheres			Homens		
	Nível 0	Nível 1	Nível 2	Nível 0	Nível 1	Nível 2
	vs. Nível 3					
<b>Intercepto</b>	5,65**	7,26**	5,78**	3,59**	4,51**	2,84**
<b>FAM2 – Casal filhos &lt;14</b>	0,15**	0,11**	-0,09**	-0,04	-0,04**	-0,06**
<b>FAM3 – Casal filhos &gt;=14</b>	0,22**	0,10**	0,09**	-0,18**	-0,15**	-0,12**
<b>FAM4 – Casal filhos &lt;14 e &gt;=14</b>	0,33**	0,20**	0,00	-0,08**	-0,12**	-0,09**
<b>FAM5 – Mon. feminino filhos &lt;14</b>	0,49**	0,54**	0,13**	0,26	0,51**	0,33
<b>FAM6 – Mon. feminino filhos &gt;=14</b>	0,21**	0,19**	0,09**	-0,03	-0,02	-0,05
<b>FAM7 – Mon. fem. filhos &lt;14 e &gt;=14</b>	0,38**	0,37**	0,08	0,00	0,17	0,16
<b>FAM8 – Outras famílias</b>	0,16**	0,11**	0,04	0,29**	0,15**	0,05**
<b>POS1 – Pessoa de referência</b>	-0,20**	-0,18**	-0,25**	-0,93**	-0,64**	-0,40**
<b>POS2 – Cônjuge</b>	0,14**	-0,03	-0,23**	-0,55**	-0,31**	-0,21**
<b>Afazeres domésticos (1=Sim)</b>	0,63**	0,33**	0,05	0,05**	0,03**	0,01
<b>Idade</b>	-0,02**	-0,06**	-0,04**	0,01	-0,03**	-0,01**
<b>PER2 – 2001</b>	0,50**	0,39**	0,37**	0,40**	0,25**	0,16**
<b>PER3 – 2006</b>	0,67**	0,54**	0,50**	0,48**	0,31**	0,25**
<b>COO3 – 1942-1946</b>	-0,62**	-0,60**	-0,35**	-0,24**	-0,22**	-0,19**
<b>COO4 – 1947-1951</b>	-0,94**	-0,90**	-0,60**	-0,59**	-0,59**	-0,50**
<b>COO5 – 1952-1956</b>	-1,20**	-1,10**	-0,85**	-0,69**	-0,71**	-0,60**
<b>COO6 – 1957-1961</b>	-1,23**	-1,12**	-0,85**	-0,72**	-0,84**	-0,66**
<b>COO7 – 1962-1966</b>	-1,26**	-1,14**	-0,91**	-0,71**	-0,87**	-0,63**
<b>COO8 – 1967-1971</b>	-1,29**	-1,16**	-0,94**	-0,64**	-0,86**	-0,60**
<b>COO9 – 1972-1976</b>	-1,29**	-1,09**	-0,94**	-0,59**	-0,79**	-0,52**
<b>COO10 – 1977-1981</b>	-1,32**	-1,01**	-0,92**	-0,59**	-0,73**	-0,49**
<b>Raça/cor da pele (1=branca)</b>	-0,12**	-0,16**	-0,10**	-0,27**	-0,18**	-0,12**
<b>Anos de Estudo</b>	-0,50**	-0,44**	-0,34**	-0,35**	-0,25**	-0,16**
<b>Situação do domicílio (1=RM)</b>	-0,16**	-0,04**	-0,05**	-0,37**	-0,19**	-0,10**
<b>RG1 – Norte</b>	0,42**	0,12**	0,00	0,54**	0,24**	-0,02
<b>RG2 – Nordeste</b>	0,53**	0,13**	0,16**	0,73**	0,29**	0,23**
<b>RG3 – Sudeste</b>	0,03	0,09**	0,22**	-0,30**	-0,14**	-0,08**
<b>RG4 – Sul</b>	-0,08**	0,02	0,20**	-0,09**	-0,01	-0,03

\*As células marcadas representam valores cujos intervalos de confiança de 95% referentes aos dois modelos não se sobrepuseram.

\*\* Significantes a 0,10;

No que diz respeito às variáveis de tipo de família, observou-se que há uma chance maior para mulheres que pertencem a um grupo familiar nucleado de assumir os dois primeiros patamares de qualidade da inserção ocupacional, ao invés do nível mais alto, enquanto a chance para homens nessas mesmas famílias de assumir o nível mais alto, em relação aos primeiros, é que se apresenta maior. Portanto, comparando-se entre mulheres e homens ocupados que compõem arranjos do tipo casal, conclui-se que as mulheres têm maior probabilidade de possuir um trabalho precário, ao invés de um trabalho de qualidade, do que os homens. Entre famílias monoparentais os a diferença entre os coeficientes não é estatisticamente significativa, afinal, os homens que compõem estes grupos ocupam apenas as posições de filho e outro parente ou agregado, ao passo que as mulheres também ocupam a posição de pessoa de referência.

Destaca-se ainda que os tipos de família que mais se associam com um trabalho precário entre mulheres são aqueles com presença de filhos com 14 anos de idade e mais, isto é, os arranjos característicos por um ciclo de formação familiar avançado. Ao contrário, estes são os arranjos que mais se associam com um trabalho de qualidade entre os homens. Esses resultados estão relacionados aos diferentes padrões de inserção ocupacional de coortes de mulheres e de homens. Enquanto entre homens a chance de encontrar qualidade na ocupação aumenta nas coortes mais velhas, o contrário ocorre entre mulheres. No primeiro caso, como os homens normalmente podem investir em suas carreiras desde cedo, sua colocação no mercado de trabalho tende a melhorar com o tempo. Já entre as mulheres mais velhas, o investimento na vida privada ou da família influencia a precariedade do trabalho remunerada quando estas buscam o mercado, por exemplo, como consequência de uma crise econômica.

Quando se analisa a associação de posição na família com qualidade do trabalho, verifica-se, tanto para homens quanto para mulheres, que estar na posição de chefe da família representa uma chance maior de não possuir uma inserção precária, o que se deve principalmente à importância do trabalho do responsável para a manutenção financeira do domicílio e às estratégias adotadas pelas famílias de preservação desse trabalho, independente do sexo. Entretanto, homens chefes de família têm maior probabilidade de assumir uma ocupação de qualidade do que seus pares femininos. Comparando-se entre cônjuges, a diferença é ainda mais acentuada, pois enquanto homens nesta posição aumentam sua chance de estar em um trabalho de qualidade, as mulheres na mesma posição têm maior probabilidade de assumir um trabalho precário.

A variável de realização de afazeres domésticos também contribui para mostrar as assimetrias de gênero, do ponto de vista da relação entre família e trabalho. Para ambos os

sexos, há uma associação positiva entre declarar cuidar de tarefas domésticos e inserção ocupacional precária, porém, tal associação é maior para mulheres, que proporcionalmente realizam mais afazeres domésticos do que homens. Tal associação é, portanto, muito importante para a análise da relação entre família e trabalho sob uma perspectiva de gênero. Analisando em relação ao tipo de família e à posição na família, observa-se que aquelas mulheres que têm menor probabilidade de possuir um trabalho de qualidade são as que mais realizam afazeres domésticos, a saber, as mulheres cônjuge. O atributo de afazeres domésticos mostra que valores tradicionais de gênero ainda permanecem guiando comportamentos no espaço reprodutivo da família, mesmo após a inserção da mulher no mercado de trabalho. Tal argumento se sustenta quando se observa uma proporção maior de mulheres do que de homens que declaram realizar afazeres domésticos, e ainda, que as mulheres que mais “cuidam de casa” são aquelas que convivem com um cônjuge no domicílio.

Como citado no capítulo teórico, Bruschini (2008) levantou a hipótese em seu trabalho de que as mulheres cônjuge com filhos pequenos devem compor a categoria de mulheres com maior dificuldade de conciliar trabalho e família, haja vista serem as que mais ocuparam o mercado de trabalho nos últimos anos e as que dedicam, em média, maior tempo aos afazeres domésticos, comparativamente aos homens, às mulheres chefes e às mulheres sem filhos ou com filhos mais velhos. Neste sentido, os resultados aqui apresentados corroboram em parte à hipótese da autora ao mostrar que as mulheres que mais realizam afazeres domésticos, mais especificamente as cônjuges, são as que mais têm chance de assumir um trabalho precário. No entanto, mesmo que as cônjuges com filhos pequenos também encontrem barreiras significativas para alcançar uma ocupação de qualidade, são as mulheres com filhos mais velhos que mais têm chance de possuir um trabalho precário, segundo o modelo apresentado. Possivelmente, como este modelo segue controlado por idade, coorte e anos de estudos, pode-se explicar a posição inferior destas mulheres, em relação à inserção ocupacional, por suas características pessoais. Note que são mulheres mais velhas, localizadas nas primeiras coortes e com baixa escolaridade, que mais se associam com trabalho precário.

As variáveis de tipo de família, posição na família e realização de afazeres domésticos, quando analisadas em conjunto, revelam uma espécie de hierarquia entre mulheres ocupadas no Brasil urbano, do ponto de vista da chance de assumir uma inserção ocupacional de qualidade, e não uma ocupação precária. Nesta hierarquia, podem ser classificadas no topo as mulheres chefes de família do tipo casal, que são provavelmente as mais bem escolarizadas, as que ocupam, em sua maioria, cargos não-manuais e que realizam afazeres domésticos em menor proporção, já que podem pagar para quem os faça. Na base da hierarquia, encontram-se

as mulheres consideradas como as responsáveis por famílias monoparentais, principais responsáveis pela manutenção financeira e pelo cuidado dedicado à família, seguidas de mulheres cômputo com filhos, consideradas as que mais realizam afazeres domésticos e as que mais necessitam ultrapassar as barreiras das assimetrias de gênero no âmbito domiciliar, pela presença do esposo.

A associação entre o atributo período ou ano de referência e qualidade da inserção ocupacional, em relação ao ano de 1996, pode ser diferente por sexo apenas na equação três, isto é, na chance de assumir o nível dois, ao invés do melhor patamar da variável dependente, à medida em que se aproxima do último ano da série. A comparação mostra que estar ocupado ou ocupada no ano de 2006 diminui a chance de assumir um trabalho de qualidade, em relação ao nível dois. Entretanto, tal diminuição é maior para mulheres, do que para homens. Apesar de os demais coeficientes desta variável apresentarem diferenças entre os modelos não estatisticamente significantes, ressalta-se que analisando separadamente a população ocupada do sexo feminino e a do sexo masculino, verifica-se que a chance de possuir uma inserção ocupacional de qualidade diminui quanto mais recente é o ano de referência, tanto para uma, quanto para outra. Em outras palavras, mesmo que os processos ocorram de forma semelhante por sexo, a associação entre ocupação de qualidade e os atributos explicativos do modelo não acompanharam a recuperação do mercado de trabalho pós-crise de 1990, mostrando que a chance de estar na precariedade aumenta do início para o final da série analisada. A pior situação para a população feminina, comparativamente à masculina, pode ser explicada pela maior proporção de mulheres, em relação ao total de ocupadas, recebendo até dois salários mínimos e em ocupações informais, do que a proporção de homens, em relação ao total de ocupados.

A associação entre família e trabalho controlada por período mostra que, apesar da recuperação do mercado de trabalho pós-crise da década de 1990, os diferenciais de inserção ocupacional entre homens e mulheres, quando observadas as principais características do trabalho afetadas pela crise, definem padrões de trabalho precário do início para o final da série estudada. Como destaca Montali (2000), a participação das mulheres em atividades econômicas ocorre independente do cenário econômico. Ainda segundo a autora, entretanto, os cenários de crise contribuem para estabelecer mudanças nas estratégias familiares de inserção no mercado de trabalho, inclusive ampliando os espaços de igualdade no âmbito da esfera reprodutiva, como o que se assistiu com a crise do trabalho na década de 1990. Desta forma, a mudança no padrão ocupacional ocorrida no período foi decisiva para o aumento da

entrada de mulheres no mercado de trabalho de forma precária, o que não se alterou mesmo com a recuperação do trabalho pós-crise.

Entretanto, se por um lado o padrão de inserção ocupacional precária das mulheres durante a crise refletiu uma situação contingencial, pela necessidade de sobrevivência das famílias, o pós-crise, por outro lado, revelou que o mercado de trabalho se apresenta configurado por assimetrias de gênero independente do contexto econômico. A menor chance que tem as mulheres de coortes mais velhas e pertencentes a famílias nucleares com filhos em idade avançada de ocupar um trabalho de qualidade, comparativamente à maior chance de mulheres mais jovens ocuparem um trabalho de qualidade, demonstram que o trabalho feminino remunerado aos poucos vem deixando de ser aquele contingencial, ativado em contextos de crise econômica, e passando por transformações mais favoráveis às mulheres que anteriormente.

A comparação entre os dois modelos logísticos sugere ainda que a cada ano a mais de estudo há uma chance maior de ocupar o nível mais alto de qualidade da inserção ocupacional, em relação aos patamares inferiores, para ambos os sexos. As mulheres, no entanto, entre os ocupados no Brasil urbano nos anos de 1996, 2001 e 2006, são as que mais têm a probabilidade de não ocupar um trabalho precário quanto maior é o incremento de escolaridade. Colocando de outra forma, há uma associação entre incremento de escolaridade e trabalho de qualidade maior para mulheres ocupadas, do que para homens ocupados, no período em questão, o que pode estar relacionado com um maior aumento da escolaridade média entre as mulheres, comparativamente aos homens, e da proporção de homens ocupados em trabalhos manuais, que é maior comparativamente às mulheres.

Destaca-se também que homens das cores/raças branca e amarela, em relação aos homens que se declararam pretos, pardos e indígenas, têm maior probabilidade de assumir o nível mais alto da variável dependente do que mulheres brancas e amarelas, em relação a mulheres de outras cores e ou raças. Desta forma, quando analisada a associação entre qualidade da inserção ocupacional e raça entre homens e mulheres, controlando-se pelos demais atributos, observa-se que homens se encontram em melhor situação ocupacional do que mulheres, independente da raça, e que mulheres negras descrevem o grupo com menores chances de ocupar um trabalho não precário.

No cômputo geral, portanto, a comparação por sexo entre os dois modelos sugere a existência de um hiato entre homens e mulheres, ou de assimetria de gênero, quando se observa a associação entre família e trabalho. Esse hiato permanece durante o período em análise, tendo se intensificado do início para final da série, a despeito da recuperação dos

indicadores de mercado de trabalho. Verificou-se que as características que mais se associam a um trabalho precário entre as mulheres, comparativamente aos homens, são pertencer a uma família do tipo casal com presença de filhos mais velhos, ocupar as posições de chefe de família ou cônjuge e realizar afazeres domésticos. Desta forma, pode-se concluir que o lugar que a mulher ocupa na família está associado à qualidade ou precariedade de seu trabalho. Essa associação não aponta necessariamente que as responsabilidades das mulheres para com suas famílias interferem no tipo de trabalho, mas mostram que os lugares ocupados por homens e mulheres na família são decisivos para a permanência destas últimas na precariedade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como destacado desde o início desta dissertação, a inserção ocupacional no mercado de trabalho, especialmente a inserção feminina, é um fenômeno que está relacionado, entre outros fatores, às recentes mudanças no mundo do trabalho e nas famílias. Tais mudanças ocorrem em meio à convivência de valores tradicionais e modernos na relação entre os sexos, o que pode influenciar a permanência da posição inferior da mulher na divisão sexual do trabalho. A abordagem aqui adotada, de associação entre a participação da mulher em atividades econômicas e seu lugar na família no quadro de mudanças no mundo do trabalho urbano das últimas décadas, revelou que o tipo de família, a posição na família e a realização de afazeres domésticos são fatores que estão relacionados à probabilidade de mulheres encontrarem uma inserção ocupacional precária, relativamente aos homens. Controlando-se por ano de referência, essa associação é maior no período pós-crise do trabalho da década de 1990, do que no período da crise em si.

Os resultados do modelo logístico multinomial revelaram para a população ocupada do sexo feminino com idade entre 25 e 64 anos e residente no Brasil urbano nos anos de 1996, 2001 e 2006, que ocupar a posição de pessoa de referência em família do tipo casal, possuir alta escolaridade, declarar-se das cores/raças branca ou amarela, pertencer a coortes mais jovens, residir em regiões metropolitanas e declarar não realizar afazeres domésticos são os fatores que mais se associam à chance de assumir um trabalho de qualidade. Entre mulheres pertencentes a famílias do tipo casal, estar no ciclo inicial da vida familiar, isto é, com filhos pequenos e pais jovens, descreve uma situação ocupacional favorável às mulheres do grupo, em se comparando com mulheres de arranjos do tipo casal de idade avançada. Para mulheres em arranjos monoparentais femininos, entretanto, a presença de filhos pequenos aumenta a chance de estar na precariedade. A chance de ocupar o melhor nível da variável dependente é maior para chefes de família do que para cônjuges, enquanto entre as cônjuges, tal associação é maior, quanto mais afastada se estiver de atributos que tornam a inserção ocupacional precária. Destaca-se também que quanto mais bem posicionada a mulher no que diz respeito a qualidade do trabalho, menor é a associação entre realização de afazeres domésticos e trabalho precário.

O modelo logístico aplicado à população masculina sugere que ocupar a posição de pessoa de referência em família do tipo casal, possuir alta escolaridade, declarar-se das

cores/raças branca ou amarela, pertencer a coortes entre os anos de 1952 e 1971, residir em regiões metropolitanas e declarar não realizar afazeres domésticos são os fatores que mais se associam à qualidade na ocupação. Entre homens que pertencem a um grupo doméstico nuclear, estar no estágio avançado do ciclo familiar implica em maior probabilidade de possuir um trabalho de qualidade, do que pertencer a uma família no início do ciclo, isto é, com presença de filhos pequenos. Para quaisquer posições na família, há um aumento na chance de ocupar um trabalho de qualidade, ainda que seja maior entre homens chefe de família, do que para homens cônjuge. Comparativamente às mulheres chefes e cônjuge, tanto homens chefes, quanto homens cônjuge têm maior probabilidade de assumir um cargo de qualidade, do que um precário. O trabalho não remunerado realizado no âmbito domiciliar, isto é, a realização de afazeres domésticos, estabelece também entre os homens uma associação negativa com o trabalho remunerado “fora de casa”, esta associação, no entanto, é mais forte para mulheres.

No cômputo geral, o tipo de família, a posição na família e a realização de afazeres domésticos atuam com maior intensidade na chance uma mulher ocupada estar na precariedade, em relação aos homens ocupados. As mulheres estão em pior situação que homens, mas há de se destacar os efeitos diferenciados no tocante à idade, coorte e atributos familiares. Os dados sugerem que família influencia a qualidade da inserção ocupacional entre mulheres de coortes avançadas, que ocupam principalmente a posição de cônjuge em arranjos com presença de filhos mais velhos. Já entre mulheres mais jovens tem havido uma mudança no padrão de qualidade do emprego, pois estas têm encontrado melhores condições quando é analisado a associação com os atributos familiares. No cômputo geral, são mulheres, e não os homens, que permanecem encontrando barreiras à qualidade, mas são as mulheres mais velhas, exatamente aquelas que entraram no mercado na década de 1990 para atenuar os efeitos da crise, e não as mulheres mais novas, que têm maior probabilidade de estar na precariedade.

Do ponto de vista metodológico, a comparação entre os modelos logísticos, que foram aplicados separadamente para homens e mulheres, realizada nesta dissertação, constituiu uma inovação nos estudos de gênero que pretendem analisar grandes populações, no sentido de ter sido um importante passo nas estratégias de definição de procedimentos metodológicos capazes de analisar as desigualdades de gênero em nível macrossocial. Também foi importante a inclusão do modelo idade, período e coorte ao conjunto de variáveis explicativas da qualidade da ocupação, pois o mesmo contribuiu para mostrar que o trabalho feminino tem passado por importantes modificações quando se compara gerações de mulheres ao longo do

tempo. Como mostraram os resultados, as mulheres mais jovens que têm buscado um mercado de trabalho consolidado à presença feminina, estão encontrando melhores condições do que mulheres mais velhas, em que pese as assimetrias de gênero que ainda se constituem um agravo da posição da mulher no mundo do trabalho. Neste sentido, sugere-se uma agenda de pesquisas subsequentes que possa acompanhar a evolução do mercado de trabalho para estas mulheres jovens de maneira a entender em que medida as desigualdades de gênero continuam a se reproduzir, bem como permitam traçar avanços metodológicos na captação das questões de gênero.

Em suma, a precariedade da inserção ocupacional feminina, em comparação à masculina, se faz sentir por ser o gênero uma categoria social de mudanças lentas. A relação entre precariedade do trabalho e família demonstra a maior dificuldade em ultrapassar as assimetrias de gênero. Na medida em que a mulher continua sendo percebida como atrelada à esfera familiar e encontra dificuldades em conciliar trabalho “fora de casa” e cuidado com a família, seu lugar no mundo do trabalho continua sendo condicionado por seu lugar na família. Nesse sentido, por mais que tenham ampliado sua participação no mercado de trabalho nas últimas décadas e consolidado ali a sua presença nos últimos anos, seu lugar ainda se apresenta como inferior ao do homem, pois os tradicionais valores de gênero continuam a se reproduzir, já que estes encontram na esfera reprodutiva da família seu principal espaço de atuação.

## REFERÊNCIAS

ALLISON, Paul. **Logistic regression using de SAS system: theory and application**. Cary: SAS Institute Inc, 1999. 304p.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002. 200p.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005, p. 15-77.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCS, Lília (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**, v. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.411-438.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand, 2007. 160p.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990, 234p.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006.

BRUSCHINI, Cristina. Uma abordagem sociológica de família. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-23, jan./jun. 1989.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8ª Ed. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1) São Paulo: Paz e Terra, 2008. 698p.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 3ª Ed. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 2) São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003. 503p.

CARDOSO JR., José Celso. De volta para o futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. **Texto para Discussão nº 1310**, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td\\_1310.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1310.pdf)> Acesso em 31/01/2008.

CARDOSO JR., José Celso. Estrutura setorial-ocupacional do emprego no Brasil e efeito do perfil distributivo na década de 90. **Texto para Discussão nº 655**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1999. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td\\_0655.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0655.pdf)>. Acesso em 15/3/2006.

DEDECCA, Cláudio. Tempo, trabalho e gênero. In: COSTA, Ana Alice. *et al.* (Orgs.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo, CUT Brasil, p. 21-52.

DEDECCA, Cláudio; RIBEIRO, Camila; ISHII, Fernando. Ocupação e tempo de trabalho. In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 16, 2008, Caxambu. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008\\_1379.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1379.pdf)>. Acesso em 20/09/2008.

DE LAURENTIS, Teresa. A Tecnologia do Gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p. 206-241.

FERREIRA, Candido Guerra. O “fordismo”, sua crise e algumas considerações sobre o caso brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 165-201, 1997.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. 233p.

GONZAGA, Gustavo; REIS, Maurício Cortez. Os efeitos trabalhador adicional e desalento no Brasil. In: **XXXIII Encontro Nacional de Economia da ANPEC**, 23, 2005, Natal. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A165.pdf>>. Acesso em 20/09/2008.

GOUVEA, Taciana; CAMURÇA, Sílvia. **O que é gênero?** Recife: SOS Corpo e Cidadania (Cadernos SOS Corpo), 1997.

HERTRICH, Véronique; LOCOH, Thérèse. Relações de gênero, formação e dissolução das uniões nos países em desenvolvimento. In: PINELLI, Antonella. (Org.) **Gênero nos estudos de população**. Campinas: ABEP, 2004, p. 99-162.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

JANUZZI, Paulo. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 3ª Ed. Campinas: Editora Alínea, 2004. 141p.

LAVINAS, Lena. Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos. **Texto para Discussão n° 826**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td\\_0826.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0826.pdf)> Acesso em 08/03/2006.

MATTOSO, Jorge; POCHMAN, Marcio. Mudanças estruturais e trabalho no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 10, p. 213-243, jun. 1998.

MATTOSO, Jorge. **A Desordem do Trabalho**. 2ª Ed. São Paulo: Scritta, 1995. 210p.

MACHADO, Ana Flávia (Coord.). Economia Social: mercado de trabalho, pobreza e desigualdade e criminalidade. In: **Projeto PBH Século XXI - Relatório Final**. Belo Horizonte, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, 2004. Disponível em: <[http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/projeto\\_pbh\\_sec.\\_xxi.php](http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/projeto_pbh_sec._xxi.php)> Acesso em 20/09/2008.

MAIA, Katy. O impacto do comércio internacional, da mudança tecnológica e da demanda final na estrutura de emprego, por nível de qualificação, no Brasil, 1985-1995. In: **XXIX Encontro Nacional de Economia**, 29, 2001, Salvador. Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200103045.pdf>>. Acesso em 21/03/2006.

MARRI, Izabel; WAJMAN, Simone. Esposas como principais provedoras da renda familiar. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v. 24, n. 01, p. 19-35, jan./jul. 2007.

MELO, Frederico. **Trajetórias no Mercado de Trabalho**: perfis socioocupacionais de indivíduos e casais da Grande São Paulo. 2006. 172f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Belo Horizonte. Disponível em: <[http://www.cedeplar.ufmg.br/demografia/teses/2006/Frederico\\_Luiz\\_Barbosa\\_Melo.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/demografia/teses/2006/Frederico_Luiz_Barbosa_Melo.pdf)> Acesso em 20/09/2008.

MELO, Hildete; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 16, 2008, Caxambu. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008\\_1942.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1942.pdf)> Acesso em 20/09/2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Classificação Brasileira de Ocupações**: estrutura, tábua de conversão e índice de títulos, Livro 03. Brasília: TEM; SPPE, 2002.

MONTALI, Lilia. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v.23, n.2, p. 223-245, jul./dez. 2006.

MONTALI, Lilia. Relação família-trabalho: reestruturação produtiva e empobrecimento. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.17, n.2, p. 123-135, 2003.

MONTALI, Lilia. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.15, n.42, p. 55-71, fev. 2000.

MONTE, Paulo; GONÇALVES, Michele. A inserção ocupacional e os determinantes salariais das mulheres no mercado de trabalho. **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 16, 2008, Caxambu. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Disponível em:

<[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008\\_1312.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1312.pdf)> Acesso em 20/09/2008.

MOORE, Henrietta. Compreendendo Sexo e Gênero. In: INGOLD, Tim (org.) **Companion Encyclopedia of Anthropology**, London, Routledge, 1997, p. 813-830. (Tradução de Júlio Assis Simões).

NASCIMENTO, Arlindo. População e família brasileira: ontem e hoje. **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 15, 2006, Caxambu. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Disponível em:

<[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_476.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_476.pdf)> Acesso em 20/09/2008.

NORONHA, Eduardo. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 111-179, out. 2003.

OLIVEIRA, Zuleica. A provisão da família: redefinição ou manutenção de papéis? In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. (Org.) In: **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005, p. 123-147.

RAMOS, Lauro; BRITTO, Marcelo. O Funcionamento do Mercado de Trabalho Metropolitano Brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais. **Texto de Discussão nº 1011**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2004. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/2004/td\\_1011.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2004/td_1011.pdf)>. Acesso em 08/3/2006.

RAMOS, Lauro; FERREIRA, Valéria. Padrões espacial e setorial da evolução da informalidade no Brasil, 1991-2005. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.36, n.3, dez. 2006, p. 471-488.

RUBIN, Gayle: El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. **Nueva Antropología**, México v. 8, n. 30, 1986, p. 95-145.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990, p. 5-22.

ULYSSEA, Gabriel. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Revista de Economia e Política**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 596-612, out./dez. 2006.

## APÊNDICE

## **APÊNDICE A – Notas sobre a Compatibilização de Ocupações**

A compatibilização das ocupações entre os anos anteriores e posteriores a 2002, ano de reformulação da Classificação Brasileira de Ocupações, que é o documento utilizado como referência pelo IBGE, foi feita levando em consideração o último critério utilizado pelo IBGE, isto é, o das classificações atuais da CBO. Utilizou-se como referência as ocupações a dois dígitos, correspondente ao segundo maior nível de agregação da classificação oficial, o subgrupo principal. Composto por 48 títulos, os subgrupos reúnem ocupações com estreito parentesco, dos pontos de vista da natureza do trabalho e dos níveis de qualificação exigidos. Utilizou-se para o batimento de títulos dos anos anteriores a 2002 e os posteriores a “Tábua de Conversão CBO 2002 – CBO 94”, presente no livro três da Classificação Brasileira de Ocupações (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2002). Não foi possível realizar o batimento de códigos, pois os códigos presentes nos bancos de dados da PNAD, anteriores a 2002, não correspondem aos códigos presentes na tábua de conversão, por isso foi feito o batimento de títulos.

Em geral, o conjunto das ocupações componentes de cada um dos 48 subgrupos principais foi mantido, sem que se retirassem ocupações de suas famílias de origem. Alguns subgrupos foram fundidos, como aqueles que descrevem ocupações do primeiro setor, entre outros. Os classificados como supervisores em subgrupos dos serviços gerais e da produção de bens e serviços industriais (exceto da construção civil) compuseram um subgrupo específico. Os profissionais da polícia militar, corpo de bombeiros e forças armadas foram ordenados em um único grupo, independente do grau de hierarquia dos cargos. O quadro abaixo descreve os subgrupos principais mais detalhadamente

## QUADRO 7

## Descrição das ocupações a dois dígitos da Classificação Brasileira de Ocupações

Código/Nome	Descrição
11. Membros Superiores e Dirigentes do Setor Público	Membros superiores do poder legislativo, executivo e judiciário; dirigentes de produção, operações e apoio da administração pública; dirigentes e administradores de organizações de interesse público;
12. Dirigentes de Empresas e Organizações (Exceto de Interesse Público)	Diretores gerais; diretores de produção e operações e de áreas de apoio em todos os ramos de atividade;
13. Diretores e Gerentes	Diretores e gerentes em empresa de serviços de saúde, da educação ou de serviços culturais, sociais ou pessoais; gerentes de produção e operações e de áreas de apoio em todos os ramos de atividade;
20. Pesquisadores e Profissionais Policientíficos	Profissionais da biotecnologia, metrologia e eletromecânica; pesquisadores e profissionais de investigação criminal;
21. Profissionais das Ciências Exatas, físicas e da engenharia	Matemáticos, estatísticos e afins; profissionais da informática; físicos, químicos e afins; engenheiros, arquitetos e afins; profissionais em navegação aérea, marítima e fluvial;
22. Profissionais das Ciências Biológicas, da Saúde e afins	Biólogos e afins; agrônomos e afins; profissionais da medicina, saúde e afins; profissionais da educação física;
23. Profissionais do Ensino	Professores de nível superior na educação infantil e no ensino fundamental; professores do ensino médio; professores e instrutores do ensino profissional; professores do ensino superior;
24. Profissionais das Ciências Jurídicas	Advogados, procuradores, tabeliães e afins; advogados do poder judiciário e da segurança pública;
25. Profissionais das Ciências Sociais e Humanas	Cientistas sociais, psicólogos e afins; profissionais de organização e administração de empresas e afins; profissionais de relações públicas, marketing e comercialização; auditores fiscais públicos;
26. Comunicadores, Artistas e Religiosos	Profissionais da comunicação e informação; profissionais de espetáculos e das artes; membros de cultos religiosos e afins;
30. Técnicos Polivalentes	Técnicos mecatrônicos e eletromecânicos; técnicos em laboratório;
31. Técnicos de Nível Médio das Ciências Físicas, Químicas, Engenharia e afins	Técnico em ciências físicas e químicas; construção civil, de edificações e obras de infra-estrutura; em eletroeletrônica e fotônica; em metalmeccânica; em mineralogia e geologia; em informática; desenhistas técnicos e modelistas;
32. Técnicos de Nível Médio das Ciências Biológicas, Bioquímicas, da Saúde e afins	Técnicos em biologia; da produção agropecuária; da ciência da saúde humana; da ciência da saúde animal; em operações de equipamentos e instrumentos em diagnóstico; de bioquímica e de biotecnologia; em necropsia e taxidermistas;
33. Professores Leigos e de Nível Médio	Professores de nível médio na educação infantil, no ensino fundamental e no profissionalizante; professores leigos no ensino fundamental e no profissionalizante; instrutores e professores de escolas livres; inspetores de alunos e afins;
34. Técnicos em Nível Médio em Serviços de Transportes	Técnico em navegação aérea, marítima e fluvial; técnicos em transporte (logística);
35. Técnicos de Nível Médio das Ciências Administrativas	Técnicos das ciências administrativas; técnicos de inspeção, fiscalização e coordenação administrativa; técnicos de nível médio em operações financeiras ou comerciais;
37. Técnicos em Nível Médio de Serviços Culturais, das Comunicações e do Desporto	Técnicos de serviços culturais; técnicos em operação de câmara fotográfica, cinema e televisão; técnicos em operação de emissoras de rádio, sistemas de televisão e produtoras de vídeo; técnicos em operação de aparelhos de sonorização, cenografia e projeto; decoradores e vitrinistas; artistas de artes populares e modelos; atletas, desportistas e afins;

(continuação)

*(continua)*

39. Outros Técnicos de Nível Médio	Técnicos de nível médio em operações industriais; técnicos de apoio em pesquisa e desenvolvimento;
40. Supervisores dos Serviços em Geral e da Produção de Bens e Serviços Industriais (exceto construção civil)	Supervisores de serviços administrativos; supervisores de atendimento ao público; supervisores dos serviços; supervisores de venda e de prestação de serviços; supervisores da produção de bens e serviços da indústria tradicional (exceto construção civil); supervisores da produção de bens e serviços da indústria moderna; supervisores em serviços de reparação e manutenção mecânica e de manutenção eletroeletrônica e eletromecânica;
41. Trabalhadores da Indústria Moderna	Trabalhadores em indústrias químicas, petroquímicas e afins; trabalhadores de instalações siderúrgicas, de materiais de construção e de máquinas de fabricação de celulose e papel; trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo; operadores de produção, captação, tratamento e distribuição (energia, água e utilidades);
42. Escriturários	Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos; secretários de expediente; operadores de máquinas de escritório; escriturários de controle de materiais e apoio à produção; auxiliares de serviços de biblioteca, documentação e correios;
43. Trabalhadores de Atendimento ao Público	Caixas, bilheteiros e afins; trabalhadores de informação ao público; despachantes; entrevistadores, recenseadores e afins;
51. Trabalhadores dos Serviços (exceto serviços domésticos)	Trabalhadores dos serviços de transporte, turismo, hotelaria, alimentação, administração, conservação e manutenção de edifícios e logradouros; trabalhadores dos serviços de saúde; trabalhadores nos serviços de embelezamento e cuidados pessoais; trabalhadores nos serviços de proteção e segurança; outros trabalhadores de serviços diversos;
52. Vendedores e Prestadores de Serviços do Comércio	Vendedores e demonstradores; repositores e remarcadores do comércio; instaladores de produtos e acessórios; vendedores à domicílio, ambulantes e em bancas;
53. Trabalhadores dos Serviços Domésticos em Geral	Trabalhadores dos serviços domésticos em geral;
60. Trabalhadores Agropecuários, Florestais e da Pesca	Produtores na exploração agropecuária; trabalhadores na exploração agropecuária; pescadores e extrativistas florestais; trabalhadores da mecanização agropecuária florestal;
70. Trabalhadores da Construção Civil	Supervisores da construção civil; trabalhadores da construção civil e obras públicas; trabalhadores de acabamentos de obras; ajudantes de obras civis;
71. Trabalhadores da Indústria Tradicional	Trabalhadores da indústria extrativa; trabalhadores da transformação de metais e de compósitos; trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica; montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais; joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins; trabalhadores da indústria têxtil, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas; trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário; trabalhadores de funções transversais;
72. Trabalhadores em Serviços de Reparação e Manutenção	Mecânicos e eletricitistas eletrônicos de manutenção de máquinas e equipamentos industriais, comerciais e residenciais; de máquinas pesadas e equipamentos agrícolas; mecânicos e eletricitistas eletrônicos de manutenção veicular; reparadores de instrumentos e equipamentos de precisão; mantenedores eletromecânicos;
80. Membros da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Forças Armadas	Membros superiores e outros membros da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Forças Armadas.

## APÊNDICE B – Resultados do modelo logístico multinomial por sexo

**QUADRO 8 – Coeficiente, razão de chance, erro padrão, valor-p e intervalo de confiança do modelo logístico multinomial da população ocupada do sexo feminino, Brasil urbano, 1996, 2001 e 2006**

Variável	Equação	Coefic.	Razão de Chance	Erro Padrão	Valor-p	Limite Inferior	Limite Superior
Intercepto	1	5,659	-	0,4186	<,0001	-	-
	2	7,266	-	0,395	<,0001	-	-
	3	5,78	-	0,3811	<,0001	-	-
FAM2 – Casal filhos <14	1	0,1532	1,1656	0,0384	<,0001	0,0764	0,23
	2	0,1138	1,1205	0,035	0,0012	0,0438	0,1838
	3	-0,0866	0,917	0,0338	0,0104	-0,1542	-0,019
FAM3 – Casal filhos >=14	1	0,2189	1,2447	0,0401	<,0001	0,1387	0,2991
	2	0,0977	1,1026	0,0386	0,0114	0,0205	0,1749
	3	0,088	1,092	0,0363	0,0153	0,0154	0,1606
FAM4 – Casal filhos <14 e >=14	1	0,3316	1,3932	0,0433	<,0001	0,245	0,4182
	2	0,1996	1,2209	0,0413	<,0001	0,117	0,2822
	3	-0,00489	0,9951	0,0401	0,903	-0,08509	0,07531
FAM5 – Monoparental feminino filhos <14	1	0,4913	1,6344	0,0596	<,0001	0,3721	0,6105
	2	0,5443	1,7234	0,0539	<,0001	0,4365	0,6521
	3	0,1269	1,1353	0,0524	0,0155	0,0221	0,2317
FAM6 – Monoparental feminino filhos >=14	1	0,2126	1,2369	0,0524	<,0001	0,1078	0,3174
	2	0,1919	1,2115	0,0488	<,0001	0,0943	0,2895
	3	0,0912	1,0955	0,0458	0,0465	-0,0004	0,1828
FAM7 – Monoparental fem. filhos <14 e >=14	1	0,3837	1,4677	0,0707	<,0001	0,2423	0,5251
	2	0,3668	1,4431	0,0665	<,0001	0,2338	0,4998
	3	0,0799	1,0832	0,0649	0,2182	-0,0499	0,2097
FAM8 – Outras famílias	1	0,1581	1,1713	0,0555	0,0044	0,0471	0,2691
	2	0,112	1,1185	0,0511	0,0284	0,0098	0,2142
	3	0,0437	1,0447	0,0478	0,3606	-0,0519	0,1393
POS1 – Pessoa de referência	1	-0,1971	0,8211	0,0392	<,0001	-0,2755	-0,1187
	2	-0,1848	0,8313	0,0357	<,0001	-0,2562	-0,1134
	3	-0,248	0,7804	0,0335	<,0001	-0,315	-0,181
POS2 – Cônjuge	1	0,1425	1,1532	0,0419	0,0007	0,0587	0,2263
	2	-0,0298	0,9706	0,0381	0,4335	-0,106	0,0464
	3	-0,2296	0,7949	0,036	<,0001	-0,3016	-0,1576
Realização de afazeres domésticos (1=Sim)	1	0,6311	1,8797	0,0411	<,0001	0,5489	0,7133
	2	0,3261	1,3856	0,0341	<,0001	0,2579	0,3943
	3	0,0474	1,0485	0,0306	0,1206	-0,0138	0,1086

(continuação)

*(continua)*

Idade	1	-0,0212	0,979	0,00702	0,0025	-0,03524	-0,00716
	2	-0,0583	0,9434	0,00661	<,0001	-0,07152	-0,04508
	3	-0,0359	0,9647	0,00638	<,0001	-0,04866	-0,02314
PER2 – 2001	1	0,4999	1,6486	0,044	<,0001	0,4119	0,5879
	2	0,3861	1,4712	0,0415	<,0001	0,3031	0,4691
	3	0,3696	1,4472	0,0401	<,0001	0,2894	0,4498
PER3 – 2006	1	0,6704	1,955	0,0746	<,0001	0,5212	0,8196
	2	0,5394	1,715	0,0704	<,0001	0,3986	0,6802
	3	0,4993	1,6476	0,0679	<,0001	0,3635	0,6351
COO3 – 1942-1946	1	-0,6214	0,5372	0,1023	<,0001	-0,826	-0,4168
	2	-0,603	0,5472	0,1049	<,0001	-0,8128	-0,3932
	3	-0,3533	0,7024	0,0997	0,0004	-0,5527	-0,1539
COO4 – 1947-1951	1	-0,9366	0,392	0,1155	<,0001	-1,1676	-0,7056
	2	-0,9047	0,4047	0,1151	<,0001	-1,1349	-0,6745
	3	-0,6006	0,5485	0,1101	<,0001	-0,8208	-0,3804
COO5 – 1952-1956	1	-1,1989	0,3015	0,1392	<,0001	-1,4773	-0,9205
	2	-1,0973	0,3338	0,1359	<,0001	-1,3691	-0,8255
	3	-0,8489	0,4279	0,1307	<,0001	-1,1103	-0,5875
COO6 – 1957-1961	1	-1,2322	0,2917	0,1675	<,0001	-1,5672	-0,8972
	2	-1,1185	0,3268	0,1616	<,0001	-1,4417	-0,7953
	3	-0,8508	0,4271	0,1556	<,0001	-1,162	-0,5396
COO7 – 1962-1966	1	-1,26	0,2837	0,1982	<,0001	-1,6564	-0,8636
	2	-1,1353	0,3213	0,1899	<,0001	-1,5151	-0,7555
	3	-0,9079	0,4034	0,183	<,0001	-1,2739	-0,5419
COO8 – 1967-1971	1	-1,2914	0,2749	0,2302	<,0001	-1,7518	-0,831
	2	-1,1628	0,3126	0,2196	<,0001	-1,602	-0,7236
	3	-0,9363	0,3921	0,2117	<,0001	-1,3597	-0,5129
COO9 – 1972-1976	1	-1,2851	0,2766	0,2637	<,0001	-1,8125	-0,7577
	2	-1,0918	0,3356	0,2508	<,0001	-1,5934	-0,5902
	3	-0,9418	0,3899	0,242	<,0001	-1,4258	-0,4578
COO10 – 1977-1981	1	-1,3228	0,2664	0,2985	<,0001	-1,9198	-0,7258
	2	-1,0107	0,364	0,2829	0,0004	-1,5765	-0,4449
	3	-0,9173	0,3996	0,2731	0,0008	-1,4635	-0,3711
Raça/cor da pele (1=branca e amarela)	1	-0,1221	0,8851	0,0226	<,0001	-0,1673	-0,0769
	2	-0,1588	0,8532	0,0212	<,0001	-0,2012	-0,1164
	3	-0,1004	0,9045	0,0207	<,0001	-0,1418	-0,059
Anos de Estudo	1	-0,4997	0,6067	0,00336	<,0001	-0,50642	-0,49298
	2	-0,4402	0,6439	0,00321	<,0001	-0,44662	-0,43378
	3	-0,3403	0,7116	0,00308	<,0001	-0,34646	-0,33414

*(continuação)*

*(continua)*

Situação do domicílio (1=RM)	1	-0,1553	0,8562	0,0206	<,0001	-0,1965	-0,1141
	2	-0,0388	0,9619	0,0192	0,0438	-0,0772	-0,0004
	3	-0,047	0,9541	0,0185	0,0113	-0,084	-0,01
RG1 – Norte	1	0,4181	1,5191	0,0432	<,0001	0,3317	0,5045
	2	0,1248	1,1329	0,0404	0,002	0,044	0,2056
	3	-0,00193	0,9981	0,0403	0,9619	-0,08253	0,07867
RG2 – Nordeste	1	0,5279	1,6954	0,036	<,0001	0,4559	0,5999
	2	0,1295	1,1383	0,0335	0,0001	0,0625	0,1965
	3	0,1589	1,1722	0,0328	<,0001	0,0933	0,2245
RG3 – Sudeste	1	0,0274	1,0278	0,0349	0,4323	-0,0424	0,0972
	2	0,0928	1,0972	0,0318	0,0036	0,0292	0,1564
	3	0,2246	1,2518	0,031	<,0001	0,1626	0,2866
RG4 – Sul	1	-0,0835	0,9199	0,0394	0,034	-0,1623	-0,0047
	2	0,0234	1,0237	0,0359	0,5147	-0,0484	0,0952
	3	0,1965	1,2171	0,0346	<,0001	0,1273	0,2657

Número de Observações : 125.290.

Likelihood Ratio: 1,000.

**QUADRO 9 – Coeficiente, razão de chance, erro padrão, valor-p e intervalo de confiança do modelo logístico multinomial da população ocupada do sexo masculino, Brasil urbano, 1996, 2001 e 2006**

Variável	Equação	Coefic.	Razão de Chance	Erro Padrão	Valor-p	Limite Inferior	Limite Superior
Intercepto	1	3,5962	-	0,3312	<,0001	-	-
	2	4,5158	-	0,2944	<,0001	-	-
	3	2,8477	-	0,2839	<,0001	-	-
FAM2 – Casal filhos <14	1	-0,0378	0,9629	0,0288	0,1902	-0,0954	0,0198
	2	-0,0409	0,9599	0,0246	0,0955	-0,0901	0,0083
	3	-0,0569	0,9447	0,0234	0,0149	-0,1037	-0,0101
FAM3 – Casal filhos >=14	1	-0,1763	0,8384	0,0313	<,0001	-0,2389	-0,1137
	2	-0,1482	0,8623	0,0281	<,0001	-0,2044	-0,092
	3	-0,1217	0,8854	0,0268	<,0001	-0,1753	-0,0681
FAM4 – Casal filhos <14 e >=14	1	-0,0773	0,9256	0,0322	0,0163	-0,1417	-0,0129
	2	-0,1242	0,8832	0,0287	<,0001	-0,1816	-0,0668
	3	-0,0942	0,9101	0,0275	0,0006	-0,1492	-0,0392
FAM5 – Monoparental feminino filhos <14	1	0,2557	1,2914	0,2611	0,3274	-0,2665	0,7779
	2	0,5132	1,6706	0,2376	0,0308	0,038	0,9884
	3	0,3326	1,3946	0,2444	0,1735	-0,1562	0,8214
FAM6 – Monoparental feminino filhos >=14	1	-0,0293	0,9711	0,055	0,5937	-0,1393	0,0807
	2	-0,0166	0,9835	0,0486	0,7328	-0,1138	0,0806
	3	-0,0467	0,9544	0,0479	0,3303	-0,1425	0,0491
FAM7 – Monoparental fem. filhos <14 e >=14	1	0,0035	1,0035	0,1646	0,9832	-0,32573	0,33267
	2	0,169	1,1841	0,1476	0,2524	-0,1262	0,4642
	3	0,1636	1,1777	0,1496	0,274	-0,1356	0,4628
FAM8 – Outras famílias	1	0,285	1,3298	0,0362	<,0001	0,2126	0,3574
	2	0,1521	1,1643	0,032	<,0001	0,0881	0,2161
	3	0,0507	1,052	0,0308	0,0996	-0,0109	0,1123
POS1 – Pessoa de referência	1	-0,9275	0,3955	0,0347	<,0001	-0,9969	-0,8581
	2	-0,6413	0,5266	0,0308	<,0001	-0,7029	-0,5797
	3	-0,404	0,6676	0,0303	<,0001	-0,4646	-0,3434
POS2 – Cônjuge	1	-0,5534	0,575	0,0501	<,0001	-0,6536	-0,4532
	2	-0,3109	0,7328	0,0446	<,0001	-0,4001	-0,2217
	3	-0,2115	0,8094	0,0439	<,0001	-0,2993	-0,1237
Realização de afazeres domésticos (1=Sim)	1	0,0498	1,0511	0,017	0,0035	0,0158	0,0838
	2	0,0349	1,0355	0,0149	0,0194	0,0051	0,0647
	3	0,0104	1,0105	0,0144	0,4682	-0,0184	0,0392

(continuação)

*(continua)*

Idade	1	0,0055	1,0055	0,0056	0,3237	-0,00568	0,01672
	2	-0,0258	0,9745	0,00497	<,0001	-0,03574	-0,01586
	3	-0,0116	0,9885	0,0048	0,0157	-0,0212	-0,002
PER2 – 2001	1	0,3989	1,4902	0,0348	<,0001	0,3293	0,4685
	2	0,2512	1,2856	0,0309	<,0001	0,1894	0,313
	3	0,1603	1,1739	0,0298	<,0001	0,1007	0,2199
PER3 – 2006	1	0,4834	1,6216	0,0597	<,0001	0,364	0,6028
	2	0,3115	1,3655	0,053	<,0001	0,2055	0,4175
	3	0,2469	1,2801	0,0511	<,0001	0,1447	0,3491
COO3 – 1942-1946	1	-0,2446	0,783	0,0675	0,0003	-0,3796	-0,1096
	2	-0,221	0,8017	0,0644	0,0006	-0,3498	-0,0922
	3	-0,1905	0,8265	0,0622	0,0022	-0,3149	-0,0661
COO4 – 1947-1951	1	-0,5854	0,5569	0,0825	<,0001	-0,7504	-0,4204
	2	-0,5876	0,5557	0,0763	<,0001	-0,7402	-0,435
	3	-0,4973	0,6082	0,0736	<,0001	-0,6445	-0,3501
COO5 – 1952-1956	1	-0,6873	0,5029	0,1043	<,0001	-0,8959	-0,4787
	2	-0,713	0,4902	0,0948	<,0001	-0,9026	-0,5234
	3	-0,6003	0,5486	0,0914	<,0001	-0,7831	-0,4175
COO6 – 1957-1961	1	-0,7165	0,4885	0,1288	<,0001	-0,9741	-0,4589
	2	-0,8422	0,4308	0,116	<,0001	-1,0742	-0,6102
	3	-0,6579	0,5179	0,1119	<,0001	-0,8817	-0,4341
COO7 – 1962-1966	1	-0,7073	0,493	0,1543	<,0001	-1,0159	-0,3987
	2	-0,8704	0,4188	0,1384	<,0001	-1,1472	-0,5936
	3	-0,6323	0,5314	0,1335	<,0001	-0,8993	-0,3653
COO8 – 1967-1971	1	-0,6431	0,5257	0,1809	0,0004	-1,0049	-0,2813
	2	-0,8558	0,4249	0,1617	<,0001	-1,1792	-0,5324
	3	-0,5965	0,5507	0,156	0,0001	-0,9085	-0,2845
COO9 – 1972-1976	1	-0,587	0,556	0,2082	0,0048	-1,0034	-0,1706
	2	-0,7926	0,4527	0,1859	<,0001	-1,1644	-0,4208
	3	-0,52	0,5945	0,1793	0,0037	-0,8786	-0,1614
COO10 – 1977-1981	1	-0,594	0,5521	0,2367	0,0121	-1,0674	-0,1206
	2	-0,7323	0,4808	0,2108	0,0005	-1,1539	-0,3107
	3	-0,4945	0,6099	0,2034	0,015	-0,9013	-0,0877
Raça/cor da pele (1=branca e amarela)	1	-0,2687	0,7644	0,0182	<,0001	-0,3051	-0,2323
	2	-0,1773	0,8375	0,016	<,0001	-0,2093	-0,1453
	3	-0,1242	0,8832	0,0156	<,0001	-0,1554	-0,093
Anos de Estudo	1	-0,3465	0,7072	0,00232	<,0001	-0,35114	-0,34186
	2	-0,2512	0,7779	0,00197	<,0001	-0,25514	-0,24726
	3	-0,1584	0,8535	0,00185	<,0001	-0,1621	-0,1547

*(continuação)*

*(continua)*

Situação do domicílio (1=RM)	1	-0,3664	0,6932	0,0171	<,0001	-0,4006	-0,3322
	2	-0,1914	0,8258	0,0148	<,0001	-0,221	-0,1618
	3	-0,0972	0,9074	0,0143	<,0001	-0,1258	-0,0686
RG1 – Norte	1	0,541	1,7177	0,0346	<,0001	0,4718	0,6102
	2	0,2405	1,2719	0,0311	<,0001	0,1783	0,3027
	3	-0,0152	0,9849	0,031	0,6248	-0,0772	0,0468
RG2 – Nordeste	1	0,7305	2,0761	0,0296	<,0001	0,6713	0,7897
	2	0,2942	1,3421	0,0265	<,0001	0,2412	0,3472
	3	0,2336	1,2631	0,0257	<,0001	0,1822	0,285
RG3 – Sudeste	1	-0,2961	0,7437	0,0288	<,0001	-0,3537	-0,2385
	2	-0,1419	0,8677	0,0246	<,0001	-0,1911	-0,0927
	3	-0,0778	0,9251	0,0236	0,001	-0,125	-0,0306
RG4 – Sul	1	-0,0886	0,9152	0,0328	0,0069	-0,1542	-0,023
	2	-0,0084	0,9916	0,0278	0,7622	-0,06401	0,04719
	3	-0,0329	0,9676	0,0267	0,2166	-0,0863	0,0205

Número de Observações : 168.834.

Likelihood Ratio: 1,000.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)